



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MONIQUE SOARES VIEIRA

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM PORTO
ALEGRE: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

Porto Alegre
2013

MONIQUE SOARES VIEIRA

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM PORTO
ALEGRE: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau em Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: Prof^a Dr^a. Idília Fernandes

Porto Alegre
2013

V658e Vieira, Monique Soares

Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre : contradições e perspectivas / Monique Soares Vieira. – Porto Alegre, 2013.
179 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.
Orientador: Profª Drª. Idilia Fernandes.

1. Assistência Social. 2. Violência Sexual – Crianças.
3. Violência Sexual – Adolescentes. 4. Políticas Públicas.
I. Fernandes, Idilia. II. Título.

CDD 301.4158

Ficha Catalográfica elaborada por Loiva Duarte Novak – CRB10/2079

MONIQUE SOARES VIEIRA

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM PORTO
ALEGRE: CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau em Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 25 de janeiro de 2013.

Prof^a. Dr^a Idília Fernandes (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS

Prof^a. Dr^a Patrícia Krieger Grossi (Arguidora)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS

Prof^a. Dr^a. Elisângela Maia Pessôa (Arguidora)
Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Porto Alegre
2013

Dedico este trabalho a todos os sujeitos que estão comprometidos com a defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Que as reflexões sobre as experiências desenvolvidas no município de Porto Alegre, frutiquem-se em ações profissionais críticas e no fortalecimento da participação e ampliação da ação das políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à *Deus* pelas conquistas, pela força e persistência que me deste durante o caminho percorrido no Mestrado;

À minha amada Mãe *Nelci*, pelo apoio, pelas palavras de carinho e compreensão, que mesmo distante, sua presença sempre foi acalentadora nos momentos difíceis;

Ao querido esposo *Márcio*, que com seu amor e amizade, tornou o meu caminhar durante os estudos, mais leve, possibilitando-me momentos de felicidade e paz ao seu lado;

À todos os *professores* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, nos quais tive a imensa oportunidade de ser aluna e enriquecer minha trajetória profissional por meio dos ensinamentos propiciados nas aulas de Mestrado;

Em especial, à minha orientadora *Idilia Fernandes*, pelas reflexões que possibilitaram o meu aprofundamento na teoria marxiana;

Ao carinho da Professora *Patricia Krieger Grossi*, pelas contribuições que enriqueceram meu estudo, pelas reflexões sobre a violência sexual e pelo companheirismo e atenção;

Às contribuições da Professora Elisângela Maia Pessôa, que desde a minha graduação em Serviço Social alimento admiração e carinho pelo trabalho desenvolvido na docência do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa;

Aos *colegas de mestrado*, pelos momentos em que compartilhamos conhecimentos, anseios e angústias e, principalmente, pelos momentos de *boas risadas*, que me fortaleceram a seguir em frente;

Ao carinho dos *colegas do Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Cachoeirinha*, em especial a coordenadora *Mara Eloisa Tresoldi*, pela força e compreensão, imprescindíveis para a concretização do Mestrado;

À querida Cláudia Machado pelo carinho e atenção durante a execução da pesquisa;

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela bolsa de estudo que possibilitou a minha permanência no Mestrado;

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, da aparência singela.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
Pois em tempo de desordem sangrenta,
De confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
De humanidade desumanizada,
Nada deve parecer natural nada deve
Parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

RESUMO

O presente estudo tem como mote a discussão acerca da materialização das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito das ações do Poder Público Municipal e a sua interface com a Sociedade Civil no município de Porto Alegre/RS. Nesse sentido, a pesquisa visou promover uma contextualização crítica sobre a municipalização das ações propostas pelo Plano Nacional para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, almejando fortalecer a articulação entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil, para a construção de políticas públicas destinadas à garantia dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Os objetivos específicos buscaram analisar quais são e como vêm sendo desenvolvidas as ações destinadas ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil; desvendar como os espaços participativos para a sociedade civil estão organizados no âmbito das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, objetivou-se identificar como o processo de participação é estimulado e materializado em Porto Alegre, buscando assim conhecer como acontece à articulação entre a sociedade civil e o poder público para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e, desvendando como os agentes avaliam esse processo de enfrentamento à violência sexual. Tendo em vista os objetivos propostos nesta investigação, o tipo de pesquisa utilizada foi a de enfoque qualitativo, em que se buscou apreender tais aspectos da realidade: as percepções dos sujeitos pesquisados, no que se refere, os desafios e estratégias de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, a avaliação destes agentes no processo de construção de tais ações, as relações sociais que se estabeleceram no decorrer do caminho da participação social no enfrentamento à violência sexual. A análise da realidade foi norteada pelo método dialético-crítico a partir de quatro categorias: historicidade, totalidade, contradição e mediação. Para a coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental para análise do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2012) e os Relatórios Anuais de Acompanhamento às crianças e adolescentes do CREAS. Além disso, realizou-se entrevistas com aplicação de um formulário que continha perguntas abertas com seis sujeitos, que atuam no processo de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre (Programa de Proteção a Infância da Secretaria Municipal de

Governança Local, Centro de Referência às Vítimas de Violência da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, Fundação de Assistência Social, CMDCA e EVESCA). Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo e pelo método de Sistematização da Prática. A análise dos dados coletados permitiu apreender que o caminho para materialização de ações articuladas entre o Poder Público e a Sociedade Civil, em Porto Alegre, necessita da construção de estratégias capazes de garantir a plenitude dos direitos da infância e juventude, diante da complexidade que envolve o fenômeno, bem como ampliar e fortalecer a participação democrática da sociedade nos espaços de discussão e tomada de decisão.

Palavras-Chave: Violência Sexual. Criança e Adolescente. Políticas Públicas. Sociedade Civil.

ABSTRACT

The present study have as objective discuss about the materialization of actions to combat sexual violence against children and teens in scope the actions of the municipal government and its interface with Civil Society in the city of Porto Alegre / RS. In this sense, the research aimed to promote a critical contextualization about the municipalization the actions of the proposed National Plan for dealing with sexual violence against children and teens, aiming to strengthen the articulation between the municipal government and civil society to construction of public policies to guarantee rights of children and teens who are victims of violence. The specific objectives sought to analyze as it has been developed the actions aimed at combating sexual violence against children and teens; unravel how participatory spaces for civil society are organized, identify how the process of participation is encouraged and materialized in Porto Alegre, thus sought to know as is relationship between civil society and government, revealing how agents evaluate the process the combat with sexual violence. In view of the objectives proposed in this research, the type of search used outside of a qualitative approach, such as: the perceptions of individuals surveyed regarding the challenges and coping strategies of sexual violence against children and teens, the evaluation of these agents in the construction of such actions, the social relations that were established along the way of participation in the combat of sexual violence. The method chosen for analysis of reality was the critical-dialectical method using four categories historicity, totality, mediation and contradiction. To collect data, we used the desk research to analyze the Municipal Plans to Combat Sexual Violence Children and Teens (2012), and the Annual Reports of Accompaniments the children and adolescents the CREAS. To collect data, we used the desk research to analyze the Municipal Plan to Combat Sexual Violence Children and Youth (2012) of accompaniments to children and adolescents CREAS. In addition, use has been made of the interview, applying a form containing open questions with six subjects, who work in the process of coping with sexual violence in juvenile Porto Alegre (Child Protection Program of the Municipal Local Governance Reference Center for Victims of Violence of the Municipal Urban Security and Human Rights, Social Assistance Foundation, CMDCA and EVESCA). To analyze the data collected in the survey, it was decided by the technique of content analysis and the method of Systematization of Practice. The data analysis

collected allowed the capture that way for materialization of coordinated actions between the Government and Civil Society in Porto Alegre necessitates the construction of strategies to able of ensure the fulfillment of rights of children and youth, given the complexity involved in the phenomenon, and expand and strengthen democratic participation of society in discussions and decision making.

Key Words: Sexual Violence. Child and Teen. Public Policies. Civil Society.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Notificações de Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2011	15
Tabela 2 - Ranking dos Estados com maiores índices de Violência Sexual contra Crianças e Adolescente no Brasil	16
Tabela 3 - Denúncias Encaminhadas ao Disque 100 de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Porto Alegre	18
Tabela 4 - Relatório Disque 100 do ano de 2011	59
Tabela 5 - Relatório do Quadro de Atendimento CREAS 1º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012.....	72
Tabela 6 – Desafios, Limites e Avanços do EVESCA Porto Alegre	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRINQ - Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Criança e Adolescente
CRAI – Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DECA – Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente
CRVV – Centro de Referências as Vítimas de Violência
DISQUE 100 – Disque Denúncia Nacional Direitos Humanos
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EVESCA - Comitê Municipal de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual
contra Crianças e Adolescentes
FASC – Fundação de Assistência Social
MSP – Método de Sistematização da Prática
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
SASE – Sistema de Apoio Socioeducativo
SINAN – Sistema de Informações e Agravos de Notificações
SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 AS MÚTIPLAS FACES DE UMA VIOLÊNCIA: A DINÂMICA PERVERSA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	35
2.1 A Investigação da Realidade e o Método Dialético-Crítico	36
2.2 Desvendando o Processo Histórico da Violência Sexual	41
2.3 As Múltiplas Determinações do Fenômeno da Violência Sexual	48
2.4 A Violência Sexual e a Categoria Contradição	53
2.5 A Violência Sexual e o Campo das Mediações	60
3 CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL EM PORTO ALEGRE	66
3.1 A Dimensão da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Reflexões sobre a Percepção dos Agentes Sociais	68
3.2 A Municipalização das Ações de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil: A Trajetória do município de Porto Alegre	91
3.3 Os Caminhos da Participação Social em Porto Alegre: Limites e Resistências	126
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	160
Anexo 1 Carta de Aprovação da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS	173
Anexo 2 Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS	174
Apêndice 1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	175
Apêndice 2 Roteiro de Análise Documental	177
Apêndice 3 Formulário Coordenadores	178
Apêndice 4 Formulário Profissionais	179

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito das ações do poder público municipal e a sua interface com a sociedade civil no município de Porto Alegre/RS. O enfrentamento a essa face tão cruel da violência está diretamente relacionado à compreensão deste fenômeno a partir da historicidade dos seus aspectos socioculturais e das determinações econômicas, que o engendram na dinâmica da sociedade. Requer, portanto, destacar as suas múltiplas dimensões, apreendendo-o como uma questão que transpassa as barreiras da família, comumente restringido nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Neste sentido, faz-se necessário estender a sua discussão e enfrentamento para o espaço público, por meio da articulação entre as ações do poder público e da mobilização da sociedade civil, nos processos de conhecimento das diversas faces da violência, assim como, a sua sensibilização e conscientização para o enfrentamento, sob a forma de denúncia, organização do coletivo, ações sociais e políticas públicas. Para Minayo (2010), no Brasil, apenas nas últimas três décadas, o debate¹ sobre a violência sexual infanto-juvenil adquiriu uma maior visibilidade por parte dos órgãos governamentais, entidades civis e organização não-governamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, é um importante dispositivo para a consagração da universalidade dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros e um mecanismo para a proteção destes sujeitos contra a violência em suas múltiplas faces. Além disso, esta lei inaugura a distinção “criança e adolescente”, como etapas distintas da vida humana. Para o ECA, essa distinção implica fundamentalmente medidas que serão aplicadas para situações específicas, sejam elas medidas protetivas ou socioeducativas. O reconhecimento de que crianças são diferentes de adultos e, portanto, requerem uma atenção especial, é uma concepção basilar nesse Estatuto, uma vez que cabe aos adultos, em especial a família, zelar e responsabilizar-se por este segmento. De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010:

¹ A discussão sobre a visibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil encontra-se no item 3.2 do capítulo 3 deste trabalho.

Crianças e adolescentes na faixa de 0 a 18 anos de idade constituem um contingente de exatas 59.657.339 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010. Representam 31,3% da população do país. São, pelas definições da lei, 35.623.594 de crianças de 0 a 11 anos de idade – 18,7% do total do país – e 24.033.745 de adolescentes na faixa dos 12 aos 18 anos de idade: 12,6% da população total (WAISELSZ, 2012, p.12).

Os dados acima referidos evidenciam que 31% da população hoje no Brasil é composta por crianças e adolescentes expostas a diversas expressões da violência, acometidas na família, na comunidade, nas escolas ou em logradouros públicos. Gomes et. al (2006) refere que a violência contra crianças e adolescentes, em suas múltiplas faces, acompanha a trajetória humana desde os mais antigos registros, reconfigurando-se conforme o momento histórico em que se estabelecem as relações sociais e modificando-se de acordo com as especificidades culturais.

No que tange à produção e reprodução de violências no cenário brasileiro, o segmento infanto-juvenil fora alvo histórico de inúmeras violações de direitos, “o adulto em geral independentemente do seu sexo detém poder sobre a criança” (SAFFIOTI, 2007, p.50). Mas além desta relação de dominação adulto-criança, outros fatores contidos no contexto estrutural das sociedades e no modo de produção influem profundamente na incidência de elevados níveis de violência contra crianças e adolescentes no país. O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população. O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de lamamoto (2009), acarreta na *radicalização da questão social*, sendo que:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade” (IAMAMOTO, 2009, p.123).

No ano de 2012, foi realizado um estudo pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, que resultou na elaboração do “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” revela que as causas externas² de mortalidade

² De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” são consideradas como causas naturais, os indicativos de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento. As *causas externas* de acordo com pesquisa remetem a fatores

de crianças e adolescentes, nas últimas décadas, vêm aumentando assustadoramente. Se em 1980 representavam 6,7% da totalidade de óbitos nessa faixa etária, em 2010, houve um aumento, elevando a taxa para 26,5%. Os dados apresentados fazem parte de pesquisas realizadas junto ao Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), operacionalizado pela política de saúde no país, ou seja, estas taxas expressam apenas as violências notificadas junto às instituições de saúde, representando apenas uma ínfima parcela das situações de violência que chegam à luz pública.

O medo, a vergonha e a falta de conhecimento para comunicar e acessar os órgãos responsáveis pela atenção a essa questão são apontados como os principais fatores que incidem para a continuidade das violências. No que se refere à violência sexual infanto-juvenil, a histórica invisibilidade sobre esse tema encontra-se intrinsecamente interligada a fatores culturais que se estabeleceram ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e da organização da família, densamente influenciada pelo modelo patriarcal e pela concepção machista, em que mulheres e crianças passam a ser consideradas como propriedades do homem – provedor da família -. Na atualidade, apesar das diversas mudanças socioculturais nos modos de vida, concepções de inferiorização da criança ainda são muito presentes.

Pelos registros do Sistema de Informações e Agravos de Notificação (tabela 1), em 2011, foram notificadas em todo o país 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, revelando que a maioria das vítimas é do sexo feminino, na faixa etária entre os 10 e 14 anos. A incidência desse tipo de violência em mulheres, segundo Saffioti (2007), constitui o que a autora chama de *dominação-exploração*, processo implicado nas relações desiguais de gênero, em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher.

Sexo	Nº de atendimentos					
	< 1	1 - 4	5 - 9	10 - 14	15 - 19	Total
Masculino	34	369	775	445	125	1.748
Feminino	149	1.183	1.767	3.673	1.905	8.677
Total	183	1.552	2.542	4.118	2.030	10.425
% de atendimento	1,8	14,9	24,4	39,5	19,5	100,0
Taxa	6,7	13,9	16,8	23,8	11,8	16,4

Tabela 1 Notificações de Casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em 2011.

Fonte: SINAN, 2012.

A realidade do estado do Rio Grande do Sul, no que concerne à violência sexual contra crianças e adolescentes, não se diferencia dos dados nacionais, apresentando índices bastante elevados. Segundo dados apresentados pelo Relatório do Disque Direitos Humanos - Módulo Criança e Adolescente, de janeiro a abril de 2012, a região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), encontra-se na 3ª posição com 11,3% (3.855 denúncias) do total de registros, atrás somente da região sudeste, responsável por 36,2% (12.367 denúncias), seguida da região nordeste com 34,7% (11.848 denúncias), do total de denúncias registradas no período. No Rio Grande do Sul, no ano de 2011, foram registradas 896 denúncias de violência sexual infanto-juvenil, em comparação com o período de janeiro a abril de 2012 em que já foram registradas 1.511 denúncias, verifica-se um aumento de 68,6%. O disque 100 hoje atua como principal instrumento para as denúncias no país de violações dos direitos humanos, contribuindo significativamente para o desenho da violência sexual e construção de políticas públicas.

Obter números confiáveis sobre os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil é apenas um dos desafios que a sociedade brasileira deve encarar. Para que seja possível enfrentar efetivamente esses problemas é preciso conhecer a questão em toda a sua complexidade. Esses delitos estão entre os menos notificados e registrados no mundo [...] cerca de um milhão de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual em todo o globo anualmente (VIVARTA, 2003, p.25).

Os dados sistematizados na Tabela 2 apresentam apenas uma amostra do universo das situações de violência sexual no estado do Rio Grande do Sul no momento atual, contudo, possibilitam visualizar quantitativamente a situação dessa expressão da violência no estado. Destacam-se, nos dados da Tabela 2 as duas principais manifestações da violência sexual: o abuso e a exploração sexual comercial. Em ambas as violências sexuais, o Rio Grande do Sul encontra-se entre os 10 estados com maiores índices dessas violências, como revela a tabela a seguir.

ABUSO SEXUAL				EXPLORAÇÃO SEXUAL			
RANKING	UF	Nº DE VIOLAÇÕES	%	RANKING	UF	Nº DE VIOLAÇÕES	%
1º	BA	962	12,54%	1º	BA	250	11,60%
2º	SP	852	11,11%	2º	RJ	216	10,02%
3º	RJ	750	9,78%	3º	SP	204	9,46%
4º	MG	692	9,02%	4º	MG	190	8,81%
5º	MA	431	5,62%	5º	PE	117	5,43%
6º	CE	338	4,41%	6º	RS	100	4,64%
7º	PE	334	4,35%	7º	MA	99	4,59%
8º	PR	330	4,30%	8º	CE	96	4,45%
9º	RS	330	4,30%	9º	PR	92	4,27%
10º	PA	299	3,90%	10º	AM	87	4,04%
11º	GO	270	3,52%	11º	PB	72	3,34%

Tabela 2 - Ranking dos Estados com maiores índices de Violência Sexual contra Crianças e Adolescente no Brasil

FONTE: Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescentes, 2012.

O retrato da violência sexual infanto-juvenil, não somente no estado, mas em todo território brasileiro, necessita que haja o rompimento do silêncio que incide principalmente para que as situações de violência sexual permaneçam na clandestinidade, impossibilitando a ruptura da reprodução deste fenômeno no cotidiano das crianças e adolescentes brasileiros.

Diante desse cenário, a preocupação em pesquisar sobre esse tema inicia-se durante a graduação em Serviço Social, em especial, pela experiência proporcionada pelo Estágio Supervisionado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social do município de São Borja nos anos de 2009 a 2010. Nesse processo, foram realizadas intervenções junto às famílias atendidas pelo CREAS, que culminaram na elaboração do Trabalho Final de Graduação que buscou por meio da pesquisa intitulada “Abuso Sexual Intrafamiliar: O cotidiano da violência nas famílias atendidas pela Assistência Social no município de São Borja”, promover uma reflexão quanto à compreensão que as famílias atendidas pelo CREAS, deste município, possuíam em relação ao abuso sexual intrafamiliar, vivenciado pelos seus filhos.

A pesquisa buscou desvendar as relações cotidianas de dez famílias, que participaram do estudo, buscando compreender a dinâmica social e familiar destes sujeitos, *in loco*, uma vez que a coleta de dados deu-se por meio das visitas domiciliares realizadas durante o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, nos anos de 2009 e 2010. A pesquisa teve cunho qualitativo, por meio de

estudo bibliográfico e documental, tendo como norte o método dialético-crítico e três categorias explicativas da realidade: abuso sexual, família e cotidiano.

Por meio da sistematização dos dados da pesquisa, estabeleceram-se quatro categorias que emergiram na análise das falas das famílias participantes, no que se referia à compreensão destas em relação ao abuso sexual: omissão, negação, doença e focalização na consequência da violência. Além disso, nesse estudo, descobriu-se que o desconhecimento das relações que engendram a cotidianidade das famílias envolvidas em situações de abuso sexual, implicava em um atendimento fragmentado, não integralizador, ficando restringido, somente às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual.

Diante das múltiplas questões emergidas nessa pesquisa, o fortalecimento da municipalização das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil surge como uma constante, uma vez que o município é *lócus*, em que as complexas situações de violência sexual manifestam-se e por isso a construção das ações deve acompanhar a dinâmica da comunidade local.

Buscando subsídios teórico-críticos para pesquisar de que forma o enfrentamento à violência vem sendo materializado, a partir das ações propostas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em vigor desde 2000, ingressou-se, no ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na modalidade de mestrado.

A partir das inquietações acadêmicas fomentadas pelas disciplinas, participação em grupos de pesquisas e adensamento teórico, ainda no ano de 2011, construiu-se o projeto de pesquisa intitulado “Os Desafios ao Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Perspectivas, Estratégias e Limites de uma Política em Construção”. Esse projeto levantou o seguinte questionamento: “como vem sendo materializado o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no âmbito das ações do poder público e da sociedade civil no município de Porto Alegre?”.

Com esse projeto de pesquisa, buscou-se construir uma atitude investigativa comprometida com a ética e a realidade crítica, imbricada numa relação constante de postura reflexiva, propondo novas alternativas por meio do conhecimento da realidade, superação e transformação das formas que inviabilizam a realização da sociabilidade do homem. Assim, o estudo visou, portanto, promover uma

contextualização crítica da municipalização das ações propostas pelo Plano Nacional para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, almejando fortalecer a articulação entre o poder público municipal e a sociedade civil para a construção de políticas públicas destinadas à garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência.

As primeiras aproximações com a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Alegre aconteceram por meio da análise documental do relatório do Disque 100, que sistematiza as denúncias encaminhadas pelas instituições municipais responsáveis pela atenção a esse tema. De acordo com a Tabela 3, correspondente ao período de janeiro a março de 2011, verifica-se que a violência sexual é a terceira violência mais cometida contra crianças e adolescentes no município, revelando que esse fenômeno é uma realidade latente na população porto-alegrense. Por isso, o seu enfrentamento, através da denúncia, deve estar entre as pautas de discussão do poder público, conscientizando a população acerca da sua importância.

Porto Alegre					
Período - Meses		Jan.	Fev.	Mar.	Total
Exploração sexual comercial	Exploração sexual com intermediários	0	0	6	6
	Exploração sexual sem intermediários	0	0	2	2
Negligência		12	8	33	53
Violência Física e Psicológica	Com lesão corporal	3	4	3	10
	Violência física	11	8	28	47
	Violência psicológica	5	3	23	31
Abuso Sexual		7	6	15	28

Tabela 3 - Denúncias Encaminhadas ao Disque 100 - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Porto Alegre

Fonte: Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente, 2011.

Apreendendo a importância da diáde pesquisa/realidade, a formulação de problemas de pesquisa são frutos das inquietações do investigador sobre determinada realidade, sendo assim, não emergem do nada, uma vez que é no processo histórico da realidade que os fenômenos se constroem sob determinadas circunstâncias que também são históricas, sociais, culturais e econômicas. Por isso, uma pesquisa nunca será neutra, ela representa um interesse político do investigador para a transformação da realidade ao subsidiar elementos novos para que tal mudança aconteça.

O problema formulado para responder aos questionamentos que permearam a pesquisa, ora apresentada, consistiu em desvendar “como vem sendo materializado o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito das ações do Poder Público e da Sociedade Civil no município de Porto Alegre?” De forma a complementar o problema de pesquisa e clarificar o caminho a ser percorrido para a investigação, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: Como vem se constituindo o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no âmbito das ações do Poder Público Municipal? Como estão constituídos os espaços participativos para a sociedade civil na defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes? Como se materializa e estimula o processo de participação da sociedade civil? De que forma acontece à articulação entre a sociedade civil do município de Porto Alegre e o poder público municipal para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil? Como os agentes envolvidos avaliam o processo de enfrentamento a essa expressão da questão social?

A construção dos questionamentos embasou-se, impreterivelmente, a partir da análise dos seis eixos temáticos³ (Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção e Protagonismo Infanto-Juvenil) dispostos pelo Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000). Tais eixos, preveem a articulação entre o poder público e a sociedade civil para o fortalecimento das ações de enfrentamento, ampliação de espaços democráticos de participação e criação de estratégias mais contundentes para coibir a produção e reprodução das múltiplas faces da violência sexual. A visibilidade dessa expressão da questão social na agenda brasileira representa um novo posicionamento para a sua discussão, uma vez que:

O governo e a sociedade brasileira avançaram bastante desde a entrada dos temas relacionados ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na agenda política nacional, no início da década de 1990. Organizações governamentais e não-governamentais já perceberam que a característica multifacetada do problema exige a adoção de estratégias descentralizadas, porém interligadas, nos níveis local, nacional e internacional (VIVARTA, 2003, p.73).

A problematização da violência sexual provocada pelo Plano Nacional trouxe significativas modificações nas ações públicas destinadas a essa questão,

³ Os eixos temáticos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, são discutidos no capítulo 3, item 3.2 deste trabalho.

principalmente no que se refere a introdução da importância da prevenção e da articulação entre Sociedade e Poder Executivo. Para tanto, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa, sendo que o objetivo geral constituiu-se em: Analisar a materialização do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, com vistas a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de enfrentamento a esta expressão da questão social.

Os objetivos específicos buscaram analisar quais são e como vêm sendo desenvolvidas as ações destinadas ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil; desvendar como os espaços participativos para a sociedade civil estão organizados no âmbito das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, objetivou-se identificar como o processo de participação é estimulado e materializado em Porto Alegre, buscando assim conhecer como acontece à articulação entre a sociedade civil e o poder público para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e, desvendando como os agentes avaliam esse processo de enfrentamento à violência sexual.

Para embasar os objetivos propostos pela pesquisa, foram elegidas quatro categorias explicativas da realidade, segundo Minayo (2007), essas categorias são construções teóricas, que buscam agrupar informações, sendo definidas a partir do objeto de estudo o qual o pesquisador pretende desvendar. Assim as categorias servem para indicar “conceitos relevantes e carregados de sentido que permitem expressar os aspectos fundamentais das relações dos seres humanos entre si e com a natureza” (MINAYO, 2007, p.178). As categorias de análise desta pesquisa são as seguintes: violência sexual contra crianças e adolescentes, políticas públicas, participação e sociedade civil.

As situações de violência sexual contra crianças e adolescentes alimentam-se do medo e do silêncio das vítimas em denunciar o abusador ou o explorador sexual, bem como da omissão da família, quando sabedora da violência. Estes fatores culminam diretamente para a perpetuação do ciclo da violência, sendo sua ruptura extremamente difícil, uma vez que a violência segrega-se às paredes privadas da família, não encontrando formas de alcançar o atendimento especializado. A violência sexual, conforme Vivarta (2003), associa-se impreterivelmente a fatores históricos, como as relações de trabalho, entre as classes sociais e as desiguais entre gênero, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais. Porém a violência sexual é um fenômeno transversal, não acomete somente as classes

empobrecidas, transpassa toda a sociedade. Os casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes em realizar o atendimento ainda são muito poucos, sendo dificultados, quando as crianças e adolescentes pertencem às famílias ricas, revestidas pelo manto da “sagrada família”, em que a detecção das situações de violação de direitos torna-se ainda mais difícil.

Neste sentido, faz-se urgente a construção de políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, na perspectiva de romper com esta violência, as políticas públicas, devem balizar uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil pelo fato de “significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade” (PEREIRA, 2008, p.95). A política pública, segundo Pereira (2008), refere-se à política que visa ação mediante esforço organizado e pactuado com o intuito de atender às necessidades sociais, cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea. Deste modo, as políticas públicas, conforme Pereira (2009), requerem a participação ativa do Estado e o controle da sociedade, no processo de planejamento e execução dos procedimentos e metas que são voltados para a satisfação das necessidades sociais básicas evidenciadas no cotidiano dos sujeitos.

No que se refere ao conceito de sociedade civil, este é considerado um conceito complexo, com uma gama muito extensa de significados e interpretações. Para Pereira (2009), a concepção instituída por Gramsci é a que melhor auxilia na apreensão das possibilidades de formação das esferas públicas construídas na interface entre a sociedade civil e política. Na concepção gramsciana, a sociedade política é constituída por meio do conjunto de dispositivos dos quais a classe dominante detém ou exerce o monopólio legal da violência. Tal poder, é exercido “pelos aparelhos coercitivos do Estado, encarnado nos grupos burocráticos ligados as forças armadas e policiais e à aplicação da lei” (COUTINHO, 1996, p.53-54). Gramsci (2000), apresenta na sua conceituação de sociedade uma ampliação da abordagem marxista, uma vez que remete o retorno da sociedade civil ao Estado, (Estado Ampliado⁴), construindo uma relação dialética entre ambos. Nesse sentido, a sociedade civil é entendida como:

⁴ O Estado Ampliado na teoria gramsciana é o conjunto formado pela sociedade civil e pela sociedade política. Ver mais em: COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996 e PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

[...] o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as igrejas, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico (COUTINHO, 1996, p.53-54).

Pereira (2009), ao analisar a concepção gramsciana de sociedade civil refere que para Gramsci é na sociedade civil que as classes dominantes buscam exercer sua hegemonia, constituir aliados para seus projetos por meio do consenso. Nela não prevalece a força, mas sim a direção espiritual e intelectual, voltada para as relações ideológicas e culturais. Nessa direção, as políticas públicas ao sinalizarem a articulação entre Estado e sociedade civil, concedem aos sujeitos um espaço de luta pela defesa e ampliação de seus direitos sociais e a efetivação da cidadania plena. A participação, conforme Gohn (2001), pode ser observada nas práticas cotidianas da sociedade civil. Existem diversas formas de organização da participação da sociedade nos campos de disputas, dentre elas estão os sindicatos, os movimentos sociais, os conselhos gestores e de direitos e, outras organizações sociais. A participação é um movimento que conduz a sociedade à democracia, uma vez que busca a integração social dos sujeitos nos processos decisórios, desmontando posturas autoritárias.

No que tange à organização da sociedade civil brasileira no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, é de suma importância pontuar algumas ações que vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de garantir os direitos fundamentais, assim como, consolidar políticas públicas em prol do enfrentamento às manifestações da violência sexual. Dentre tais ações, pontuam-se as mobilizações sociais materializadas pelas organizações e movimentos de defesa dos direitos às crianças e adolescentes que acontecem em todo o Brasil, em especial no dia 18 de maio, por meio de passeatas, seminários e debates. Estes movimentos possuem o objetivo de chamar a atenção de toda a sociedade para o crime acontecido no ano de 1973, conhecido como crime Araceli,⁵ marco na luta contra a violência sexual que atinge milhares de meninos e meninas em todo o país.

A participação da sociedade civil no enfrentamento à violência sexual no Brasil constitui-se como mecanismo para apreender as múltiplas faces que envolvem

⁵ A menina de 09 anos de idade foi estupidamente martirizada no dia 18 de maio de 1973, em Vitória no estado do Espírito Santo, sendo espancada, estuprada, drogada e morta numa orgia de drogas e sexo. Sua vagina, peito e sua barriga tinham marcas de dentes. Seu queixo foi deslocado com um golpe. Finalmente seu corpo – o rosto, principalmente – foi desfigurado com ácido (ARGEMIRO, 2008).

os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Para tanto, é inexorável o fortalecimento desta participação por meio da mobilização e da adesão dos sujeitos no processo de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em que a participação social situa-se como estratégia para consolidar as bases necessárias para a construção de políticas públicas.

Para a escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa, levou-se em consideração o seguinte aspecto: coordenadores de serviços e programas e profissionais diretamente vinculados às ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre. Por isso optou-se pela entrevista a coordenadores de serviços e programas do Poder Público Executivo Municipal, representantes da sociedade civil e profissionais atuantes em instâncias de proteção dos direitos das crianças e adolescentes na perspectiva de trazer à luz os desafios presentes nas ações destinados a esse segmento da população.

Estas escolhas foram ao encontro da finalidade do projeto que esteve calcada no oferecimento de subsídios teóricos para a construção de uma política pública no âmbito do município para o enfrentamento à violência sexual, uma vez que estes sujeitos atuam diretamente na formulação, gestão, execução das ações de combate à violência sexual. Assim os sujeitos que participaram da presente pesquisa são:

- 01 representante da sociedade civil do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil⁶ e 01 representante da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- 01 Coordenador da Política de Média Complexidade da Fundação de Assistência Social⁷ e 01 Profissional do Centro de Referência Especializado da Assistência Social;
- 01 Coordenador do Centro de Referência às Vítimas de Violência⁸ da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana;

⁶ O Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes tem a finalidade de monitorar, avaliar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da cidade de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2012a).

⁷ A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é o órgão da Prefeitura de Porto Alegre responsável pela coordenação e execução de programas e serviços que promovem direitos e a inclusão dos cidadãos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social (FASC, 2012).

⁸ O Centro de Referência às Vítimas de Violência (CRVV) é um serviço público do município de Porto Alegre, em parceria com o Governo Federal para o atendimento de indivíduos em situações de violação aos direitos humanos. Tem como objetivo principal esclarecer, orientar e encaminhar as pessoas conforme as necessidades em questões envolvendo violação dos direitos humanos (CRVV, 2012).

- 01 Coordenador do Programa de Proteção a Infância⁹ da Secretaria Municipal de Coordenação Política e da Governança Local;

A amostra, conforme Turato (2003, p.351), consiste em um pedaço do todo, ou seja, significa, nas palavras do autor, em “uma parcela selecionada, segundo uma determinada conveniência e, extraída de uma população de sujeitos, consistindo assim num subconjunto do universo”. Assim, a amostra dos sujeitos que participaram da pesquisa totalizam 06 sujeitos. A amostra, neste projeto de pesquisa, compreendeu a não probabilística, que de acordo com Marconi (2002, p.52), consiste em “não fazer uso de formas aleatórias de seleção”, assim não foi utilizado aplicação de fórmulas estatísticas para o cálculo dos sujeitos compreendidos pela amostra. O tipo de amostra não probabilística utilizada foi à amostra intencional. A transparência, quanto à técnica de amostragem utilizada pelo investigador em sua pesquisa, é uma atitude da dimensão ética, pois auxilia a evidenciar os procedimentos que impulsionaram a escolha dos sujeitos participantes em uma investigação científica.

Tendo em vista os objetivos propostos nesta investigação, o tipo de pesquisa utilizada fora a de enfoque qualitativo, em que se buscou apreender tais aspectos da realidade: as percepções dos sujeitos pesquisados no que se refere aos desafios e estratégias do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, a avaliação destes agentes no processo de construção de tais ações e as relações sociais que se estabeleceram no decorrer do caminho da participação no enfrentamento.

Nesse sentido, buscou mais do que descrever objetos, mas também conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos nela envolvidos. Por isso, ela privilegia, de acordo com Bourguignon (2008), os instrumentos que objetivam superar o questionário no qual não existe contato direto com o sujeito, substituindo-o pelo formulário (APÊNDICE 3 e 4) e pela entrevista, nos quais se realiza um contato face a face com o sujeito a ser pesquisado. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa possibilita ao investigador conhecer mais plenamente o sujeito estudado, uma vez que concede voz aos participantes.

A aplicação do formulário para a coleta dos dados teve como propósito construir um direcionamento para o entrevistado e o entrevistador, evitando assim a

⁹ O Programa Infância e Juventude Protegida é destinado a proteger a população infanto-juvenil das circunstâncias de risco pessoal e social. As ações são de caráter intersetorial, a serem desenvolvidas pelo Poder Executivo Municipal, em parceria com a rede de atendimento à infância e juventude e a sociedade porto-alegrense em geral (PORTO ALEGRE, 2005).

perda dos objetivos da pesquisa durante a entrevista. Além disso, o formulário é um instrumento que facilitou e viabilizou o registro que se deu por meio da gravação das entrevistas e posteriormente a transcrição como forma de facilitar a análise dos dados coletados. O formulário é compreendido como “um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.214). Desta forma, evitam-se possíveis equívocos e obtenções errôneas acerca da realidade que se investiga, uma vez que é realizado diretamente com o sujeito envolvido na pesquisa.

A realização das entrevistas aconteceu durante o mês de julho de 2012, com contatos telefônicos com os entrevistados, para o estabelecimento das datas em que iria ocorrer a coleta. A análise documental¹⁰ também foi utilizada, pois é imprescindível realizar uma pesquisa acerca da documentação que delineia as ações de enfrentamento à violência sexual, propiciando, assim, contextualizar como estas ações vêm sendo executadas e sob quais prismas políticos, sociais e culturais estão pautadas.

Na análise documental, “a coleta de dados está restrita a documentos ou não, constituindo o que se pode denominar como primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.176). A análise documental foi realizada durante os meses de julho a outubro de 2012, contemplando o Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil (2012) assim como os relatórios anuais dos acompanhamentos às crianças e adolescentes do CREAS.

A triangulação de dados também foi utilizada na presente pesquisa, uma vez que tem por objetivo “abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 2008, p.138). Esta técnica de pesquisa permite ao pesquisador ir além da aparência isolada do fenômeno social em estudo, isto porque pretende relacionar todos os aspectos que interagem com o fenômeno, concedendo ao pesquisador uma perspectiva de totalidade.

Esta técnica foi de fundamental importância para apreender o contexto, os sujeitos e os processos que envolvem a constituição das ações para o

¹⁰ A pesquisa documental contemplou os documentos referentes à: criação dos serviços, relatórios anuais, legislação municipal e outros documentos que auxiliem no processo investigativo. Não foi pesquisado prontuários de atendimentos, ou qualquer outro documento que contenha informações sigilosas. O roteiro para a análise documental encontra-se no Apêndice 2 deste trabalho.

enfrentamento à violência sexual. Neste sentido, possibilitou ampliar a perspectiva de análise, pois concebe ao investigador analisar de forma crítica e reflexiva os fenômenos a partir de sua historicidade, desvendando os múltiplos aspectos que engendram a macro e microrrealidade dos fenômenos estudados.

Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo que busca contextualizar as informações obtidas de modo a garantir a relevância dos resultados a serem socializados. Minayo (2003), aponta que a análise de conteúdo objetiva averiguar hipóteses ou ainda desvendar o que está por detrás de cada conteúdo, assim infere que “o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto seja ele explícito e/ou latente” (MINAYO, 2003, p. 74). Entende-se que análise de conteúdo é uma técnica que visa identificar o que está sendo expresso ou dito a respeito de um determinado tema ou assunto.

O processo de análise dos dados obtidos pela pesquisa ocorreu durante os meses de agosto a dezembro do ano de 2012, fazendo uso das sete fases metodológicas indicadas pelo Método de Sistematização da Prática proposto pela autora María Mercedes Gagneten. Este método sugere a realização de um processo que envolve sete fases metodológicas para a análise dos dados obtidos pela pesquisa, que são eles: 1º Reconstrução, 2º Análise, 3º Interpretação, 4º Conceituação, 5º Generalização, 6º Conclusões e 7º Propostas.

O Método de Sistematização da Prática (MSP), busca a articulação do conhecimento com a ação, possuindo, conforme Gagneten (1987), como razão essencial de ser, a sua volta permanente para prática, redirecionado-a em profundidade com ela mesma. Busca dialeticamente compreender as relações do homem consigo mesmo, com a sociedade e com seu contexto social, cultural e econômico.

Assim para melhor compreensão das fases metodológicas que nortearam a análise dos dados obtidos pela presente pesquisa, será apresentada uma breve síntese acerca de cada fase metodológica proposta e discutida pela autora. A *reconstrução* “permite unir as dimensões de tempo e espaço da realidade de uma dimensão única: a situação vivida” (GAGNETEN, 1987, p. 70). Diante disso, a reconstrução da realidade visa possibilitar deslocar um segmento da realidade a um

contexto posterior para a interpretação científica dentro do MSP, assim essa fase é considerada o ponto de partida para o conhecimento de uma realidade.

A *análise* é entendida como um esforço de compreender o todo por meio do conhecimento e da compreensão das partes. Implica, portanto, em “desagregar elementos constitutivos de um todo” (GAGNETEN, 1987, p.78). A análise permite, em um primeiro momento uma reflexão metodológica da prática social, desta forma proporciona a superação dos modos tradicionalmente utilizados em uma investigação social como os questionários, censos e demais formas de quantificar os resultados. A *interpretação* é compreendida como um esforço de síntese, de composição de um todo por meio da reunião de suas partes, deste modo uma vez interpretados os resultados com o auxílio de determinado marco teórico viabiliza o reordenamento dos dados, permitindo uma nova compreensão sobre eles. A interpretação proposta pela autora, também significa reduzir termos emergentes a seus núcleos significativos, ou seja, clarificar seus determinantes, o seu contexto e o seu real significado.

A *conceituação* consiste em unir as mais diversas interpretações que vão surgindo na prática, dispondo-as dentro de um todo coerente. Assim esta fase permite uma reconstrução teórica dos diferentes elementos percebidos, tematizados e interpretados a partir da prática. Pode-se então afirmar que a conceituação tem por finalidade de sua aplicação, no processo de sistematização da prática, a superação dialética das aparências que compõem e envolvem a prática, bem como da realidade social, em que se está inserido (GAGNETEN, 1987). A *generalização* possibilita extrair o universal (o todo) das particularidades, ou seja, das fragmentações da prática em diferentes espaços, e em tempo que permita a sua confrontação. Entende-se que a generalização tem como objetivo fundamental a explicação de determinadas essências oriundas da realidade que assim permitam prever ações necessárias para a prática (GAGNETEN, 1987).

As *conclusões* dizem respeito ao estabelecimento de uma relação objetiva entre a prática de uma dada realidade e a sociedade global da qual procedem e fundamentem-se ações desejáveis, para realizar-se no futuro, levando-se em conta a direção dos acontecimentos atuais (GAGNETEN, 1987). As *propostas* implicam a construção de alternativas durante o desenvolvimento da prática, podem sinalizar contrapropostas as alternativas já existentes, ou seja, é a criação de novas formas para o enfrentamento das desigualdades sociais.

O método de Sistematização da Prática implica uma interação entre teoria e prática, funcionando como “abrangente sistemático movimento incessante dos processos sociais desencadeados durante todo o processo prático” (GAGNETEN, 1987, p. 33). Assim infere-se que as fases metodológicas do MSP estão dialeticamente relacionadas, não podendo desarticulá-las ou até mesmo fragmentá-las de modo a obstaculizar o processo, para sistematizar e analisar de forma coerente e integradora os dados obtidos por meio da realização da pesquisa.

Este procedimento buscou juntamente com a técnica de triangulação de dados apreender a amplitude dos elementos encontrados nas falas dos sujeitos pesquisados e nos documentos analisados. Nesse sentido, tais procedimentos objetivaram uma leitura de totalidade das ações que o município de Porto Alegre vem desenvolvendo para enfrentar as múltiplas faces da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, respeitou-se a vontade dos coordenadores e profissionais em participarem ou não do estudo. Quando houve adesão destes em participar, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – (Apêndice 1) e após a assinatura do documento por ambos os envolvidos (pesquisador e pesquisado), foi entregue uma cópia para cada um deles. No TCLE constava a autorização para a divulgação das entrevistas para fins da pesquisa (elaboração da dissertação de mestrado, artigos e socialização dos resultados). Fora esclarecido junto aos pesquisados a preservação do anonimato, não contendo nenhuma forma identificatória dos sujeitos envolvidos no estudo, durante a constituição da presente dissertação de mestrado, para tanto fez-se uso de códigos (SUJEITO A, B, C, D, E e F), durante a apresentação das falas dos entrevistados neste trabalho.

Além disso, no TCLE constava de forma objetiva e clara os objetivos da pesquisa, a identificação dos responsáveis pela sua execução (mestrando e orientador) com seus respectivos contatos, bem como a identificação da universidade. De acordo com Silvermann (2009, p.289), são muitos os objetivos que se deseja alcançar com a garantia de procedimentos éticos nas pesquisas, nos quais destaca-se:

Garantir que as pessoas participem voluntariamente; tornar comentários e o comportamento das pessoas confidenciais; proteger as pessoas de danos; garantir a confiança mútua entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas. Serão consideradas duas maneiras de se alcançar esses objetivos éticos: diretrizes éticas, prática de pesquisa criteriosa e eticamente respeitável.

A devolução dos dados obtidos pela pesquisa aos sujeitos participantes, além de implicar um posicionamento ético por parte do pesquisador, favorece, segundo Bourguignon (2008), na centralidade do sujeito implicando uma maior visibilidade deste em relação a sua própria experiência e conhecimento da realidade. A devolução dos resultados, parciais da pesquisa aos sujeitos participantes, irá acontecer, após a defesa final desta dissertação, por meio de um seminário geral, no qual participarão os sujeitos pesquisados: os coordenadores, os profissionais e os representantes da sociedade civil.

Para a realização deste estudo fez-se necessário primeiramente a sua aprovação na Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (ANEXO 1), e posteriormente o seu encaminhamento e aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO 2) da respectiva Universidade, para que então pudessem ser realizadas a coleta, análise e interpretação dos dados.

No que se refere ao método para análise da realidade, optou-se pelo Método Dialético-Crítico, que busca mais do que fatos isolados, a sua busca consiste na conexão entre os múltiplos fatores que condicionam uma realidade. O desvendamento da realidade ocorre por meio de suas contradições, reconhecendo a historicidade e buscando a totalidade, uma vez que leva em conta o contexto social, cultural, econômico e histórico dos sujeitos envolvidos na investigação.

O Método Dialético-Crítico, que fundamentou este estudo, possui, como característica essencial, o espírito crítico e autocrítico, incitando, desta forma, a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente, por isso o Método Dialético-Crítico questiona o presente em nome do futuro (KONDER, 2008). A perspectiva de análise da realidade disposta pela dialética marxiana considera o processo de investigação não como um fato isolado, mas sim uma busca constante pela totalidade concreta (KOSIK, 1976).

A dialética materialista busca além do questionamento dos fenômenos e do contexto, a sua transformação em um processo histórico, que envolve categorias analíticas, nas quais foram escolhidas para este estudo quatro categorias –

historicidade, contradição, mediação e totalidade -. Tais categorias do método dialético-crítico permitem apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da complexidade que envolve o seu acometimento na sociedade, desvendando as relações contraditórias que permeiam este fenômeno, levando em consideração os diferentes e dinâmicos contextos econômicos, sociais, culturais e históricos nos quais esta expressão da violência revela-se. O processo investigativo, a partir da perspectiva marxiana, objetiva de acordo com Netto (2004), realizar a análise dos fenômenos a partir do seu movimento dinâmico e contraditório dentro da realidade:

O procedimento metodológico próprio a essa teoria consiste em partir do empírico (os fatos), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo (NETTO, 2004, p.58).

Neste sentido, Gadotti (2004, p.19), defende a concepção de que a “dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo”. A dialética marxiana procura, portanto, reconhecer a historicidade dos fenômenos que são foco da ação investigativa, engendrando-os a partir de suas contradições, buscando sua totalidade concreta na realidade. Por isso, a dialética marxiana foi concebida de acordo com Hobsbawm (1984), como uma *filosofia da ação*, ao buscar por meio da investigação aprofundada e crítica a transformação das situações opressoras advindas das condições predatórias impostas pela lógica perversa do capital. As quatro categorias escolhidas – historicidade, contradição, mediação e totalidade -, objetivam apreender a realidade dos sujeitos de forma a não reconhecê-los como uma unidade estática e sim em constante movimento, visando compreendê-los em seu contexto, desvendando o seu modo e condições de vida (KONDER, 2008).

A historicidade está diretamente imbricada na vida dos sujeitos, pois envolve, além da sua cotidianidade, outros aspectos que determinam os seus modos e condições de vida dentro de um dado contexto, esta categoria nunca está isolada, ou seja, ela “refere-se ao geral” (TRIVIÑOS, 2008, p.80). A historicidade implica o movimento e as transformações da realidade dos sujeitos, as suas atitudes e comportamentos que não são concebidos de forma isolada ou neutra, são

determinados por questões e contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

A contradição busca, por meio da análise crítica da realidade e dos fenômenos, descobrir elementos que agreguem a superação do que está posto, imbricando assim uma constante procura pela essência do fenômeno e, nas palavras de Kosik (1976), pela destruição da pseudoconcreticidade. Neste sentido, é na categoria contradição que se expressam os espaços de resistência dos sujeitos nas situações degradantes e miseráveis que o sistema capitalista impõe. Por isso a contradição é “reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem” (KONDER, 2008, p.47), assim como, a possibilidade de superação dos fenômenos que impedem o desenvolvimento social, cultural, político e econômico dos homens.

A mediação na teoria marxiana é essencial para a apreensão da realidade, embora não explicitada esta categoria é substância da própria da realidade, uma vez que busca capturar o real na totalidade das determinações, envolvendo nesse processo os fatos sócio-históricos.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo, as determinações conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento (MARX, 1985, p.21).

As categorias que constituem o método crítico-dialético, dentre elas a mediação, são expressões do movimento da realidade, portanto, não podem ser isoladas ou fragmentadas. A apreensão destas, exige um movimento dialético que busque a totalidade concreta dos fatos. A categoria da totalidade implica “um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido [...]” (KOSIK, 1976, p. 44).

A partir disso, a totalidade empregada como categoria para análise da realidade permite ao pesquisador compreender a realidade do sujeito dentro do todo. Entende-se que o enfoque Dialético-Crítico em relação à pesquisa busca desvendar a realidade concreta a partir dos aspectos sociais, culturais e econômicos

que envolvem a dinâmica de sua prática, trazendo a luz das quatro categorias – historicidade, contradição, mediação e totalidade - aspectos que priorizem o desvendamento da realidade, procurando não fragmentá-la e priorizando pela busca da essência do fenômeno.

Nesse sentido, o método é uma construção orientada por teorias, não é processo estático e absoluto, requer constantemente procedimentos de reavaliação com o intuito de proporcionar a obtenção dos resultados desejados. Portanto, “os métodos são assim os caminhos facilitadores, em geral, complementares e raramente excludentes” (SANTOS, 2007, p. 15). Por isso, não se pode equiparar o método a um modelo padronizado ou mesmo ainda a uma receita que, uma vez aplicada, coleta, sem possibilidade de algum eventual erro, os resultados previstos ou desejados. O método científico torna-se “o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos” (KOSIK, 1976, p. 54). Será ele – o método - que delineará os passos pelos quais o pesquisador deverá seguir para além, da obtenção de dados, realizar também a análise dos resultados de modo a não implicar posturas pragmáticas e acríticas.

Nessa direção, a pesquisa buscou superar as abordagens focalizadas na situação de violência sexual, que evidenciam somente as consequências desta violação de direitos nas vítimas e suas famílias, uma vez que concede a perspectiva de análise das ações de enfrentamento. Pretendeu-se, portanto, oferecer subsídios teóricos que contextualizam as potencialidades e os desafios presentes nas ações desenvolvidas no âmbito do município. Ressalta-se, nesta perspectiva, que a questão central para a operacionalização das diretrizes propostas pelo Plano Nacional dá-se na descentralização das ações para os estados e principalmente para os municípios, locus para a execução dos atendimentos das demandas dos sujeitos.

Ao gerar novos elementos para o debate acadêmico, político e social as proposições contidas neste estudo, por meio da análise dos dados obtidos durante o processo de pesquisa, poderão imprimir novas propostas para se pensar, gestar e operacionalizar políticas públicas no âmbito do enfrentamento à violência sexual contra a população infanto-juvenil. A participação da sociedade civil nas políticas públicas é propulsora para a ampliação da cidadania, bem como para a construção do espaço público democrático, no qual os cidadãos sejam protagonistas nos

processos decisórios, que envolvem as demandas sociais, nas quais a sua comunidade vivencia.

O segundo capítulo do presente estudo versa acerca da análise crítico-reflexiva da violência sexual contra crianças e adolescentes sob a luz das categorias – historicidade, totalidade, contradição e mediação - do Método Dialético-Crítico. O desvendamento dos aspectos engendrados no processo de produção e reprodução deste fenômeno na sociedade requer uma apreensão aprofundada da sua dinâmica diante da complexidade da violência sexual infanto-juvenil. Este capítulo busca realizar uma discussão dessa expressão da questão social, percorrendo a multiplicidade do fenômeno, as suas dinâmicas dimensões dos diferentes contextos, tempos e espaços nos quais ela se manifesta.

O terceiro capítulo realiza uma discussão acerca do caminho que a proteção à infância e a juventude vem percorrendo no cenário de Porto Alegre. Assim, objetiva discorrer sobre as perspectivas e os avanços das políticas sociais construídas para o enfrentamento desse fenômeno. Nesse capítulo, são analisados os materiais coletados por meio da análise documental (relatórios anuais e o Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual) que contribuíram para um maior aprofundamento sobre a temática. Realiza uma reflexão acerca da dimensão da violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre, bem como contextualiza a percepção dos sujeitos sociais sobre essa expressão da violência. Além disso, discute as ações que o município de Porto Alegre vem desenvolvendo para a materialização do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Este capítulo, analisa também o processo de mobilização da sociedade civil em torno da complexidade da violência sexual infanto-juvenil. Além disso, o capítulo objetiva trazer à discussão as percepções dos sujeitos sociais pesquisados acerca das ações de enfrentamento, de forma a construir subsídios para o processo de resgate da cidadania das vítimas da violência sexual e coibir a reprodução desta face da violência nas relações interpessoais.

A última parte desta dissertação problematiza todo o processo percorrido para o desvendamento da materialização das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre. As experiências de enfrentamento a essa questão evidenciam que o envolvimento articulado entre o poder e a sociedade civil é capaz de produzir resultados bastante significativos, contudo o caminho para a erradicação desse fenômeno é longo e repleto de obstáculos.

As análises contidas neste trabalho são frutos de um esforço contínuo em desvendar a realidade na qual se manifestam as expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de estratégias para o seu enfrentamento. Nesse sentido, considera-se que a busca incansável pela desocultação dos fenômenos faz-se por meio da constatação da qual “nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptarmos a ela” (FREIRE, 1996, p.30).

Foram anexados, nesse trabalho, os documentos que permitiram a coleta dos dados nas instituições; Carta de Aprovação da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Roteiro de Análise Documental e os Formulários aplicados aos sujeitos pesquisados.

2 AS MÚTIPLAS FACES DE UMA VIOLÊNCIA: A DINÂMICA PERVERSA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este capítulo traz como objetivo realizar uma análise crítico-reflexiva da violência sexual contra crianças e adolescentes sob a luz das categorias – historicidade, totalidade, contradição e mediação - do método dialético-crítico. O desvendamento deste fenômeno requer uma apreensão com maior profundidade dos fatores engendrados para o seu aparecimento e perpetuação na sociedade contemporânea. Compreender a dinâmica da violência sexual infanto-juvenil, na sua complexidade e multiplicidade, significa abandonar teorias e apreensões lineares. Neste sentido, desvendar tal expressão da violência exige um caminhar que percorra os artifícios desenhados pelo fenômeno.

A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como um fenômeno multidimensional de extrema violação de direitos contra a pessoa humana. Por ser uma violência historicamente construída, no interior das relações sociais, sua apreensão não pode limitar-se a determinismos e, impreterivelmente, a teorias explicativas unívocas. Os processos de (re) vitimização e culpabilização das vítimas advêm da predominância da cultura machista e do senso-comum, mas, sobretudo, de apreensões reducionistas implicadas em transformar a violência sexual em um conceito absoluto e fechado.

O presente capítulo pretende realizar uma discussão, buscando analisar o fenômeno da violência sexual nas suas múltiplas faces, não excluindo as dinâmicas dimensões dos diferentes contextos, tempos e espaços nos quais ela se manifesta. O método dialético-crítico, norte da análise deste capítulo, permite uma ultrapassagem da aparência dos fenômenos. Para esse método não existe uma linearidade para o caminho da realidade e, portanto, não busca ou, mesmo, não se contenta com apreensões superficiais e empiricistas.

Percorrer a realidade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual exige uma compreensão crítica dos aspectos que permeiam o seu acometimento, seja no âmbito da família ou nas relações externas ao núcleo familiar. Torna-se imprescindível desvendar as diversas configurações que esta expressão da violência vem assumindo na sociedade contemporânea, uma vez que a multiplicidade das faces, que recobrem a violência sexual, ocultam a totalidade do fenômeno.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiramente realizou-se uma breve reflexão acerca da dialética materialista de Marx como método crítico para análise da realidade, especialmente para analisar o fenômeno da violência sexual. Em um segundo momento, a discussão foi permeada pela abordagem das categorias historicidade, totalidade, contradição e mediação para o desvendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no intuito de *desocultar* o fenômeno na sua essência, buscando romper com a pseudoconcreticidade que o envolve.

2.1 A INVESTIGAÇÃO DA REALIDADE E O MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO

O estudo da violência e suas diversas implicações é um desafio permanente, imposto a pesquisadores, quando crianças e adolescentes são as vítimas deste fenômeno, a complexidade torna-se um elemento intransponível para uma análise mais aprofundada. O tema da violência encontra-se entre os assuntos de maior relevância social na academia contemporânea, seja ela no âmbito urbano, psicológico, físico, patrimonial ou ainda contra segmentos historicamente subalternizados como crianças e adolescentes, mulheres, idosos e homossexuais. Contudo, a violência sexual ainda hoje é recoberta por mitos, vergonhas e segregações. A revelação deste “segredo” é temida por todos os indivíduos que permeiam as relações das vítimas, por configurar a mancha no ideário construído da *sagrada família*, ou mesmo, por representar, nas situações de exploração sexual, o fim da lucratividade do explorador sob a criança, neste sentido:

A violência se impõe como um fenômeno que apresenta uma dinâmica complexa, diversificada, concreta e material. Ou seja, ela possui uma lógica que não é criada abstratamente pela razão humana ainda que possa e deva ser compreendida, descrita e analisada com o apoio do pensamento humano. Portanto, a razão não é absoluta e não constrói isoladamente a realidade, mas reconstrói com o auxílio do pensamento crítico (SILVA, 2012, p.02).

O fenômeno da violência sexual é multideterminado, ou seja, a sua incidência não se dá ao acaso e sua reprodução não concede apenas por um fator. Desvendar os meandros impingidos nesta violência requer apreender a sua totalidade e não a fragmentação ou mesmo a generalização das suas faces. A realidade dos fenômenos a partir da dialética é compreendida nas constantes transformações,

resultantes dos movimentos que modificam suas bases, pois a realidade não é uma petrificação de movimentos, pelo contrário, como aponta Marx (1999, p.50) é “a síntese de múltiplas determinações”, estando, portanto, em movimento e expansão.

Não somente a realidade está em constantes transformações, os conceitos muitas vezes considerados como verdades absolutas como determinavam os positivistas também sofrem significativas modificações. Essa compreensão de abandono de categorias puras e isoladas, para categorias mescladas ao processo histórico, fora apreendida por Marx e Engels (2006, p.124) a uma crítica realizada a dialética idealista de Hegel:

A grande ideia fundamental de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos, em que as coisas que parecem estáveis, da mesma forma que seus reflexos no cérebro do homem, isto é, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações, por um processo de surgimento e caducidade, nas quais em última instância se impõe sempre uma trajetória progressiva, apesar de todo o seu caráter fortuito aparente e de todos os recuos momentâneos.

Cury (1995), analisando a dinâmica das categorias do método, explicita que estas não são formas puras, ou seja, não podem ser consideradas isoladamente e fora do movimento da realidade. O autor refere ainda que o engodo de excluí-las do movimento contraditório resulta em uma ocultação da realidade, ou seja, torna-as como objetos de contemplação, petrificando as múltiplas determinações do real. Lefebvre (1991, p.170) refere que, diferentemente da lógica concreta que é a dialética, a lógica formal apreende o fenômeno “imobilizando-o numa essência escolasticamente separada, distinta, abstrata: a pedridade da pedra a sinidade dos sinos”. As categorias são consideradas históricas e transitórias para o método dialético-crítico, ou seja, não são eternas, mas historicamente determinadas, sendo compreendidas por Cury (1995), como conceitos básicos para a reflexão sob as conexões e relações dos aspectos gerais e essenciais da realidade. Marx (1970, I, p.43), em seus estudos, considera que:

[...] as categorias expressam, portanto, formas e modos de existência e com frequência simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; desde o ponto de vista científico, sua existência anterior ao momento em que se começa a falar dela como tal.

As categorias no processo de análise da realidade, encontram-se dialeticamente interligadas, não podendo, assim, serem fragmentadas ou autonomizadas uma das outras. A escolha, neste trabalho, por separá-las em subitens, almeja apreender o movimento que o fenômeno da violência sexual realiza a partir da clarificação de tais categorias. Portanto, não se pretende segmentar as categorias, ou mesmo, nas palavras de Pontes (2002, p.28) “diluí-las no mar das indeterminações abstratas, mas apenas captar o seu movimento no plano intelectual e ontológico”. Mas, sim buscar por meio da sua separação uma forma mais clara para a percepção da tessitura destas categorias dentro do fenômeno estudado.

A realidade, a partir da lógica dialética materialista, apresenta-se como múltipla, diversa, contraditória e, por isso, em constante transformação, na busca incessante pela ruptura da falsa concreticidade, para se chegar à essência do fenômeno. No mundo da pseudoconcreticidade, existe uma ocultação da essência do fenômeno, em que esta revela-se e esconde-se no fenômeno:

O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim fosse efetivamente, o fenômeno não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la; a sua relação seria reciprocamente externa e indiferente. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde (KOSIK, 1976, p.16).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno em que para atingir-se sua essência, é imprescindível transpor suas múltiplas aparências fenomênicas. A ultrapassagem do complexo dos fenômenos, já dizia Kosik (1976), é possível no momento em que se apreende o movimento e as contradições contidas na realidade como premissas para a sua destruição. Neste sentido, o *pensamento que realmente enseja conhecer a realidade não se contenta com as abstrações que são encontradas no plano do imediato.*

A busca pela essência deve procurar romper com as representações escamoteadas pelo cotidiano alienador construído a partir da lógica formal, apreendendo, assim, o fenômeno não como um objeto fixo que precisa ser isolado. A violência sexual é dinâmica e transversal, é mutável e multifacetada, o seu desvendamento, portanto, é complexo e exige a destruição do falso concreto, porque são diversas as suas faces e os seus modos de produção e reprodução. O método

para sua apreensão não pode ser o método da redução da realidade, mas como lembra Marx (1999, p.38):

O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado, mas este não precede de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.

Para reconstruir a violência sexual como concreto pensado é essencial revelar as suas particularidades como um fenômeno aparente, obscuro, desordenado, e, principalmente, como um fenômeno determinado por um processo histórico, em que a produção e reprodução da violência inserem-se em um circuito de relações desiguais de gênero, faixa etária e também no âmbito social e econômico. É preciso tomar como ponto de partida, para o alcance da essência a dinâmica a que o fenômeno utiliza para suas manifestações e ocultações. Essa dinâmica inscreve-se no movimento da realidade complexa e contraditória, portanto, não admite absolutizações nem generalizações no processo de descoberta.

A construção do caminho de investigação atravessa inúmeros aspectos que vão desde as situações de violência sexual cometidas contra crianças e adolescentes por fatores psicológicos, demonstrando graves enfermidades ou, ainda, fatores que ultrapassam o biológico e situam-se nas próprias condições estruturais que a sociedade oferece ou nega aos indivíduos, muitas vezes, legitimando as relações desiguais:

Nesse contexto, as relações sociais reproduzem as tendências da estrutura social a qual se vinculam: são relações excludentes, fragmentadas, desiguais, relativas, efêmeras, limitadas, fugazes, contingentes, incertas. Não por acaso, elas – no capitalismo contemporâneo – reproduzem valores e comportamentos desse modo de ser esse é o contexto ideal para o florescimento das formas fundadas no irracionalismo, no niilismo e ideologicamente reatualizadoras do conservadorismo (BARROCO, 2008, p.225).

A violência, na sociedade de classes assume diversas configurações, sendo, muitas vezes, potencializada pelos processos de exclusão aos quais muitos indivíduos são vítimas. Chauí (2006), aponta que o Brasil ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração de renda e má distribuição da riqueza produzida. A polarização existente entre as classes sociais – riqueza e extrema pobreza -, esvazia as relações sociais, criminaliza a pobreza, radicalizando os

antagonismos entre as classes sociais, potencializando percepções de que a violência sexual é um fenômeno exclusivo das classes empobrecidas.

O conjunto das determinações¹¹ sociais, psicológicas, culturais, históricas e econômicas, ao mesmo tempo em que pode revelar a essência do fenômeno da violência sexual, pode também ocultá-la, quando tomadas como verdades absolutas. Lefebvre (1991, p.172), considera que no “pensamento vivo, nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira; nem tampouco indiscutível e inteiramente falsa” Neste sentido, pode-se entender que a essência, ou como diria Kosik (1976, p.18) “a coisa em si”, não é imediatamente manifesta, a essência é a totalidade de momentos:

A visão de conjunto – ressalve-se – é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade que ela se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é uma visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona [...] (KONDER, 2008, p.36).

A clareza da totalidade, da multiplicidade das determinações que envolvem as situações de violência sexual torna-se essencial para não se petrificar o fenômeno. Afirmar que somente o determinante econômico ou psicológico, ou ainda o cultural, são decisivos para o acometimento desta violência é reduzir o fenômeno a sua aparência. A apreensão da totalidade da violência sexual possibilita a elaboração de uma síntese “em que o todo é agora percebido de modo a compreender suas relações mais significativas” (CURY, 1995, p.25).

A conexão entre os fatores que atuam como determinantes, nas situações de violência sexual, permite clarificar a complexa realidade que gira em torno do fenômeno, tal conexão estabelece-se quando se supera a imediatez, a aparência e a fragmentação do fenômeno durante as análises. O método dialético-crítico, portanto, concede analisar a realidade a partir do seu próprio movimento, e não visa apenas conhecer e interpretar, mas sim transformá-lo, por isso é também conhecido como a *filosofia da ação*, permitindo:

¹¹ Para Marx a determinação é um momento essencial constitutivo do objeto “[...] O conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (NETTO, 2009, p.685). O conhecimento do concreto embasado na perspectiva crítica opera-se envolvendo a universalidade, a singularidade e as particularidades das determinações.

Uma evolução que parece reproduzir os estágios já conhecidos, mas sob uma outra forma, num grau mais elevado (negação da negação); uma evolução por assim dizer em espiral e não em linha reta; uma evolução por saltos, por catástrofes, por revoluções, por soluções de continuidade; a transformação da quantidade em qualidade; os impulsos internos do desenvolvimento, provocados pela contradição, o choque das forças e tendências diversas agindo sobre um dado corpo, no quadro de um fenômeno ou no seio de uma dada sociedade; a interdependência e a ligação estreita indissolúvel, de todos os aspectos de cada fenômeno [...] (LENIN, 1980, p.21).

A reflexão proposta pela dialética, de acordo com Cury (1995), somente adquire sentido quando ela se transforma em um momento da práxis social¹² humana. A destruição da pseudoconcreticidade, o salto de qualidade, denominado por Gramsci (2000) como *cartase*, somente será possível se o desvendamento da realidade *ir às raízes* do fenômeno, conhecê-lo radicalmente, transcender a sua aparência. O método dialético-crítico ao inscrever-se na perspectiva radical, enriquece a busca pelo conhecimento, ao mesmo tempo em que não se esgota nas respostas imediatas, mas ao contrário, provoca e instiga, pois, ao mesmo tempo, é capaz de perguntar, criar novas repostas, afirmá-las e negá-las em uma busca incessante pelo real.

2.2 DESVENDANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes remete fundamentalmente aprendê-la a partir do processo histórico no qual se manifesta, buscando, na raiz do fenômeno, à sua essência. A concepção histórica da violência sexual permite uma análise que ultrapassa o plano do imediato, caminhando na direção do desvendamento das conexões existentes na constituição do fenômeno e no movimento do real. Pontes (2002) considera que a categoria historicidade não apenas apreende o objeto dentro da dinâmica histórica, mas sim busca a historicidade dentro do próprio objeto, tomando-o desta forma como componente do processo histórico e não apenas como resultado.

A teoria marxiana da história, portanto, reproduz o movimento do objeto, mas “não se identifica com ele, faz com ele uma unidade, mas não mantém com ele uma

¹² Kosik (1976, p.222), reflete a práxis como sendo “ativa, é atividade que se produz historicamente – que se renova continuamente e se constitui praticamente -, unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade [...] Assim, “a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social)”.

relação de identidade” (NETTO, 2009, p.80). A categoria marxiana da historicidade é a chave heurística para o desvendamento da história, pois é a partir dela, mas não somente dela, que se revelam as múltiplas determinações que incidiram para a constituição do fenômeno, suas variações e manifestações. Por seu caráter de provisoriedade, a história não é concebida como estática e imutável, mas em movimento e em constante “*vir a ser*”.

A concepção histórica marxista não se confunde com a concepção historicista, pois concede o fenômeno como partícipe do processo, inserido no movimento do real e não como algo petrificado, resignado ao passado, mas sim em constantes transformações. A importância da categoria historicidade para a apreensão da violência sexual concentra-se em buscar junto à história do fenômeno suas origens, suas primeiras manifestações, propiciando a reconstrução do objeto em estudo. Neste sentido, Pontes (2002, p.66) tece que o método dialético-crítico apresenta duas características a estrutural e a histórico-sistemática. A estrutural busca a configuração particular do fenômeno nas mediações que o articulam à totalidade concreta e a histórico-sistemática:

[...] ancora-se no fato de que este método necessariamente dirige-se à Gênese de qualquer fenômeno em estudo. Busca arrancar da forma empírica do fenômeno, a raiz histórica de sua constituição, os processos que o constituíram e este enquanto partícipe dos processos. Enfim, a concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e potencialidades.

Barroco (2008, p.21), ao analisar a relação do homem com a história, considera que “a história não é uma abstração dotada de uma existência independente dos homens”, mas que as relações estabelecidas entre os homens reais e a natureza são portadoras de objetividade social e histórica. O processo histórico não se desvincula do fenômeno, porque este é parte do processo, assim como suas transformações determinam a complexidade de sua constituição. Na concepção de história de Marx, segundo Netto (2009) é imprescindível conceber a história como um processo objetivo contraditório, em que concorrem diversos sujeitos coletivos, determinados socialmente e portadores de diferentes graus de consciência e teleologias¹³ diferentes. Marx (1985, p.329), já apontava que “os

¹³ Teleologia “capacidade humana de projetar finalidade às ações; finalidades que contêm uma intenção ideal e um conjunto de valores direcionados ao que se julga melhor em relação ao presente”

homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

A construção da realidade materializa-se por meio dos sujeitos coletivos, sob as mais diversas circunstâncias como referia Marx, neste sentido a constituição da violência também acontece dentro desse movimento, sendo construída por sujeitos determinados. Por isso, é possível apreender que a violência não é um fator inerente à sociedade, mas sim uma construção social e cultural dos sujeitos no decorrer da trajetória da humanidade. Tal construção está intrinsecamente interligada ao modo como as relações sociais estabelecem-se, impreterivelmente as relações entre homens e mulheres, adultos e crianças, no que se refere à violência de caráter sexual.

Nessa direção, a análise da história da violência sexual permite apreender o seu processo de constituição nas sociedades e principalmente compreender suas novas manifestações, buscando, à luz da categoria historicidade, elementos para a compreensão da sua perpetuação ainda nos dias atuais. O *desocultamento* da violência sexual sob o aspecto histórico permite revelar como as sociedades, no decorrer da história, posicionaram-se no que tange à vitimização sexual de crianças e adolescentes, desvendando assim as principais transformações sofridas pelo fenômeno.

Azevedo e Guerra (1988) consideram que as atitudes da sociedade, no que se refere à participação de crianças em práticas sexuais, variam conforme o tempo e espaço, oscilando entre a *aceitação* e a *condenação*. Para o psico-historiador Lloyd deMause (1975, p.20), a história da humanidade, em relação às crianças, está precariamente documentada, inferindo que:

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na História, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas.

A naturalização da vitimização sexual é característica marcante das antigas sociedades. Engels (2001) afirmou que no primitivismo, a poligamia¹⁴ era considerada como um ato comum e mesmo banal entre homens e mulheres. Imperava um estado que o autor denomina de *promíscuo*, onde o comércio sexual era característica primordial da espécie humana. Neste sentido, as relações sexuais incestuosas também eram consideradas naturais, não havendo regras morais para inibi-las – mais tarde com a evolução da humanidade foram adotados novos princípios para excluir as relações sexuais entre os membros de uma mesma família

No mesmo parâmetro das relações incestuosas primitivas, na antiga sociedade grega, as relações entre adulto-criança não eram concebidas por meio da repressão sexual, sendo consideradas como uma prática sexual comum na qual o que a conduzia era a condição do indivíduo na sociedade. Por isso, uma relação sexual com uma criança ou púbere (adolescente) era vista como uma prática natural, desde que o adulto (homem) mantivesse uma posição de poder perante outrem.

Deste modo, o relacionamento sexual com crianças implica a distinção de dois pólos – um ativo e outro passivo -, ou seja, um sujeito (homem) e um objeto para obtenção de prazeres sexuais – crianças e púberes – [...] A questão não se encontrava no que era permitido ou não, mas nas reflexões e na prudência acerca de controlar seus atos (MAGALHÃES, 2005, p.32).

A moral sexual da antiga sociedade grega foi idealizada e estritamente dirigida a homens, por isso a mulher somente aparece como um objeto, ou no máximo, como a parceira a qual se deve vigiar e educar constantemente. Esta moral caracterizava-se pela virilidade no que diz respeito à conduta ligada ao exercício do poder e autoridade dos homens (MAGALHÃES, 2005). No que tange ao incesto, somente era proibido, quando se encontrava uma diferença relativamente grande entre as idades pai-filha ou mãe-filho.

Assim, o casamento e as relações sexuais entre pai e filha ou mãe e filhos com idades discrepantes eram proibidos pelo motivo de serem maiores as chances de gerarem descendentes não tão saudáveis. Além disso, Junqueira (1998) sinaliza que as avaliações na Grécia Antiga não ponderavam grandes preocupações

¹⁴ A poligamia é entendida como a relação familiar na qual tanto o homem quanto a mulher possuem mais de um cônjuge. A poligamia antecedeu a monogamia na qual se funda o predomínio do homem com o objetivo de procriar (ENGELS, 2001).

referentes ao sexo, assim as reflexões morais centravam-se muito mais no como fazer uso dos prazeres do que em aceções do que seria aceito ou proibido.

Não obstante as diversas mudanças no contexto cultural, que transpassaram os séculos, persistiram ainda após a Antiguidade a imagem do homem como o senhor absoluto da sua família, aquele que detinha o poder sobre sua mulher e filhos, aos quais lhe cabia uma obediência e servidão inquestionáveis. O homem configurava o cerne da família, sendo o seu tutor dotado de autoridade absoluta.

O homem, representado pela figura do pai ou esposo, possuía poder sobre os bens da família e também da conduta dos membros de seu clã familiar. No entanto, com o aparecimento do Cristianismo, a concepção de família transforma-se: não mais eram de uma mesma família aqueles indivíduos que professavam um mesmo culto religioso e que residiam sob um mesmo teto, mas sim aqueles que advinham do casamento, em que somente se reconhecia essa organização como a forma legítima de estrutura familiar, censurando fortemente as uniões livres e o incesto (JUNQUEIRA, 1998).

A partir destas transformações, a família organizou-se por meio do casamento – este legitimado perante à moral da Igreja Católica como a única forma cristã de procriação -. A Igreja Católica, em meados do século V, defendia com veemência questões como a virgindade e a abstinência sexual, os jovens deveriam atravessar o período da castidade sem manter relacionamentos sexuais que possuíam conotações de pecados graves. Estes, portanto, deveriam abster-se de qualquer manifestação sexual, entendidas como tentações pecaminosas.

Neste sentido, o cristianismo, em seus primórdios vinculou, à mulher o papel de zelar pela harmonia do lar e, sobretudo, educar e cuidar dos seus filhos, conotação esta advinda de Maria que se dedicou exclusivamente ao cuidado e educação do seu filho Jesus (MAGALHÃES, 2005). Por isso, a mulher, dentro da família cristã dos séculos V, VI e VII, assume uma nova função, a de mantenedora do equilíbrio do grupo familiar e o homem (pai) assume a função de provedor do sustento da família.

Frente a essas considerações sobre a organização das relações familiares, é imprescindível articular a este movimento de transposição à gênese da família moderna e a sexualidade que permeava as suas relações. Ariès (2006), em seus estudos, revela que brincadeiras sexuais com crianças envolviam a nobreza

francesa do século XVI, referindo que Luís XIII era alvo de constantes molestações, advindas tanto de seus pais como dos criados da nobreza, assim:

Essas brincadeiras não eram restritas a criadagem ou a jovens desmiolados ou a mulheres de costumes levianos, como a amante do Rei. A Rainha, pondo a mão em seu pênis, disse: - Meu filho, peguei a sua torneira [...] Ele e a madame (sua irmã) foram despidos e colocados na cama junto com o Rei, onde se beijaram, gorjearam e deram muito prazer ao Rei (ARIÈS, 2006, p.76).

As brincadeiras sexuais, envolvendo crianças, eram práticas naturalizadas, principalmente à nobreza da época. Ariès (2006) analisa que a partir do século XVIII, surge a noção de inocência infantil, privacidade onde o recato e o resguardo das crianças diante as ações sexuais foram transpassadas pelo pudor para com as partes sexuais. Conforme Magalhães (2005), o século XVII foi apontado como o período no qual se iniciou a repressão às relações sexuais. A repressão, além de estar estritamente ligada à moral da religiosidade da Igreja Católica, é considerada como um dos fatores que fortemente influenciaram o desenvolvimento do capitalismo, em que o sexo foi reprimido como forma de não permitir que a força de trabalho se dilapidasse em prazeres, trazendo assim prejuízos ao processo de produção.

O advento do cristianismo corresponde ao início de um ciclo sistemático de condenação da participação sexual adulto-criança baseada de um lado na concepção repressiva da sexualidade como prática impura, só tolerável para fins procriativos e, de outro na idealização da infância como idade da pureza e da inocência livre de pensamentos e sentimentos sexuais, assexuada, portanto. Essa concepção romântica da infância fez com que somente por volta do século XVII a Igreja assumisse a condenação explícita das relações sexuais adulto-criança, incluindo aí várias formas de incesto (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 21).

Para o desvendamento da consolidação da cultura patriarcal e machista nas sociedades contemporâneas, principais determinações que influenciam no acometimento da violência sexual, é imprescindível recorrer ao *processo histórico*. Percorrer a constituição da família no início da civilização, na era do primitivismo e a hierarquia que se desenvolveu na Grécia Antiga, na organização do núcleo familiar, são subsídios para se compreender a estruturação do regime patriarcal dentro do modo de produção capitalista. A maior dificuldade em analisar o fenômeno da

violência de gênero¹⁵, segundo Saffioti (2007, p.16) refere-se à constituição da tríade patriarcado/racismo/capitalismo, apontada pela autora, não como eixos paralelos, mas sim entrecruzados, em que:

Rigorosamente, a dominação-exploração de muitos por poucos, das classes subalternas pelas classes dominantes, não constitui o único princípio estruturador das relações sociais, na sociedade ocidental, em geral, e na brasileira, em especial, estão presentes mais dois sistemas de dominação-exploração, a saber: o patriarcado, que legitima a assimetria das relações de gênero, a subordinação da mulher ao homem; e o racismo, que permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social.

O capital atua como base para a perpetuação das relações desiguais, produzindo, no interior de sua dinâmica nas palavras de Iamamoto (2008), a *banalização do humano*. A invisibilidade das contradições e o esfacelamento de uma perspectiva igualitária, nas relações sociais, contribuem fortemente para o mascaramento das situações de violência sexual. Historicamente, a questão da violência de caráter sexual tem sido resignada às classes sociais empobrecidas, ou seja, atribui-se o aparecimento de tal violência à pobreza, ao desemprego, à vulnerabilidade social e econômica dos sujeitos.

Contudo, é de suma importância pontuar que a violência sexual é um fenômeno transversal, o paradoxo da relação violência/pobreza, é uma construção fetichizada, de interesse das classes dominantes, para desviar a atenção do Estado para as classes subalternizadas, e assim perpetuar essa violência nas suas relações. O obscurecimento das múltiplas determinações, que incidem sob a violência sexual e as suas manifestações, é parte de um processo, engendrado em um contexto macro da sociedade capitalista em que:

Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições sociais entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais. É necessário, portanto, um esforço de apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da questão social e suas múltiplas expressões [...] (IAMAMOTO, 2008, p.34).

¹⁵ A violência de gênero é considerada como sendo uma determinação de suma importância para se apreender a complexidade da violência sexual. Para Saffioti e Almeida (1995), esta violência assinala um tipo particular de violência que aponta à preservação da organização social de gênero, constituída na hierarquia e na desigualdade de espaços sociais sexuais.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente quando estas são mulheres é um produto histórico da constituição das relações sociais. No entanto, não significa conceber esta como inerente às relações interpessoais, a violência seja ela sexual ou não, desenvolve-se sob relações específicas, em contextos e espaços determinados historicamente. Em sua dinâmica de produção e reprodução, revelam-se as suas múltiplas faces e formas de aparecimento na sociedade.

No desocultamento do processo histórico da violência sexual, é indissociável a relação entre como essa violência desenvolve-se no seio das relações interpessoais, com a totalidade das determinações que constituem o seu corpo. Neste sentido, apreende-se a importância de inserir, nessa interligação, as relações entre os homens, historicamente determinadas por circunstâncias genéricas e particulares. Buscando com isso, produzir o movimento do real a partir da totalidade dos fenômenos que a compõem, especialmente desvinculando-se de perspectivas segmentárias, no sentido de viabilizar um maior aprofundamento ou penetração na essência da violência sexual.

2.3 AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual contra crianças e adolescentes, na perspectiva do método dialético-crítico, é apreendida a partir das múltiplas faces e fatores que determinam ou condicionam o seu aparecimento nas relações familiares e sociais. A posição da categoria totalidade, segundo Kosik (1976), compreende a realidade nas suas leis, procurando revelar as conexões internas e principalmente situando-se como *antítese* à posição empiricista das manifestações fenomênicas. A totalidade de um fenômeno é mais do que a soma de suas partes, não significa todos os fatos, como aponta Kosik (1976), diz respeito a realidade como um todo estruturado, dialético, do qual um fato do todo dialético pode ser compreendido.

A categoria da totalidade justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com uma síntese explicativa cada vez mais ampla (CURY, 1995, p.27).

A análise do fato deste *todo estruturado* proposta neste trabalho é uma face da violência ainda presente nas sociedades contemporâneas - a violência sexual – que é resultante de um processo macro que envolve a sociedade e sinaliza a violência estrutural. A vitimização¹⁶ de crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, abrangendo a todos os indivíduos. Tal violência é parte constitutiva das relações capitalistas, que se estabelecem na sociedade contemporânea, sendo indissociável às condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas.

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica entre a economia por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Claro que isso não significa ressaltar uma dominação mecânica entre a economia e a superestrutura ideológica (a política, a cultura, entre outras). Significa, sim, que para viver os homens necessitam, em primeiro lugar, satisfazer suas necessidades básicas (comer, beber, vestir, etc.) [...]. Assim sendo, a economia não pode ser desconsiderada nesse contexto, o que não significa atribuir-lhe papel único e mecânico ao influir na vida do ser social (SILVA, 2012, p.03).

A violência sexual contra crianças e adolescentes revela o perverso cenário da sociedade brasileira, em que a violência estrutural aparece como característica basilar e precursora para o aparecimento das violências. A violência estrutural é prevacente em sociedades em que existe a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas, a dominação de classes e profundas desigualdades sociais e econômicas. São diversos os fatores condicionantes do fenômeno da violência, estando dialeticamente imbricados na composição da estrutura social, sendo “uma forma de relação social que está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (ADORNO, 1988, p. 31).

A violência sexual não acomete apenas o contexto brasileiro, é um fenômeno mundial, presente em todas as classes sociais, considerado por isso como transversal, apresentando múltiplas dimensões que complexificam o seu enfrentamento, bem como a compreensão acerca do seu acometimento. A violência sexual é um fenômeno fruto de relações de poder, manifestando-se como:

¹⁶ Segundo Azevedo e Guerra (2007, p.35), a vitimização é uma violência interpessoal que “pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação ou omissão de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico à criança [...] Enquanto violência interpessoal, a vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões”.

[...] produto de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta “num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro” (LEAL; CÉSAR, 1998, p. 15).

A violência sexual deve ser apreendida como expressão da questão social, e não como um fenômeno isolado. É importante salientar que a questão social não se expressaria somente na exploração sexual comercial - por seu caráter de relações sociais desiguais, de exploração sobre classes e por acometer majoritariamente as classes empobrecidas -. Contudo, é importante ressaltar que violência sexual, nas outras formas em que se manifesta também se constitui como expressão da questão social, uma vez que envolve relações desiguais – de gênero e de faixa etária -, dominação e opressão. Netto (2001) compreende que a questão social não é unívoca, mas ao contrário, ao seu entorno insere-se compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas, podendo ser apreendida:

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p.24).

Para compreender como a questão social expressa-se em suas múltiplas manifestações, lamamoto (2008) pontua ser importante considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais que ela assume em cada contexto da sociedade. A violência sexual como expressão da questão social, na sociedade contemporânea, também se encontra massivamente impulsionada pelos valores individualistas, de consumo exacerbado e principalmente da (re) afirmação da cultura machista que se assenta na dominação do adulto sob a criança e o adolescente, que atuam como elementos propulsores para perpetuação de valores ideológicos, culturais e sociais arcaicos, numa sociedade que se julga cosmopolita.

As profundas desigualdades socioeconômicas, no Brasil, constituem caldo de cultura propício à exploração de uns por outros. Muitas vezes, são os próprios pais ou avós das meninas que as oferecem como prostitutas, porquanto não veem outra maneira de conseguir dinheiro para a subsistência da família. Condições de miserabilidade material geram miséria psicológica e pressionam no sentido da obtenção de qualquer recurso para minorar sofrimentos (SAFFIOTI, 2007, p. 74-75).

Neste contexto, a criança ou o adolescente transformam-se em mercadoria de venda e troca no balcão da exploração sexual, a violência, no que compreende a exploração, ultrapassa “os serviços sexuais” a que as crianças são expostas. Tal violência é atravessada também por outros aspectos como a violência psicológica, a violação de sua dignidade, além de colocá-la em constante risco, já que, as doenças sexualmente transmissíveis aparecem com grande incidência¹⁷ em crianças vítimas de violência sexual. O desvendamento e interpretação das determinações que incidem sobre a violência sexual exigem que se penetre no seu interior ultrapassando, assim a constatação imediata, compreendendo segundo Lefebvre (1991, p.216) que:

[...] um ser determinado – um ser vivo, por exemplo – não aparece, à primeira vista, em toda a sua realidade. Ele se forma. Por conseguinte, “aparece” num conjunto de conexões e manifestações e, num primeiro momento, aparece em seu começo, na transição de outra coisa nele: o germe a partir do qual ele se desenvolve no qual ele não está inteiramente, mas onde já está.

Não reduzir o fenômeno somente ao âmbito do econômico é imprescindível, uma vez que, nas relações de vitimização sexual, a díade dominação-exploração transcende as determinações econômicas, estando presente em todas as classes sociais. Tal díade é o elo fundador desta violência, em que as relações de poder incidem diretamente na submissão da criança ao adulto. Tais relações são explicitamente desiguais, de acordo com Saffioti (2007), desenham uma hierarquia entre as categorias de gênero e faixa etária. A ideologia machista é o principal instrumento para a perpetuação das situações de dominação-exploração, conferindo legitimidade às “relações sociais de gênero altamente assimétricas, consagrando-se a subordinação da mulher ao homem, em que há, no processo de socialização do macho, um certo culto à violência” (SAFFIOTI, 2007, p.56).

Frente a isso, é possível ter-se a dimensão do fenômeno da exploração sexual: crianças e adolescentes, pertencentes às classes e aos estratos sociais menos favorecidos, são mais suscetíveis à exploração sexual infanto-juvenil. As condições de pobreza influenciam e principalmente potencializam o acometimento

¹⁷ De acordo com a UNICEF (2009), as doenças sexualmente transmissíveis são sinais indicativos de abuso sexual, que incorporam a esse quadro o comportamento agressivo, o medo, tendências suicidas, comportamento sexual inadequado para a idade, além de dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas genitais ou anais, baixo controle dos esfíncteres, erupções na pele, vômitos, dores de cabeça sem explicação médica, ato infracional, dentre tantos outros.

deste crime tão cruel. Diversas pesquisas¹⁸ e estudos apontam a pobreza e a exclusão social como os principais fatores que influenciam a exploração sexual infanto-juvenil (VIVARTA, 2003). O CECRIA (2009) afirma que esta violência gera um pólo de degradação na vida das crianças e adolescentes, considera que o criminoso não é somente o explorador¹⁹, mas também e principalmente quem pratica sexo com estas crianças.

Considerada uma das situações mais graves dos tempos atuais, a violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas variadas manifestações, é uma das violações dos direitos humanos que, como todas outras, deixa marcas profundas e severas na vida das pessoas por ela afetadas, comprometendo significativamente a condição cidadã de direitos [...] Tal violação nega-lhes direitos fundamentais, como o direito à vida, à dignidade, à liberdade e ao respeito, direitos que asseguram o amadurecimento da sexualidade em harmonia com sua condição peculiar de desenvolvimento (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p.75).

Diferentemente das situações de exploração no abuso sexual – intra ou extrafamiliar - os determinantes econômicos assumem função secundária. Por ser um fenômeno transversal, os condicionantes de pobreza e miséria não aparecem como preponderantes. A exploração sexual é evidenciada de forma quase que totalitária nas classes empobrecidas, que buscam, na exploração comercial - corpo/sexo das crianças e adolescentes -, formas de subsistência. Assim a articulação entre este fenômeno e as classes dominadas evidencia também o grau de desenvolvimento econômico e social dos contextos em que se constata este tipo de violência sexual.

Analisar a realidade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual requer uma análise crítica dos aspectos históricos, sociais e culturais que permeiam o acometimento dessa violência na sociedade. Neste sentido, torna-se imprescindível apreender as múltiplas dimensões que este fenômeno assume na contemporaneidade a partir da perspectiva de totalidade, no sentido de desvincular-se de apreensões reducionistas e acríicas acerca desta violação de direitos. Construir um debate crítico em torno das questões que envolvem a violência sexual

¹⁸ A dependência química é apontada por Vivarta (2003), como um dos fatores que contribuem para que crianças e adolescentes sejam vítimas de exploração sexual, uma vez que, buscam na exploração de seus corpos um modo de obterem meios para a compra e consumo da droga.

¹⁹ Explorador segundo Vivarta (2003, p.27) “trata-se de alguém que visa lucro financeiro, vendendo o sexo ou a imagem das vítimas. O explorador, além de comerciante ilegal, pode ser também um abusador sexual – circunstancial ou pedófilo”.

é buscar novas alternativas de prevenção e proteção para as crianças e adolescentes, por isso é importante apreender que:

[...] a família está inserida numa realidade político-sócio-econômica, enfim está mergulhada no caso brasileiro, numa sociedade capitalista extremamente excludente, espoliadora, que nunca se ocupou de forma lúcida, real, sem fetiches, da questão social. Não se trata de uma genérica erradicação da pobreza, mas de uma verdadeira política de pleno emprego, de saúde, moradia e principalmente de educação (VERONESE, 1999, p.123).

As políticas sociais devem implicar ações que efetivem o Sistema de Garantia de Direitos²⁰, elaborando estratégias e alternativas que fortaleçam as famílias, buscando resgatar, junto a elas, os vínculos familiares fragilizados, seja pelo acometimento da violência sexual ou ainda do empobrecimento e das desigualdades sociais que cercam as famílias brasileiras na contemporaneidade (BRASIL, 2009). A garantia deste direito envolve um esforço coletivo, buscando, de forma conjunta, mudanças nos paradigmas culturais e sociais que estigmatizam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

2.4 A VIOLÊNCIA SEXUAL E A CATEGORIA CONTRADIÇÃO

A categoria dialética da contradição é considerada o motor da realidade, sendo a principal propulsora do movimento do real. Esta categoria impossibilita a imutabilidade, a estaticidade e petrificação dos fenômenos. A contradição²¹ dialética de acordo com Prates (2005) é uma negação inclusiva, não é uma relação de exclusão, mas sim de inclusão plena de uma nova tese, por meio da negação do fenômeno, para a sua superação:

²⁰ O artigo 1º da Resolução 113 de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) entende que o Sistema de Garantia de Direitos “constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal” (BRASIL, 2006).

²¹ Konder (2008), ao analisar a contradição na lógica dialética infere que esta categoria é reconhecida como sendo o princípio básico do movimento pelo qual os seres existem, por isso, sinaliza também resistência. O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes por meio das políticas públicas e de outras ações coletivas, expressa a resistência dos sujeitos a essa questão, sendo discutida no capítulo 3 deste trabalho.

Mas uma vez que conseguiu se afirmar como tese, essa tese, esse pensamento, oposto a si mesmo, se desdobra em dois pensamentos contraditórios, o positivo e o negativo, o sim e o não. A luta desses dois elementos antagônicos, encerrados na antítese, constitui o movimento dialético. Tornando-se sim e não, o não tornando-se sim, o sim tornando-se simultaneamente sim e não, o não tornando-se simultaneamente não e sim, os contrários se equilibram, se neutralizam e se paralisam. A fusão desses dois pensamentos contraditórios constitui um pensamento novo, que é sua síntese (MARX, 2007, p. 99).

Para o desvendamento das contradições de um fenômeno (violência sexual) não basta apenas segundo Hegel (2002), a reflexão, é preciso, além do processo reflexivo que consiste em constatar as oposições e de passar de uma para outra, estabelecer as conexões existentes entre elas. A presença da negatividade é referida por Pontes (2002, p.60) como “a tensão entre as forças que lutam pela manutenção da ordem social e as forças que buscam desestruturá-las”. Neste sentido, a contradição é a categoria dialética que permite apreender o fenômeno nas suas conexões e totalidade, já que a contradição, segundo Coutinho (2005), não é o todo negando as partes, ou ainda, como partes abstraídas deste todo. Por isso:

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga a superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos que se envolvem profundamente, e cada uma contém os momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura (CURY, 1995, p.30).

Ao analisar a violência sexual a partir das suas contradições, descobre-se a diversidade de conexões que se estabelecem em torno deste fenômeno. Tais conexões perpassam o campo da teoria que construíram diversas formas de explicar a violência sexual, como também o próprio processo de chegada da denúncia às instituições responsáveis pela atenção a essas situações de violência e o aparecimento e perpetuação das práticas sexuais, envolvendo crianças e adolescentes. Primeiramente, será explicitado a pseudo idealização da família perfeita, na qual a violência sexual não acontece, Magalhães (2005, p.44) refere que:

Criou-se no imaginário social um modelo de família ideal, de modo que a violência é associada sempre às famílias pobres ou àquelas que não se enquadram neste modelo de família nuclear difundido. Porém devemos saber que esta não é a realidade, a violência contra crianças e adolescentes ocorre em qualquer classe socioeconômica.

A associação da violência sexual às classes sociais subalternas e às famílias consideradas *desestruturadas*, obscurece a complexidade e multideterminação das situações de violência sexual. A dimensão imediata dessa concepção é balizada por diversos fatores. Primeiro a *criminalização da pobreza*: vista como perigosa e amoral. Rizzini (2008, p.53) pontua que “os filhos nascidos de boas famílias teriam um pendor natural a serem virtuosos, ao passo que os que traziam má herança, seriam obviamente vistos como portadores de degenerescências”. Sarti (2010) aponta que as famílias em geral vêm sofrendo significativas mudanças, seja pelo avanço tecnológico que possibilitou às mulheres na década de 1960 optarem pela maternidade ao se disponibilizar a pílula anticoncepcional, seja pelo conhecimento da paternidade a partir dos anos de 1990 com o DNA.

Além disso, o conceito de família vem substancialmente modificando-se, com a introdução da legislação brasileira de proteção a infância e juventude, houve uma dessacralização da família, ao se introduzir a necessidade de proteção às crianças e adolescentes quando o seu meio familiar sinalizar risco ao seu desenvolvimento. A família, no que se refere a sua constituição, também se modificou de forma a constituir novos núcleos e configurações, hoje o conceito fechado de família historicamente caracterizada pela família tradicional (pai, mãe e filhos) é incapaz de abranger as inúmeras transformações contemporâneas, por isso, no contexto atual a família sai do singular e transmuta-se para o plural “famílias”, representadas pelas suas múltiplas configurações: monoparentais, homoafetivas, adotivas, ampliadas, etc.

Constrói-se, assim, um estigma que se perpetua ainda na atualidade, ao associar pobreza e violência, pobreza e promiscuidade, pobreza e imoralidade. Em segundo, a *nova família* tradicionalmente vinculada à situação irregular em que o principal argumento, de acordo com Neder (2010), ainda é a determinação econômica que influencia na fragilização dos vínculos familiares, e conseqüentemente criando um ambiente propício para o acometimento da violência sexual.

O determinismo engendrado, nesses dois fatores explicitados, é consequência de um caldo cultural da sociedade brasileira, de ordem econômica, mas, sobretudo ideológica e política. A recusa à diversidade das novas configurações familiares é fruto da construção histórica do ideário da família sagrada, reforçado por teorias lineares, que atribuem às novas famílias a concepção de desestruturação. A ordem política pela própria dinâmica do modo de produção que é perverso ao restringir as riquezas produzidas a pouquíssimos indivíduos causando processos de exclusão social e reificando as relações interpessoais, em que as crianças são vistas como objetos e mercadorias para o prazer sexual de adultos.

A pobreza aparece em diversos estudos e pesquisas como o fator determinante para a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, a exploração sexual comercial, deve ser apreendida a partir de uma análise que contemple o caráter multifacetado do fenômeno, que envolve tanto relações desiguais de gênero, faixa etária, sociais, culturais, mas também econômicas:

Com relação à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes existem 1 milhão de crianças inseridas no comércio sexual e na pornografia, no mundo inteiro (OMT-Cairo/95). Os indicadores sociais levantados pelo referido Instituto, em 1996, revela que 41.5% das pessoas estão na categoria de sem rendimentos mensais; 15.3% têm rendimentos de até 01 salário mínimo mensal e 12.9% têm rendimentos de 01 a 02 salários mínimos mensais. Estes dados são da média nacional, embora sejam bastante acentuadas as diferenças entre as 05 macro-regiões do país. O salário mínimo atual é de aproximadamente US\$75,00 (CECRIA, 1999, p.08).

Contudo Vivarta (2003) considera ainda outros fatores que dificilmente são pontuados: as atitudes e comportamentos inerentes a esse crime, a fragilização da vítima, situações de violência (física e psicológica), negligência, o consumo de drogas pelas crianças e adolescentes, que vêm, na possibilidade de venda do corpo, um meio para a obtenção da substância química, como alguns aspectos que podem incidir no envolvimento de crianças e adolescentes de classes médias e altas.

É arriscado, por exemplo, citar a pobreza como principal causa de todas as situações de Abuso e Exploração Sexual praticadas contra crianças e adolescentes. Segundo os especialistas, ainda é muito pequena a parcela de casos que chegam ao conhecimento da polícia (VIVARTA, 2003, p.46).

Além disso, as discussões sobre a violência sexual não podem ser centralizadas nos binômios vítima/vitimizador e explorado/explorador, uma vez que envolve uma série de outras relações que se formam ao entorno do fenômeno. A ocultação destas outras relações, além de permitir a manutenção das situações de violência, impede o desvendamento das conexões, obstaculiza a construções de estratégias para a interrupção da violação de direitos. Na exploração sexual comercial, existe uma rede que está centrada no lucro comercial advindo da venda do corpo da criança e adolescente que é transformada em mercadoria para fins sexuais. Por detrás desta rede, existem, além dos aliciadores, os “clientes”, os proprietários de prostíbulos e a própria família da vítima. Essa trama de relações engendra um complexo campo de determinações, em constante transformação, adequando-se ao movimento da realidade.

Outro aspecto de suma importância para se apreender a categoria contradição na análise da violência sexual refere-se ao estigma construído sob as crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. Além do sofrimento da violência, da não credibilidade²² da criança em relação aos adultos, em que muitas vezes os seus relatos são vistos como fantasiosos, existe também a transferência da culpa para as vítimas. A culpabilização das vítimas encontra-se atrelada à sedução e ao consentimento, criando, assim, um estigma que não leva em consideração as *relações de poder, manipulação, indução e pressão para consentir relacionamentos e atividades de caráter sexual*. Além disso, conforme Saffioti (2004, p.18) é preciso ponderar que:

A vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e /ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar, sodomizar outros, enfim, de reproduzir, contra outros, as violências sofridas, do mesmo modo como se mostra mais vulnerável às investidas sexuais ou violência física e psíquica de outrem.

Contudo, a perpetuação do ciclo da violência, nas relações que se estabelecem no âmbito familiar, transcende as teorias “vítima a vitimizador”. Esta abordagem possui um caráter determinista, não considerando as contradições contidas nessa expressão da violência, uma vez que se direciona somente para

²² A falta de credibilidade nos relatos das crianças e adolescentes atua como elemento desencorajador para a revelação das situações de violência sexual, aumentando ainda mais os índices dos casos não notificados.

fatores psicológicos, ficando restrita ao universo familiar, limitando assim a apreensão multicausal da violência sexual. A violência sexual imposta às crianças e adolescentes impõe profundas marcas²³ para o seu desenvolvimento psíquico, físico e emocional, no entanto a complexidade do fenômeno não se reduz a este aspecto. Algumas pesquisas têm sugerido uma visão reducionista quanto à violência sexual, apontando que:

[...] a ocorrência de violência sexual durante a infância e adolescência possui conexão com a sua perpetração na fase adulta. São as teorias “vítima a vitimizador”, segundo as quais a criança não consegue ressignificar o trauma vivenciado e atua violentamente, como forma de resolução do conflito gerado pela violência sofrida (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p.145).

Azambuja (2004) aponta que o determinismo da transgeracionalidade foi instituído pela própria psicologia na tentativa de estabelecer padrões de normalidade para os comportamentos humanos. A gama de fatores que influenciam no acometimento da violência sexual contra crianças e adolescentes é diversificada, portanto, transcende aos fatores psicológicos, incluindo-se neste rol, fatores sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, a categoria contradição rompe com o determinismo de teorias lineares, ao apontar a diversidade de fatores implicados na dinâmica do fenômeno, Lefebvre (1991, p.30), considera que:

[...] não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas; uma base objetiva real; na verdade mostram que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições.

Na esfera da complexidade do fenômeno “desvendar a contradição é exatamente mostrar os opostos em luta e movimento” (PRATES, 2005, p.137), e buscar apreender a profundidade da sua manifestação, por meio da reflexão crítica, ultrapassando a imediatez das aparências fenomênicas. A superação da violência sexual requer apreender suas contradições na totalidade do fenômeno. Exige, deste modo, compreender o real como um processo que contém “sem encerrar, o possível numa unidade de contrários” (CURY, 1995, p.31).

²³ Segundo a Unicef (2009), estas crianças ficam traumatizadas e com imensas dificuldades em estabelecer vínculos de confiança e afetividade com outras pessoas, relações essenciais para o desenvolvimento em sociedade.

A transversalidade da categoria contradição, no fenômeno da violência sexual, acomete também os processos de denúncia e das representações estatísticas. A realidade apresentada pelos números divulgados pelos órgãos de recebimento de denúncia (suspeita ou confirmação) não contemplam a universalidade das situações de vitimização sexual. Inúmeras crianças e adolescentes não são contabilizados nesses números. Os dados representam somente uma parcela restrita da realidade, uma vez que somente chega ao conhecimento público as situações em que a própria família revela o segredo ou quando indivíduos externos ao núcleo familiar denunciam a violência.

A falta de dados confiáveis prejudica não apenas a formulação de políticas públicas que atendam às reais necessidades das diferentes regiões do país, mas também seu acompanhamento e avaliação, dificultando a identificação de pontos de estrangulamento e definição de alterações nos planos de ação que venham a ser necessárias. As organizações da sociedade civil também tentam suprir esta lacuna, produzindo pesquisas e traçando o diagnóstico da situação. Tais esforços são essenciais não apenas para fornecer informações relevantes para embasar decisões e ações governamentais, mas também para evitar que sua inexistência constitua uma desculpa para a não ação dos governos, como forma de legitimar sua omissão (KAWATA, 2004, p.70).

Desvendar as contradições impingidas às quantificações das situações de violência sexual, de acordo com Prates (2005) é justamente mostrar os opostos em luta e movimento, negar, mas não excluir, é reconhecer a oposição para elaboração de uma síntese, para a superação da realidade fragmentada. A tabela 4 sistematiza as denúncias recebidas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, por meio do Disque 100 – Módulo Criança e Adolescente, no ano de 2011, em âmbito nacional e estadual.

ANO 2011	Estimativas Nacionais	Estimativas do estado do Rio Grande do Sul
Denúncias (violência física, psicológica e sexual)	9.827	896
Abuso Sexual	72,26%	19,64 %
Exploração Sexual	27,9%	6,92 %

Tabela 4 - Relatório Disque 100 do ano de 2011.

FONTE: Relatório Disque 100 – Módulo Criança e Adolescente (2011).

No que se refere às situações de violência sexual, os dados ora apresentados revelam apenas uma ínfima parcela da realidade, ou seja, caracterizam-se como estimativos e não como dados estatísticos puros, pois não conseguem abranger a totalidade assumida pela violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto atual da sociedade brasileira. A *síndrome do segredo*,²⁴ comumente presente nas famílias em que as situações de abusos sexuais acontecem, endossam os grandes entraves para as notificações. A Organização Mundial da Saúde refere que “apenas um em cada 20 casos chega a ser notificado, ocultando assim as reais situações de violência” (BEUTER, 2007, p.30), o que impede ações com maior impacto e efeito para o seu enfrentamento.

A ultrapassagem das práticas sexuais, envolvendo crianças e adolescentes demanda não naturalizar a violência sexual, mas sim derrubar as barreiras impostas pelo medo, vergonha e preconceito. Portanto, é imprescindível destruir com ideologias que legitimam a desigualdade nas relações interpessoais, em que a assimetria acontece por meio da concentração do poder nos homens e adultos.

O percurso a ser construído impreterivelmente é constituído por políticas públicas comprometidas com a proteção da infância e juventude na promoção e valorização deste segmento social. O caráter multifacetado da violência sexual agrega diversas contradições tanto na própria conceituação teórica quanto na apropriação das suas determinações. O grande desafio para a superação desta violência exige a adoção de estratégias que contemplem as suas múltiplas manifestações, não esvaziando o seu enfrentamento e debate ao reducionismo de certas teorias que ignoram o movimento dialético da realidade.

2.5 A VIOLÊNCIA SEXUAL E O CAMPO DAS MEDIAÇÕES

A violência sexual contra crianças e adolescentes, como já apresentada neste trabalho é uma face da violência encontrada em todas as sociedades, desde os seus primórdios. Contudo, a forma como esta violência irá se manifestar será diferente em cada contexto histórico, social, econômico e cultural. A dinâmica do fenômeno está atrelada ao movimento da realidade e o seu desvendamento no método dialético-crítico por meio de sucessivas aproximações.

²⁴ A síndrome do segredo é discutida no item 3.1 do próximo capítulo.

Para superar a aparência do real, a categoria mediação busca a superação da *imediaticidade*, em que neste plano as coisas, objetos e fenômenos aparecem como acabados. Os complexos totais que são estruturas sociohistóricas existentes no ser social, encontram-se em constante movimento que é impulsionado pela negatividade (PONTES, 2002). Neste sentido, é possível apreender que a mediação possui:

[...] um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da razão, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza dialética (PONTES, 2002, p.81).

As mediações são compreendidas por Martinelli (1993, p.136), como uma categoria “possibilitadora da transformação”, conduzindo, deste modo, para o progresso das relações econômicas, sociais, culturais e espirituais dos homens, uma vez que a evolução das mediações implica no distanciamento de formas degradantes e de barbárie da relação homem/natureza.

A mediação, na dialética hegeliana, é “responsável pela articulação dinâmica, processual entre as partes na sua ação recíproca e o todo, considerando que cada parte se constitui em uma totalidade parcial também complexa” (PONTES, 2007, p. 55). Esta articulação sinaliza a mediação na perspectiva da totalidade e das particularidades, esta no sentido de individualidade dos fenômenos sociais e não de singularidade - onde a mediação é oculta -, por isso a mediação expressa-se no todo.

As mediações, afirma Pontes (1999) não podem ser consideradas como acidentais ou desistoricizadas, pois se constituem na expressão concreta atuando, deste modo, como indicadores do processo histórico-social da sociedade. Tal categoria possibilita desvendar as conexões da realidade a partir de quatro instâncias do conhecimento, que são:

- 1) condicionalidade material de seu surgimento e existência;
- 2) de seus traços específicos e peculiaridades;
- 3) de sua posição no contexto dos fenômenos sociais;
- 4) dos impactos individuais e sociais que provoca (MARTINELLI, 1993, p.140).

A categoria mediação, segundo Martinelli (1993), busca apreender a realidade dos fenômenos sociais e da relação desta com os sujeitos, concede-os dentro de um movimento, situado na perspectiva de conhecer a sua existência real e concreta. A mediação, de acordo com Cury (1995), procura compreender o fenômeno na articulação deste com os demais fenômenos da realidade e com o conjunto das manifestações da realidade que é parte.

Na singularidade, as mediações, as determinações, enfim, a própria legalidade social estão inteiramente ocultas, numa palavra, esse é o plano da imediaticidade. É exatamente porque a singularidade corresponde à dimensão da imediaticidade que o sujeito cognoscente apreende as categorias sociais como formas autônomas de ser. Neste nível, essas categorias emergem despidas de determinações históricas (PONTES, 2002, p.85).

A procura pela apreensão crítica da violência sexual para a sua superação não pode, de modo nenhum, desconsiderar os fenômenos sociais e econômicos. A segmentação da violência sexual, em sua singularidade, retira a perspectiva de totalidade na busca pela sua essência, o desvendamento das contradições, assim como dos nexos que se interligam para a sua produção e reprodução. A violência sexual, nesse sentido, não pode ser separada das demais expressões da questão social, sendo decorrente das relações desiguais econômicas e sociais, entre gênero, segmento social (criança e adolescente), que resultam nas inúmeras situações de violência sexual. Na contemporaneidade, essa refração da questão social assume diversas configurações, que denotam uma “certa adaptação” da violência ao jeito moderno de se viver em sociedade, dentre elas situam:

Sexting é uma expressão de abuso sexual recente, em adolescentes, jovens ou adultos, acontece por meio do uso de celulares, e-mail, salas de bate-papo, comunicadores instantâneos e sites de relacionamento, para enviar fotos sensuais, mensagens de textos ou convites com fins sexuais. Algumas vezes essa prática, ao cair na rede, pode configurar abuso ou exploração sexual. Sextosión se configura a partir do sexting. É a prática de chantagens com fotografias ou vídeos da criança ou adolescente sem roupa ou em relações íntimas que foram compartilhados por “sexting” com fins de exploração sexual. Grooming caracterizado pela ação de um adulto ao se aproximar de crianças ou adolescentes via internet, por meio de chats ou redes sociais, com o objetivo de praticar abuso ou exploração sexual (SILVA, 2012, p.52).

As novas formas de abuso e exploração sexual revelam o movimento da realidade, a dinâmica dos fenômenos, as contradições e as particularidades que

assume em cada contexto sociohistórico. O método dialético-crítico, nesse modo, capta as tendências históricas dos objetos, à luz da perspectiva da totalidade. Netto (1989, p. 10) afirma que “a estrutura é móvel, não está dada na gênese: um mesmo fenômeno, em um mesmo processo histórico, em condições históricas diversas, tem sua estrutura, e, principalmente, suas funções alteradas”. Dentre as faces assumidas pela violência sexual infanto-juvenil, podem-se sinalizar as seguintes:

Violência sexual sensorial: exibição de performance sexualizada de forma a constranger ou ofender a criança ou o adolescente, tais como: pornografia, linguagem ou imagem sexualizada e assédio. Violência sexual por estimulação: carícias inapropriadas em partes do corpo consideradas íntimas, masturbação e contatos genitais incompletos. Violência sexual por realização: tentativas de violação ou penetração oral, anal e genital (VIVARTA, 2003, p. 128).

Assim, também a violência sexual assume diversas configurações que irão se manifestar diferenciadamente a depender das circunstâncias que se apresentam para o fenômeno. À guisa de exemplificação, o abuso sexual, como já fora referido neste capítulo, no início da civilização, principalmente nas sociedades gregas era uma prática comumente encontrada nas famílias aristocráticas da época. A literatura pouco faz inferência sob a utilização de extrema violência, pois o abuso era uma prática intrínseca à cultura grega. A historicidade dos fenômenos para o método dialético-crítico é uma mediação de suma importância para a apreensão da essência, ao estabelecer uma conexão entre a gênese do objeto e o contexto atual que assume suas configurações. Pontes (2007), explica que as mediações permitem a apreensão do movimento do ser social na sua historicidade, que estão ocultas pelas aparências e submersa pela facticidade.

No campo das mediações, também chamado por Lukács (1979), como dialética da particularidade, as singularidades (imediatos e desistoricizados, portanto, acrílicos e fragmentados) vitalizam-se com as leis universais dialeticamente interligadas. A ruptura com a facticidade da singularidade possibilita o desvendamento dos complexos sociais, negando o imediato, a pseudoconcreticidade e desvendando as forças e processos implicados na gênese do fenômeno.

Na esfera da universalidade se encontram as grandes determinações e leis tendenciais de um dado complexo social. Leis e determinações estas que na esfera da singularidade ficam ocultas pela dinâmica dos fatos (imediaticidade/facticidade). Na esfera da singularidade cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo uma causalidade caótica (PONTES, 2007, p.41)

A mediação, logo, é portadora de *dinamismo e articulação* (PONTES, 2007), pois é ela que movimenta o real, movimentando também o método para que esse não se engesse no processo de apreensão da realidade dos complexos sociais. O campo das mediações possibilita o caminho metodológico para a apreensão dos fenômenos no plano da mediaticidade. Tal caminho realiza-se por meio de sucessivas aproximações com as determinações histórico-concreto-estrutural dos fenômenos, o conhecimento dialético da realidade, rompe, portanto, com a aparência fenomênica na qual as coisas apresentam-se de forma acabada.

Lukács (1979, p.84) afirma “que toda aparência ou fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo, nenhuma das duas pode estar presente nesta relação dinâmica, contraditória”. A busca pela essência do fenômeno será mediatizada pela sua aparência, ou seja, uma não prescinde da outra, estão dialeticamente interligadas. A busca pela apreensão da violência sexual em suas múltiplas manifestações, na perspectiva de totalidade, também requer sucessivas aproximações com suas aparências imediatas, pois é nelas que a essência irá manifestar-se.

As singularidades, contidas nas situações de violência sexual que acontecem no cotidiano requerem o movimento mediatizado da singularidade para universalidade por meio do campo das mediações que é a categoria da particularidade. Essa mediação possibilita captar o movimento do objeto que impulsiona a totalidade. Nesse sentido, o campo das mediações impede que o objeto, eivado de singularidades que enrijecem a realidade de forma estanque, oculte a essência no plano da imediaticidade. Nesse sentido, ressalta-se que:

Uma vez esquecida à raiz objetiva, econômico-social, de classe, da violência, fica aberto o caminho para que a atenção se centre na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente. Daí, uma tomada de consciência da própria violência sem chegar até suas raízes sociais. Essa tomada de consciência se evidencia principalmente em relação às formas diretas e imediatas da violência (a opressão colonial, a violência política, o terror, a intervenção armada ou a guerra), isto é, em relação às formas de violência que, por seu caráter direto e imediato, podem ser vividas e compreendidas diretamente como tais (VÁZQUEZ, 2011, p.388).

A análise do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir da perspectiva do método dialético-crítico, possibilita não apenas a apreensão do fenômeno, mas atua como instrumento teórico para sua transformação, uma vez que estabelece a conexão entre a teoria e a realidade na qual expressam-se as múltiplas violências vivenciadas pela sociedade. Marx (1999) dizia que a teoria por si só não era capaz de transformar a realidade; a mediação entre a crítica e o mundo real, é o instrumento para a transformação da realidade opressora aos homens, por isso “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas [...] a teoria se concerte em poder material tão logo se apodera das massas, quando se torna radical” (MARX, 1999, p.9-10).

O próximo capítulo deste trabalho realiza uma discussão acerca do caminho percorrido pelas políticas sociais para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, trazendo à pauta do debate atual os processos de organização da sociedade civil para a mobilização social e eliminação desta manifestação de violação dos direitos humanos tão perversa que acomete cotidianamente inúmeras crianças e adolescentes.

3 CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM PORTO ALEGRE

Não é no silêncio que os homens se fazem,
mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão
(FREIRE, 2005, p.90).

Os crimes sexuais contra crianças e adolescentes são comumente acompanhados por tabus, mitos e pelo receio da revelação do segredo familiar, mas também pelo desconhecimento de familiares ou demais indivíduos em como proceder para a ruptura da violência. Com o objetivo de construir ações integralizadas e ampliar a atenção às crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, em 2000, é criado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, principal instrumento na luta contra essa expressão da violência.

O País compreendeu que o combate a esse tipo de violência impõe obstáculos que envolvem não só a prevenção, a comunicação, a responsabilização e o atendimento emergencial, mas também o acompanhamento permanente das vítimas e dos agressores, a mudança de valores culturais, a redução da desigualdade social, e a conscientização do setor privado e da mídia (VIVARTA, 2003, p.22).

A construção de um plano nacional sinalizou a preocupação do país com a violência sexual infanto-juvenil, compreendendo este fenômeno a partir da sua complexidade e das graves consequências que acarreta às crianças e adolescentes. Este documento é um marco nacional para o enfrentamento desta expressão da violência, permitindo a articulação entre Estado e sociedade civil no processo de formulação e execução de políticas públicas que busquem erradicar este fenômeno no país.

A municipalização das ações de enfrentamento aparece no Plano Nacional, como principal estratégia para o fortalecimento da rede de proteção e promoção aos direitos da infância e juventude. O município é vislumbrado como eixo fundamental e locus privilegiado para a materialização das ações propostas pelo Plano Nacional, buscando-se assim uma maior proximidade entre a formulação de políticas para o atendimento e a demanda que se apresenta às instituições responsáveis pela atenção. A diretriz pelo Plano Nacional acontece por meio da municipalização das ações de enfrentamento por meio da elaboração de estratégias contextualizadas à

realidade de cada município e capazes de enfrentar o fenômeno nas múltiplas faces e particularidades.

Nessa direção, o presente capítulo versa acerca do caminho que as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes vêm percorrendo no município de Porto Alegre. Para contextualizar as iniciativas do município relacionadas à questão, o capítulo estrutura-se em dois eixos de análise: O primeiro eixo busca analisar a dimensão dessa violência no contexto de Porto Alegre, trazendo à luz dados quantitativos referentes às crianças e adolescentes encaminhados ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), nesse sentido, pretende contextualizar este cenário com a percepção que os sujeitos, envolvidos nas ações para o seu enfrentamento, possuem sobre este fenômeno.

No segundo momento, realiza-se uma análise dos seis eixos temáticos²⁵ do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, instrumento este orientador para a municipalização das ações, e suas repercussões na elaboração do Plano Municipal. Nessa análise, discorre-se sobre o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e, sobre as ações que o município de Porto Alegre vem materializando sobre a questão. Concomitante a essa análise da realidade, traz-se a avaliação dos agentes sociais envolvidos no processo de enfrentamento, elucidando, assim, os obstáculos e as estratégias presentes nesse processo.

A última parte deste capítulo realiza uma discussão sobre a participação da sociedade civil no enfrentamento à violência sexual. Além disso, traz à discussão às percepções dos sujeitos acerca dos espaços atualmente constituídos para a inserção da sociedade nos processos de tomada de decisão e construção de políticas públicas sobre o tema. O presente capítulo, portanto, pretende problematizar os mecanismos de proteção à infância e juventude, historicamente construídos em Porto Alegre, sobretudo, busca refletir acerca de suas incompletudes e contradições, subsidiando o aprofundamento do debate público sobre essas ações.

²⁵ Os seis eixos temáticos dispostos no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000) são: Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Defesa e Responsabilização, Atendimento, Prevenção e Protagonismo Infanto-Juvenil.

3.1 A DIMENSÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: REFLEXÕES ACERCA DAS PERCEPÇÕES DOS AGENTES SOCIAIS

O grande avanço que o Plano Nacional sinaliza para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil situa-se na proposta de municipalização das ações. O município atua, assim, como base operacional para a implementação do Plano Nacional, por isso a municipalização, na perspectiva desse Plano, pretende tornar mais próximos os órgãos de atendimentos e as demandas locais, em busca da efetiva afirmação da cidadania da população infanto-juvenil e de suas famílias. Ao atuar como base estratégica, o município assume, para si, a responsabilidade de formular e executar políticas sociais capazes de enfrentar o fenômeno da violência sexual, na sua integralidade, ao permitir o rompimento com as situações violadoras dos direitos da infância e juventude local. Contudo, ressalta-se que:

A descentralização não é um processo simples e requer, para avançar com solidez, a observação de algumas condições básicas: uma política explícita, articulada e contínua dotada de boa capacidade de coordenação; a adequada simetria entre descentralização de competências e encargos; a construção de capacidades administrativas nos níveis descentralizados em que passam a operar os programas; a introdução de sistema ágeis de monitoramento, avaliação e circulação da informação (KAMEYAMA, 2001, p.15).

De acordo com documento elaborado pela Fundação Abrinq (2008, p. 35), “municipalizar é permitir, por força da descentralização político-administrativa, que determinadas decisões políticas e determinados serviços públicos sejam encaminhados e resolvidos no âmbito dos municípios”. O principal instrumento para a materialização da municipalização, no âmbito do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, são os Planos Municipais, que buscam consolidar as diretrizes nacionais, por meio da descentralização e do fortalecimento da participação da população local, Considerando esse processo, é possível apreender que:

A gestão compartilhada representou a maior inovação para o âmbito municipal, uma vez que, com a promulgação da Constituição de 1988, os municípios passaram a ser reconhecidos como entes da federação. Até então, eram compreendidos como unidades administrativas do Estado. Ao serem reconhecidos como tal, os municípios passam a ter autonomia para formular a legislação própria, definir mecanismos de arrecadação de tributos e, mais importante, passam a ser os principais responsáveis pela execução das políticas sociais. Estabeleceu-se, assim, o processo de descentralização das políticas sociais, mecanismo que tem por objetivo tornar a decisão e a execução mais próximas dos cidadãos (DESLANDES, 2009, p.111).

Diante da proposta nacional de fortalecer o município como lócus privilegiado para a execução de ações estratégicas para erradicar a violência sexual infanto-juvenil, em 2011, foi elaborado o projeto de pesquisa “Os Desafios ao Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Perspectivas, Estratégias e Limites de uma Política em Construção”, que culminou na produção da presente dissertação de mestrado. Nesse sentido, buscou-se, a partir de uma perspectiva histórica, cultural, social, crítica e de totalidade desvendar a materialização das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, e a interface dessas ações entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil.

Em Porto Alegre, o cenário que a violência sexual contra crianças e adolescentes vem assumindo, revela uma realidade em que a infância e juventude cotidianamente encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais. Para enfrentar essa violência, é de suma importância apreender o conjunto de suas múltiplas determinações, bem como incitar um movimento de mudança para o desenvolvimento de ações capazes tanto de atuar no atendimento, mas imprescindivelmente na construção de uma nova cultura. Nas reflexões de Yazbek (2009, p.161), essa cultura deve ser “uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo”. Considerando esse movimento para a transformação social, Roseno (2008, p.32) refere o seguinte:

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das mais revoltantes violações aos direitos humanos cometidas contra a infância e adolescência nas sociedades contemporâneas. Não podemos, contudo, adotar perante a violência sexual uma conduta moralista, tampouco retributiva/punitiva. O enfoque é o da promoção da dignidade humana, fundamento e princípio dos direitos humanos. Nesse sentido, devemos assinalar a enorme mudança paradigmática acontecida com a aprovação, em 1989, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que trouxe a infância ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos, adotando os fundamentos da doutrina da proteção integral dos direitos humanos da criança.

Os dados sistematizados pela Fundação da Assistência Social (FASC), nos anos de 2011 e 2012, evidenciam um decréscimo dos atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual pelos nove Centros de Referência Especializado da Assistência Social, localizados nos seguintes territórios do município:

- Glória, Cruzeiro, Cristal;
- Centro, Ilhas Humaitá e Navegantes;
- Restinga, Extremo Sul;
- Partenon;
- Lomba;
- Norte, Noroeste;
- Leste;
- Eixo Baltazar, Nordeste.

A constituição desses CREAS, nos territórios acima referidos, correspondeu a um estudo realizado, em 2009, dirigido pela Fundação de Assistência Social em parceria com outros sujeitos sociais do município, (Plano Plurianual, GT-SUAS 2009/2010, Projetos Técnicos, Recursos Humanos, Seminários Regionais em 2009, Seminário Geral em 2009, Conselho Municipal de Assistência Social). Este levantamento culminou em um processo contínuo de implantação dessas unidades públicas no ano de 2010.

Esse movimento identificou tais regiões de Porto Alegre, como sendo as mais vulneráveis e com altos índices de violência em suas múltiplas expressões. A região Humaitá/Ilhas/Navegantes, segundo os indicadores sociais do Mapa de Indicadores das Vulnerabilidades Sociais de Porto Alegre (2007), apresenta-se como sendo a mais vulnerável no que se refere a esgotamento sanitário, abastecimento de água, renda familiar e escolaridade.

O bairro Arquipélago é o que apresenta menor índice de desenvolvimento com 0,091²⁶, evidencia que 59,26% da população não possui esgotamento sanitário adequado, 42,15% não possui abastecimento de água adequado, 56,56% com renda familiar de até 2 salários mínimos, 35,36% da população adulta tem até quatro

²⁶ A metodologia adotada pelo Mapa de Indicadores das Vulnerabilidades Sociais de Porto Alegre, compreende a construção de um índice sintético que hierarquiza os territórios em uma escala que varia entre os valores 0 (zero) e 1 (um): quanto mais próximo de 1 (um) o índice encontrado para determinado bairro, melhor a sua situação, ou seja, menor a vulnerabilidade (PMPA, 2007).

anos de estudo e 19,71% das mulheres, responsáveis pelo domicílio, são analfabetas (PMPA, 2007).

No que tange aos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes em suas múltiplas faces, segundo dados da Vigilância Social (FASC, 2012), a região Ilhas/Humaitá/Navegantes é a que apresenta maiores índices, ocupando o primeiro lugar em situações encaminhadas para atendimento no CREAS, no primeiro trimestre do ano de 2012, o CREAS de abrangência dessa região já havia atendido 162 situações de violência contra crianças e adolescentes. Em segundo lugar, está a região Restinga Extremo Sul com 161 casos, em terceiro, a região Centro Sul com 123 casos. Segundo Figueiredo e Bocchi (2010, p.14):

A situação de pobreza, a violência intrafamiliar e extrafamiliar têm sido, assim, condições fundamentais para que milhares de crianças e de adolescentes se transformem em grupos mais expostos à exploração sexual comercial e a outros tipos de violação de seus direitos. Portanto, para combater esse fenômeno, é imprescindível adotar uma política de redistribuição de renda, bem como promover ações sociais de proteção.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, não acomete somente às populações mais vulneráveis, estando presente, em todas as classe sociais, ainda que com maior incidência na primeira devido à suscetibilidade às situações de violação de direitos. Nesse sentido, as políticas sociais devem estar voltadas para o fortalecimento da família na sua função protetiva. A Política de Assistência Social (2004, p.16) tem como primazia, em suas ações, a “atenção às famílias, e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidade e presença de vitimizações entre seus membros”.

O princípio da territorialização busca reconhecer a presença dos diversos fatores que incidem para que o indivíduo e sua família encontrem-se em situação de vulnerabilidade. Além disso, esse princípio possibilita apreender o território, não somente como um espaço físico, mas sim um lugar no qual as relações sociais se manifestam, possibilitando planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios com maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2004).

De acordo com os dados sistematizados pela vigilância social ²⁷, através do setor de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela FASC em Porto Alegre, constata-se uma significativa diminuição de atendimentos às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. No primeiro semestre de 2011, foram atendidas 300 crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual e 113 vítimas de exploração sexual. No primeiro semestre de 2012, estão em atendimento 166 crianças/adolescentes vitimadas pelo abuso sexual e 73 pela exploração sexual. Esses dados representam que houve uma redução de 55,33 % dos casos de abuso sexual e 64,0% das situações de exploração sexual.

Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual			Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual		
2011	2012	Variação	2011	2012	Variação
300	166	55,33 %	113	73	64,60 %

Tabela 5 - Relatório do Quadro de Atendimento CREAS 1 semestre de 2011 e 1 semestre de 2012.
Fonte: Relatório de Atendimento CREAS 1º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012.

A realidade expressa nesses dados evidencia a imensa fratura que acontece entre o momento da denúncia e a chegada da criança e sua família para os órgãos responsáveis pelo atendimento. O caminho percorrido pela criança e adolescente, vítima de violência sexual, é um caminho longo e com diversos obstáculos a serem superados, principalmente no que se refere ao processo de revitimização a que as vítimas são expostas, por terem que relatar a violência para diversos sujeitos sociais, ou mesmo pela saída desta criança do seu lar, quando este se apresenta como um risco para a sua segurança.

Vários são os fatores implicados para o pequeno número de notificações de violência e para o atendimento das vítimas e suas famílias, Santos (1992) aponta a falta de conscientização social, o desconhecimento das atitudes a serem tomadas diante dos casos, o medo, a precariedade dos suportes sociais, a morosidade da justiça em responsabilizar o agente da violência e o despreparo de atores sociais para lidar com a complexidade do fenômeno.

A partir da análise desses dados que evidenciam, de forma muito significativa, a diminuição dos atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência no

²⁷ A Vigilância Social conforme a Política Nacional de Assistência Social compreende “a produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) (BRASIL, 2004, p.42)”.

município, considerou-se imprescindível, também, apreender qual era a percepção dos seis sujeitos entrevistados sobre a dimensão dessa violência em Porto Alegre. As respostas²⁸ dos sujeitos foram bastante diversificadas, nesse sentido, foram organizadas por categorias, *visibilidade social da violência, migração e tráfico de drogas*. Estas categorias foram associadas pelos entrevistados como fatores que culminam para o cometimento da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

[...] agora de uns dois anos para cá, isso (*refere-se à violência sexual*), deu uma visibilidade, de um *up*, trouxe um processo de discussão muito mais aflorado. **Mas sempre existiu a violência, sempre existiu**, não porque aumentou aqui ou aumentou ali. O processo da mídia mostra isso, mas eu percebi assim, que as pessoas começaram a ver com outros olhos, buscaram discutir em seus espaços internos, isso melhorou um pouco a comunicação e o entendimento de que, pelo menos, nesse momento, a gente tem que discutir (SUJEITO A).

Ela assume uma proporção muito grave, porque ela, a maior parte dela está vinculada ao **narcotráfico** e há altos índices de violência, todo tipo de violência, e a questão assim de famílias que migram para a cidade de Porto Alegre, então hoje temos essa noção assim, de famílias que migraram para a cidade, então hoje nós temos essa noção assim, de que as pessoas migraram para Porto Alegre a procura de um emprego [...] é a **migração das famílias** nos principais territórios da nossa cidade, **são pessoas que vieram morar aqui e por um motivo ou outro não conseguiram de adequar rapidamente e daí seus filhos por estar em lugares com altos índices de violência e tráfico de drogas acabam tendo acesso a esse violador sexual** (*refere-se ao explorador sexual*) e aí começa (SUJEITO B).

Na compreensão do *sujeito A*, sobre a dimensão da violência sexual, identifica-se a historicidade, esta categoria implica, de acordo com o método marxiano o movimento e as transformações da realidade, as relações e os modos de ser, que são determinados por contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Não obstante, é imprescindível atentar para o risco da *naturalização* da violência “*ela sempre existiu, sempre existiu*” (SUJEITO A), apreendendo-a como algo natural e inerente à condição humana.

Azambuja (2011) refere que a violência sexual contra crianças e adolescentes não é um fenômeno novo, contudo considera que seja relativamente mais recente, as pesquisas e estudos voltados a conhecer as causas e consequências desse tipo de violência. A violência conforme Vazquez (2011), é uma construção social que se desenvolve a partir das relações interpessoais dos homens em sociedade, não é

²⁸ Trechos das falas dos entrevistados são destacados em negrito como forma de ressaltar aspectos importantes encontrados nessas falas.

natural, não é da condição humana, mas sim fruto do movimento da realidade e das condições sociais, culturais, econômicas de um dado contexto histórico.

Outra categoria, identificada na fala do *sujeito B*, é do fenômeno da migração de famílias como um dos fatores que incidem para a exposição de crianças e adolescentes à exploração sexual comercial. O processo de migração de indivíduos, que acarreta no inchaço dos centros urbanos, tem como consequência o crescimento das desigualdades, a *guetificação* de famílias e indivíduos que não conseguem inserir-se no mercado formal de trabalho.

Pode ser muito provável que haja relações diretas e indiretas entre globalização, urbanização e violência urbana. Na medida em que a cidade se torna maior e mais complexa, por suas diversas desigualdades, acomodações e tensões, hierarquias e contradições, modos de ser e estilos de vida, logo se multiplicam as tendências de integração e acomodação, assim como de fragmentação e conflito. De permeio com as diversidades e desigualdades, hierarquias e tensões, produzem-se e reproduzem-se as condições de ruptura, conflito e violência (IANNI, 2004, p.154).

Outro fator importante, que incide na tríade globalização/urbanização /violência urbana, diz respeito à segregação espacial e social de indivíduos, em territórios com altos índices de violência, pobreza, elevação do índice de desemprego, com baixo ou nenhum acesso às condições básicas de vida. Assis e Avanci (2009, p.80) consideram que a “pobreza afeta a população infanto-juvenil por meio do impacto no comportamento parental e na deterioração de infra-estrutura físicas e sociais da comunidade”. Contudo, é imprescindível considerar que não é somente a pobreza, em sua carência de recursos materiais, que contribui para a exposição de crianças e adolescentes à exploração sexual, é todo um complexo de ausências que transcendem o âmbito material, diz respeito a uma série de privações (sociais, culturais e espirituais) que incidem para inserção criminosa de crianças e adolescentes na exploração sexual de seus corpos.

Vivarta (2003) considera que o combate à exploração sexual deve envolver, além dos sujeitos sociais, a quebra de tabus e resistências, reconhecendo nesse movimento que é preciso combater também outras redes criminosas como o tráfico de drogas e o crime organizado – cujos alvos são crianças e adolescentes desprotegidos ou até mesmo ignorados pela sociedade e pelo Estado brasileiro -. A relação entre o tráfico de drogas e a exploração sexual comercial, evidenciada nas falas dos sujeitos D e B, pode estar interligada a um *comércio de troca de favores*,

entre o aliciador e o traficante. O explorador sexual de crianças e adolescentes, em muitas situações, beneficia-se da *proteção* proporcionada pelo domínio do tráfico para exercer suas atividades criminosas, de forma a diminuir as chances da vítima de se proteger ou mesmo de receber proteção, uma vez que agora também é alvo da atenção do tráfico de drogas.

Isso é uma coisa que aqui nesta região é bem delicado assim, **a mãe tá bem ligada ao tráfico, mora no meio do tráfico**, a gente já tentou um visita lá, e viu que é muito perigoso, ela nem vem até aqui, e continua mantendo as meninas em situação de exploração, uma tem 19 anos e a outra 13 anos [...] tem até falsificação de documentos, tem outras coisas, mantém amigos no presídio, tem umas coisas bem pesadas, assim a gente não tem condições de estar entrando lá, pelo próprio risco a que a equipe se coloca (SUJEITO D).

Em três sujeitos entrevistados, quando questionados sobre a dimensão da violência sexual no município, observa-se que estes atribuem ao fenômeno uma significativa preocupação, concedendo a incidência dessa violência como “*séria, muito grande, assustadora*” (SUJEITOS C, D e E). Estudo realizado no ano de 2000 pela Secretaria-Geral das Nações Unidas sobre a violência contra as crianças aponta que: “1.8 milhões estavam envolvidas na exploração sexual comercial e pornografia e 1.2 milhões foram vítimas de tráfico no ano 2000” (UNICEF, 2012, s/n).

Esses dados demonstram que a violência sexual infanto-juvenil é um fenômeno transversal e sua produção e reprodução acontece em todas as sociedades, países e cidades, não se restringindo somente ao núcleo familiar, espalhando-se também a outras relações sociais. Azevedo e Guerra (2007, p.43) referem que “já há suficiente evidência empírica para apoiar a afirmação de que não há nenhuma etnia, nenhum credo religioso, nenhuma classe social que esteja imune a sua ocorrência”.

A visibilidade sobre a incidência dessa expressão da violência contra crianças e adolescentes sinaliza um grande avanço para a construção de estratégias capazes de inibir a reprodução desta nas relações interpessoais. Recoberta por tabus, a violência sexual historicamente situou-se às margens das discussões da academia e de ações no âmbito estatal. O desvendamento dos meandros dessa violência e o reconhecimento social da sua existência na sociedade contribuem para a construção de políticas públicas protetoras à infância e juventude.

Eu considero ela muito séria, muito grande, apesar de a gente ter indício ainda, ou seja, os **dados constatados sejam insuficientes. Mas ela é grande, ela precisa ser considerada**, [...] [...] nós temos esses dados na coordenação de monitoramento e avaliação [...] enfim ela é considerável, a gente já tem dados, **mas esses dados do monitoramento eles não expressam a totalidade**, mas são significativos (SUJEITO C).

Eu vejo como muito grande, a gente tem assim, casos em números bem importantes, suspeitas e muito mais, mas de efetivação também bastante. **Então eu vejo uma proporção bem grande, e acho que há uma dificuldade de atendimento desses casos**. Por isso uma resolutividade baixa, eu acho difícil dar conta desses casos pela não adesão dessas famílias muitas vezes no atendimento (SUJEITO D).

No município de Porto Alegre a **dimensão pela violência sexual, em minha opinião é assustadora**, pensando no número de denúncias de suspeita que são encaminhadas para o CRAI ²⁹, somente no ano de 2011 foram 1500 casos, para mim este número exige uma tomada de posição urgente (SUJEITO E).

Nas falas dos sujeitos entrevistados, apreende-se que a dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Porto Alegre, vem, no decorrer dos anos, ganhando maior visibilidade no espaço por meio de discussões e elaboração de estratégias para o seu enfrentamento³⁰. A construção desse *novo olhar* exige a ultrapassagem com a cultura conservadora, fundamentada essencialmente no machismo e no patriarcado, que comumente incide para a naturalização da violência sexual infanto-juvenil, fortemente expressa nas falas dos entrevistados:

Acho que tem a ver com a naturalização, acho que acaba sendo uma proporção muito maior, por causa disso, de ser **uma situação muito naturalizada nas comunidades que a gente atende**, mas também pelo que eu vejo é um **pouco geral assim** (SUJEITO D).

²⁹ O Centro de Referência no Atendimento Infanto-Juvenil (CRAI) presta atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo composto por uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, pediatras, médicos ginecologistas, advogados e policiais civis. O CRAI fornece acompanhamento integral, desde o registro da ocorrência policial, preparação para a perícia médica, notificação ao Conselho Tutelar e avaliação clínica até o encaminhamento para tratamento terapêutico na rede de saúde do município da vítima (CRAI, 2012). O CRAI localiza-se junto ao Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, em Porto Alegre e realiza atendimento às crianças, adolescentes vítimas de violência e suas famílias pertencentes ao município de Porto Alegre e demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, em especial, os situados na região metropolitana.

³⁰ As ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre são analisadas no item 3.2 deste capítulo.

[...] de um lado a **população deve repensar suas formas de interagir com a infância** e de outro lado, o poder público, **deve tomar medidas fortes na prevenção** e responsabilização (SUJEITO E).

Eu compreendo esse fenômeno um **pouco naturalizado**, o que é bastante preocupante, tanto de algumas mães que a gente atende, como das próprias crianças, no sentido de muitas vezes não se darem conta que isso não está bem. Para muitas, **isso acaba sendo uma coisa do dia-a-dia** (SUJEITO A).

Na sociedade contemporânea com as feições assumidas pelo sistema econômico do capitalismo, a desigualdade assume não somente as relações sociais e econômicas, mas também as relações interpessoais. Iamamoto (2009) refere que o predomínio do capital financeiro conduz à banalização do humano e à descartabilidade e indiferença perante o outro. O aumento exacerbado das desigualdades, na sociedade contemporânea, não atinge apenas o acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, os modos de vida, desumanizando as relações sociais e reiterando valores individualistas.

Nas famílias em que a violência sexual faz-se presente, segundo Green (1995), não raro existe uma estrutura familiar patriarcal bastante rígida, com funções bem delimitadas, em que a mulher e a criança ocupam um lugar de subalternidade, em que gradativamente existe uma anulação destes enquanto sujeitos. A ausência de criticidade ou mesmo de consciência acerca das situações de violência sexual, dificulta o rompimento com o ciclo da violência, legitimando o processo de vitimização das crianças e adolescentes. Contudo, salienta-se que a imposição de valores conservadores dentro do sistema patriarcal, concede legitimidade às formas de violência intrafamiliar, uma vez que cabe ao homem manter o domínio sobre a família, fazendo uso da força, coerção e ameaça. Esse tipo de estrutura familiar tem raiz social e histórica na sociedade brasileira, por isso a busca pela ruptura da violência e construção de uma consciência crítica perdem folego dentro de uma cultura calcificada por valores machistas:

[...] às vezes a gente tem que puxar algum fiozinho assim, para poder **mostrar que talvez aquilo seja uma violência**. Porque muitas vezes ali **tem a questão da reprodução, que é natural**, bem eu sofri isso, e minha filha está sofrendo isso, **é normal** (SUJEITO F).

A naturalização da violência é decorrente fundamentalmente do patriarcalismo em que “existe uma divisão rígida de papéis, em que o homem era designado como

o chefe da família e a mulher, sua principal auxiliar, esta em situação de inferioridade jurídica” (MORAES, 2011, p.501). As afirmativas dos entrevistados demonstram a intrínseca relação entre a cultura patriarcal, a influência religiosa e a reprodução da violência sexual, evidenciando a atualidade desse sistema na sociedade contemporânea:

Eu acho que isso está na sociedade, a complexidade está na sociedade. No **tabu, a história, no processo cultural**, e também, a gente percebe que os profissionais têm dificuldades de trabalhar, **eu tive embates muito sérios com conselheiros que se negaram a trabalhar situações de exploração sexual porque pertenciam a determinada igreja** (SUJEITO A).

A **naturalização desse tipo de violência é uma forte**, a mídia também ajuda em grande parcela pra isso. Expõe muitas vezes de forma sexualizada a criança, adultiza mesmo. **É difícil romper com essa cultura da criança como objeto e assegurar esse sujeito como portador de direitos**. Acho, na minha opinião que a **cultura machista, muito forte aqui no estado**, contribui muito, para a invisibilidade dessa violência, porque se cria todo aquele mito, a vergonha de denunciar e pedir ajuda (SUJEITO C).

A fala do sujeito A expressa os entraves encontrados para o enfrentamento da exploração sexual devido às questões de caráter religioso de alguns profissionais. Para Magalhães (2005), a influência religiosa nas relações interpessoais está determinada principalmente pela moralização sexual dos sujeitos que reforçam tabus e estigmas. Tal posicionamento agrava ainda mais a situação, pois fortalece a cultura do preconceito e da culpabilização das vítimas.

Costa e Pimenta (2006), ao analisarem o fenômeno da violência e suas expressões, apreendem que esta é uma construção social e não fato natural, sendo que, na sociedade atual, a naturalização da violência está intrinsecamente conectada à insensibilidade aos acontecimentos que ultrapassam a esfera do privado ou interesse individual. Outro elemento expresso nas falas dos sujeitos diz respeito às relações entre adulto e criança, na violência sexual, em especial, há “um processo de completa objetualização da figura da criança” (AZEVEDO et. al, 2007, p.35) derivada conforme Guerra (2009) de uma educação adultocêntrica. A partir da análise das falas dos entrevistados, apreende-se outro fenômeno que permeia as relações interpessoais adulto-criança que é vitimização sexual, analisada por Saffioti (2007, p.17).

A vitimização sexual constitui fenômeno extremamente disseminado exatamente porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar o grande poder. Em não se contentando com sua pequena fatia de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a *síndrome do pequeno poder*.

A influência de padrões societários conservadores contribui de forma bastante significativa para a ocultação da violência sexual no âmago da família. Percebe-se isso por meio da seguinte fala de um sujeito “a atuação nesses casos é bem difícil, porque a mãe muitas vezes não reconhece, muitas vezes não adere ao atendimento no CREAS” (SUJEITO D). A negação da família sobre o abuso sexual aparece como um obstáculo para o enfrentamento da violência e ao atendimento a criança ou adolescente vítima, nesse sentido, os profissionais buscam diversas estratégias para garantir a proteção e os direitos dessas vítimas.

A gente acaba lançando mão, muitas vezes de recursos, tipo relatórios [...], informando o DECA³¹, porque muitos casos envolvem a questão do crime mesmo, por tá levando as meninas para o cabaré [...] muitas acabam vindo através do SASE³², as educadoras do SASE atendem e nos encaminham e referenciam a família. Porque eles estão direto com a gurizada [...] às vezes vem sob a forma de denuncia do Disque 100, mas em geral vem do SASE (SUJEITO D).

Estamos na coordenação da média complexidade, **cada instituição tem uma atuação**, o nosso histórico vem através da Ação Rua de Porto Alegre, que **é um programa específico e hoje ele tá como uma ação do CREAS** (SUJEITO C).

As intervenções profissionais, no contexto da violência sexual, carecem de uma leitura crítica da realidade diante da complexidade do fenômeno. A dinâmica dessa violência, por apresentar múltiplas faces e determinações, requer uma apreensão na perspectiva da totalidade, buscando estratégias e ações para o rompimento da violência e proteção da criança e adolescente. Por isso, a intervenção, em nível estatal, necessita ser protetora e capaz de garantir integralmente a preservação da integridade física, moral e psíquica das vítimas e suas famílias. Referindo-se a percepção da violência sexual, um entrevistado responde:

³¹ Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente.

³² Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), atende crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de todas as regiões da cidade. Além do apoio socioeducativo, garante proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente (SASE, 2012).

[...] **é complexa**, de toda a minha experiência desses anos aponta que é uma temática **bastante difícil de trabalhar**, tem um aspecto cultural, que envolve esse tipo de violência, dificultando o atendimento, mas, sobretudo, o rompimento com o silêncio (SUJEITO A).

As falas apresentadas evidenciam que a categoria cultura encontra-se fortemente atrelada à concepção dos sujeitos sobre a violência sexual infanto-juvenil. Chauí (2006, p.81), ao analisar a cultura, toma a importância de alargar esse conceito, apreendendo no sentido, também, da invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais”. A cultura passa a ser entendida como produção da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho. Além disso, a cultura está presente nas formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, nas relações sociais, em especial, nos sistemas de parentesco ou a estrutura da família, nas relações de poder, e na noção de vida e morte (CHAUÍ, 2006).

Nessa direção, uma das grandes armadilhas, para a legitimação da violência sexual contra crianças e adolescentes, situa-se na reprodução de valores conservadores, embasados na dominação da mulher pelo homem e na inferiorização da criança. A construção de ações para o enfrentamento desse fenômeno requer um olhar crítico dos sujeitos sociais que atuam nesse processo. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como, ao mesmo tempo nele se esconde. Apreender o fenômeno é atingir a essência, “sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1976, p.12). Buscando desvendar qual era a percepção dos agentes envolvidos no enfrentamento à violência, questionou-se qual era o entendimento que possuíam sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Conhecer o fenômeno da violência sexual contra a criança é o primeiro passo para compreender a complexidade que circunda uma situação em que a criança é abusada sexualmente, no âmbito infrafamiliar, possibilitando aos profissionais que integram o sistema de Justiça intervir de forma adequada (AZAMBUJA, 2004, p. 119).

Em dois entrevistados, percebe-se que a compreensão da violência sexual vincula-se impreterivelmente a dois fatores: relações desiguais entre adulto e criança e, a violência sexual entendida apenas pela manifestação do abuso sexual.

A minha compreensão da violência sexual [...] dentro das casas, nas ruas, em qualquer situação onde a criança ou o adolescente, ele é exposto por uma pessoa adulta, masculina ou feminina, a uma **situação de constrangimento verbal ou constrangimento físico ou mesmo ato**, o ato sexual consumado, então essa é a minha compreensão, podem ser a palavra, como podem ser **toques ou podem ser a consumação com o consentimento ou não do adolescente** (SUJEITO B).

A violência sexual é toda e qualquer ação **de um adulto**, avô, maior de idade, que a pessoa que esta sendo violentada, agindo sobre o corpo dessa criança. **Uma carícia mais ousada**, o colo de um homem que não seja o pai, mesmo o pai dando um colo mais ousado, isso passa a ser uma violação (SUJEITO F).

Azambuja (2004) refere que novos estudos vêm apontando que a grande maioria dos abusadores é constituída pelo pai ou por algum adulto que exerce tal função, podendo ser representado pelo padrasto, avô, tio. Os abusos nem sempre são violentos alguns podem iniciar com carícias, por meio de uma coerção sutil da criança que, devido ao estado de desenvolvimento, não compreende como algo proibido, o que acaba sendo transpassado pela *falsa concepção de consentimento da vítima*. Nos casos de abusos sexuais, em que se verifica a presença de violência física, o seu reconhecimento é mais rápido devido à objetividade dos fatos (ferimentos e machucados nas crianças).

Qualquer tipo de exploração sexual nasce de uma relação assimétrica de poder que se nutre da vulnerabilidade social, política ou física de certos grupos. As vítimas são selecionadas entre os que têm menos chances de se proteger ou receber proteção do Estado. [...] o contrato comercial pode ser estabelecido com a criança ou com a família, desde que esta garanta a oferta permanente da relação sexual com os indivíduos explorados (VIVARTA, 2003, p.55).

Outra categoria, que emergiu na análise dessas falas, diz respeito ao consentimento da criança ao abuso ou à exploração sexual, estudos, na área da psicologia, referem que o consentimento está vinculado à capacidade ou a incapacidade do indivíduo em tomar decisões de forma livre. A tomada de decisão está fundamentalmente interligada ao grau de desenvolvimento psicológico do indivíduo, Piaget (2005, p.78) afirma que:

[...] o desenvolvimento moral da criança segue uma sequência que permite esclarecer o surgimento da capacidade de autonomia [...] a autonomia ocorre quando o indivíduo reconhece que as regras são mutuamente consentidas, as respeita e tem noção de que podem ser alteradas.

Penso et. al (2010) assinala que a criança ou adolescente, enquanto vítima de violência sexual, assume uma posição de submissão e incapacidade de compreender a natureza real desta relação, no contexto de tantas outras relações entre ela e seus cuidadores. Por isso, a criança vítima de violência não possui capacidade psicológica de consentir uma relação no âmbito sexual, uma vez que não consegue compreender a dimensão da situação, bem como não possui condições físicas de resistir à violência. Assim esta violência é apreendida como:

Um ato de natureza sexual imposto por um adulto sobre uma criança que por sua condição, carece de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo para dar consentimento sobre o ato ou dos atos em questão. O abuso sexual de uma criança não é um fato isolado. Pelo contrário, necessita um processo de vinculação especial entre os participantes para constituir-se como tal (ANIDO, 2005, p. 27).

O fenômeno da violência sexual, na compreensão de outros dois entrevistados, é apreendida por meio da categoria da multidimensionalidade, ou seja, os sujeitos sociais entendem esse fenômeno não somente pela materialização do ato sexual, mas engendrado em outras formas de violência contra crianças e adolescentes:

São **múltiplos os fatores** que culminam na violência sexual contra crianças e adolescentes. Destacaria na exploração sexual, **o lucro que os adultos conseguem na exploração de crianças e jovens**, depois a não perspectiva dos jovens de um planejamento para a sua vida futura (profissional e pessoal), nossa cultura de levar vantagem sobre os mais fracos, não responsabilização de quem comete este crime, o despreparo de quem deveria garantir os direitos das crianças que nem admite que isso é um crime, a **revitimização das meninas e jovem no envolvimento com drogas** (SUJEITO E).

A gente não entende que não só, o ato de abusar, no caso pode ser uma **violência psicológica** envolvendo uma a questão da violência sexual, no sentido de estimular a criança com alguma palavra, **não assim só o toque**, que pode haver a questão da própria fala do adulto na que pode estar cometendo a violência, a gente tem aqui casos de pessoas que ano teve uma ação mais concreta do abusador, né, entre aspas, **mas uma estimulação até precoce dessas crianças e adolescentes com a questão sexual mesmo**. Então pode ser uma forma de estimular um comportamento mais sexualizado, como também de fato chegar a tocar, enfim, ter alguma questão mais evidente, mais séria (SUJEITO D).

A violência psicológica é constante nas situações que envolvem a violência sexual, seja em forma de abuso ou exploração sexual comercial. Nesse tipo de violência, Massula (2006) evidencia que a vítima tem sua auto-estima atingida por

agressões verbais: ameaças, humilhações, coerções e insultos. É uma forma de violência mais sutil, mas com sérias consequências psíquicas, principalmente no que se refere a crianças e adolescentes, por estarem em fase de desenvolvimento, “quanto mais cedo ocorreu o incesto, maior o risco de que as feridas sejam irreversíveis, particularmente ao nível da identidade” (ROUYER, 1997, p.64).

A multidimensionalidade da violência sexual refere que esta não somente se expressa nas formas tradicionais da violência – abuso e exploração -. São diversas as manifestações desse fenômeno, que vão desde o adulto colocar a criança ou o adolescente a uma situação constrangedora (exibição de vídeos ou revistas pornográficas, ou mesmo presenciar cenas de sexo entre adultos). Perpassam também o abuso via internet através de sites de relacionamentos, carícias, toques, espionagem até se chegar ao ato sexual.

Outro ponto importante de referir situa-se nas múltiplas determinações desse fenômeno, são diversos os fatores que culminam para a reprodução da violência, dentre eles: os fatores econômicos, sociais, culturais e psicológicos. Por isso, essa forma de violência traz, em seu âmago, a transversalidade, pois “trata-se de um fenômeno que não é caudatário do sistema de estratificação social e do regime político vigente numa sociedade [...] não pode ser dito que é um fenômeno característico da pobreza” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p.43). Em uma das falas, o entrevistado discorre de situações que enfrentou em seu cotidiano profissional e que expressam os aspectos culturais da naturalização da violência nas relações interpessoais:

[...] a ex-mulher agora é sogra, e ele está com a filha como companheira, e todos estão convivendo na mesma casa. Então a que **era esposa virou sogra, a que era filha virou companheira**, e de uma forma **bem natural**, assim, e **sem a menor crítica de que aquilo pudesse ter um tipo incomodo “normal”**, então é bem chocante para nós [...] (SUJEITO E).

Então é uma coisa muito delicada de conseguir abordar, tinha um caso que a gente atendia aqui de uma mãe que tá hoje assim [...] enfim o abusador que era ex-companheiro e até hoje pra ela não foi, ela perdeu a guarda, a menina está no abrigo, a menina tinha 05 anos na época, e até hoje ela **não tem crítica que foi um abuso**, assim, porque ela também **teve isso na infância, aliada a uma questão mental**, [...] então ela continua falando com ele, continua tendo [...] (SUJEITO D).

As crianças e adolescentes com deficiência estão mais expostos às situações de violência sexual, uma vez que suas chances de defesa em relação ao abusador

são menores. A invisibilidade dessa questão é expressa pela ausência de dados que relacionem violência sexual e deficiência, os números, apontam a generalidade dessa violência, não especifica se aquelas crianças e adolescentes possuíam ou não deficiência. Ferreira (2008) refere que a vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência sexual contribui para o seu acometimento bem como a ausência de políticas públicas de proteção destinadas ao segmento infanto-juvenil com deficiência.

Na fala apresenta, apreende-se também a existência do “Complô do Silêncio”, no qual, a criança ou adolescente vítima cala-se, enquanto os demais membros negam-se a enxergar a realidade do abuso sexual. O mito da “sagrada família” – imaculada e intacta -, concerne que as relações intrafamiliares devem ocorrer de forma saudável e em perfeita harmonia entre os membros. No entanto, nestas famílias, as relações são limitadas, intransigentes e resistentes a mudanças (UNICEF, 2009). O pacto do silêncio coopera para a perpetuação do acometimento do fenômeno da violência, desta forma contribuindo para o não rompimento do ciclo da violência dentro da família, deixando assim toda a família, em especial as crianças e adolescentes, em situação de grave risco pessoal e social.

A negação do abuso sexual pela família (quando sabedora), segundo Azambuja (2004), acompanha a “síndrome do segredo”, que se arrola durante todo o processo de abuso sexual, quando este ainda não foi identificado pelos demais membros da família – estando assim restrito, em um primeiro momento, à vítima, que por meio das ameaças e agressões do abusador, não encontra força e coragem para quebrar o ciclo de abusos sexuais -.

A negação do abuso pela família envolve também aspectos psicológicos e sociais que contribuem para a perpetuação dos abusos, como: falta de credibilidade nos relatos das crianças e adolescentes vitimizados, medo, histórico de abusos, ameaças do abusador, a família não tem provas contra o abusador. Além disso, tem-se também o segredo da vítima que não consegue revelar os abusos à família, seja por medo das consequências que virão após a revelação, por não possuir uma consciência crítica de que os abusos são uma violência, sentimento de culpa pela violência ou por temor das ameaças do abusador concretizarem-se contra ela ou sua família.

O abuso sexual infantil envolve poder, coação e sedução,³³ por isso pode ser designado como uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração. Neste sentido, Faiman (2004) refere que o abuso sexual insere-se em um contexto social delineado pelas relações familiares no parâmetro patriarcal e sexista, no qual o poder é exercido estritamente pelos adultos-homens. Além disso, salienta-se que abusos sexuais perpetrados por mulheres são mais raros, mas ocorrem, Ferreira e Bocchi (2010), considera que muitas situações em que mulheres são as abusadoras, têm como condicionante processo de violência (sexual, física ou psicológica) ou ainda um distúrbio na sexualidade.

Contudo, a violência sexual contra crianças e adolescentes é multideterminada³⁴, independente, de quem abusa – homem ou mulher – serão múltiplos os fatores que estarão presentes para o acometimento deste crime, não se restringindo somente à vivência de outras violências ou distúrbios na sexualidade. Azevedo (2009) refere que a violência sexista está baseada na assimetria das relações de gênero que foram sendo historicamente construídas e socialmente prevaletentes nas famílias.

A criança nessas famílias são vistas apenas como um simples objeto, não podemos generalizar, mas infelizmente em muitos casos, a mãe tem sim desconfiança, mas não denuncia [...] Não sei exatamente o que acontece, em cada família é diferente, uma história diferente. Mas uma coisa é certa a mulher na grande maioria é submissa ao homem que abusa (SUJEITO A)

Referindo ao segredo, Azevedo e Guerra (2007) consideram que existe outro momento, após o rompimento com a *síndrome do segredo*, que diz respeito à revelação ou descobrimento do abuso pela mãe, irmãos ou demais membros, mas que, por medo, vergonha ou frustração, não conseguem revelar o segredo e conseqüentemente denunciar o abusador para que este seja responsabilizado. Nesta rede que envolve a negação do abuso, está a *síndrome da adição*, na qual se entende que:

³³ O conceito de sedução designado por Faiman (2004, p.28) diz respeito “a situação de interação entre duas pessoas na qual uma delas, por meio de algum gesto carregado de sexualidade, desperta outras sensações e fantasias de caráter sexual [...] Ocorre em determinadas situações, a erotização do vínculo consiste no próprio abuso”.

³⁴ As multideterminações da violência sexual infanto-juvenil são discutidas no capítulo II deste trabalho.

A adição, por sua vez é complementar ao abuso sexual como síndrome de segredo para a criança. Para o abusador, o abuso sexual da criança funciona como adição (abusador = adito; crianças = droga). Ele sabe que o abuso é prejudicial à criança e mesmo assim abusa. Em outras palavras, a excitação e o subsequente alívio sexual criam a dependência psicológica e negação da dependência (FURNISS, 1993, p.44).

Em muitos processos de vitimização sexual, Dobke (2001), refere que se desenvolve uma compulsão a repetição, sentimentos como a *percepção de que isto é algo prejudicial à criança ou adolescente desaparecem*, em alguns casos segundo a autora, alguns abusadores realizam algumas tentativas de cessar com os abusos, contudo não conseguem êxito. Existe nesses processos uma dependência psicológica que decorre, portanto, de um alívio de tensões. Tal processo é explicitado nas seguintes falas dos entrevistados:

E vinha abuso do pai, abuso da mãe, filhos abusados pela mãe, filhas abusadas pelo pai, nesta relação de práticas sexuais onde a criança era utilizada por ambos, enfim, isso **já era o extremo da brutalidade** (SUJEITO C).

E aí tem dos mais sutis aos mais graves, que vai do aliciamento, pra esta **criança ser usada como objeto de desejo**, de atração, o abuso mesmo propriamente dito, de uma relação sexual ou similar, e aí então hoje é difícil identificar isso, **porque até a criança confessar isso** a gente tem que partir do princípio que a criança sempre diz a verdade, a criança muitas vezes é coagida ou reprimida no sentido de denunciar, é preciso de uma relação de muita confiança para alguém chegar a declarar isso (SUJEITO F).

As falas dos sujeitos apontam que a revelação do abuso sexual é uma tarefa muito difícil e delicada para a criança, pois implica compartilhar com outros indivíduos suas dores e, principalmente, em relatar a série de atividades nas quais o abusador realiza com ela, imbricando em um processo constrangedor e de sofrimento em relatar suas cruéis experiências a terceiros. Por isso, para que haja o rompimento do segredo, é imprescindível que aconteça o encorajamento desta criança deixando-a desabafar acerca dos seus sentimentos e dos relatos mais profundos da violência que, na grande maioria dos casos, demora até anos para acontecer. A ruptura do segredo, em muitos casos, é advindo do relato da vítima, mas principalmente de alguns sinais que esta emite. Com isso é possível compreender:

O rompimento do segredo e conseqüente denúncia do fato pode ter sido influenciado por alguns fatores, tais como a ameaça isolada ou combinada com o medo da perda de integridade física; a tentativa de suicídio; o contágio por doença sexualmente transmissível; o receio da perpetuação da vitimização com irmãos/irmãs; o risco de gravidez; a restrição das atividades típicas da adolescência; a desconfiança da mãe e o disque denúncia (AZAMBUJA, 2004, p.102).

Outra categoria, que emerge nas falas dos sujeitos diz, respeito à mercantilização do corpo da criança, por meio da exploração sexual comercial. Em estudo realizado pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em 2005, foi possível apreender que o fenômeno distribuiu-se por todas as regiões do país, sem qualquer distinção entre cidades de maior ou de menor concentração populacional; entretanto, verificou-se uma crescente interiorização da exploração sexual. Essa expressão da violência sexual aparece significativamente nas percepções dos entrevistados, quando questionados sobre qual era a dimensão da violência sexual em Porto Alegre bem como qual era o entendimento sobre a mesma.

A questão da violência sexual, se a gente for ver um conceito mesmo, a gente trabalha naquela concepção de que a criança e adolescente é menor de 18 anos [...] no sentido principalmente na exploração, a **questão do comércio** expõe esta criança [...] isso no sentido de utilizá-la comercialmente ou mercantilmente [...] seja na exploração propriamente sexual, contato físico, o abuso sexual em si, dentro das diversas formas, ou como eu digo, assim, nessa **exposição comercial, utilizar a criança para obter recursos financeiros** (SUJEITO C).

O CECRIA (1999) afirma que esta violência gera um polo de degradação na vida das crianças e adolescentes, considera que o criminoso não é somente o explorador, mas também e, principalmente, quem pratica sexo com estas crianças. Neste sentido, o comércio sexual divide-se em dois setores: o informal, sinalizado quando a criança ou adolescente realiza todas “as vontades do cliente em troca de benefícios nem sempre monetários, como uma cama para passar a noite, um lugar para morar, [...] enfim qualquer benefício que possa ser transformado em moeda” (VIVARTA, 2003, p.57). No setor organizado da exploração, o sexo infanto-juvenil é comercializado como um serviço “especial”, com a existência de um grande mercado consumidor, este setor manifesta-se sob quatro modalidades – exploração sexual comercial, turismo sexual, pornografia e o tráfico para fins comerciais.

A fala de dois entrevistados evidencia que as adolescentes exploradas sexualmente não se reconhecem como vítimas, percebendo este fenômeno não

como uma violência, mas sim como uma *escolha*. Não raro, em uma sociedade capitalista, em que há um forte apelo pelo consumismo exacerbado, crianças e adolescentes são *seduzidos* pela cultura do consumo. A exploração sexual perversamente apresenta-se como uma alternativa para a *inclusão social* destes sujeitos por meio da aquisição de bens materiais.

Às vezes a gente escuta: “tu tá me oferecendo R\$ 500,00 por mês? Eu ganho R\$ 1.500,00, 2.000,00, como é que vou sustentar uma família?” E às vezes essa jovem está na chamada prostituição ou que para nós não é, não é prostituição, é uma violência e uma violação de direitos. Essa é a grande dificuldade de conquistá-la para o nosso lado (SUJEITO B).

O corpo da criança/adolescente passa a ser visto como um objeto de mercado para o explorador e de consumo para o “cliente”, configurando um risco extremo ao desenvolvimento da criança, uma vez que fere não somente a integridade física (doenças sexualmente transmissíveis, maus-tratos, etc.), mas também sua integridade psíquica e emocional (humilhações, ameaças, coerções, etc.). Saffioti (2007, p.50) ao refletir sobre o conceito considera que “a exploração, qualquer que seja a acepção que a ela se atribua, implica, necessariamente, o conceito de dominação”.

Elas não têm essa visão, elas não conseguem entender que estão sendo exploradas sexualmente e as famílias também, parte para o processo de negação e também é difícil de trabalhar (SUJEITO A).

Não se reconheciam como vítimas, elas faziam parte de um grupo, elas tinham um status dentro da comunidade que dentro da evolução das etapas da adolescência isso é normal, a gente tem uma dificuldade muito grande em relação a mídia, ao processo de tu frear a precocidade que vem de tudo isso (SUJEITO A).

A violência sexual assume múltiplas faces, sendo revestida de mitos e preconceitos o que concede, em muitas vezes, no processo de culpabilização da própria vítima. Existe aí a transferência da responsabilidade do abuso/exploração para a criança e adolescente, em que a vítima é concebida numa esfera endógena de constantes ameaças proferidas pelo agente abusador com o intuito de não romper com o vínculo de submissão de sua vítima, o que, por sua vez, acarreta na continuação da violência.

Este fenômeno tem lugar em nível nacional e internacional. Na medida em que o mercado de consumidores de serviços sexuais de crianças esta reduzindo a idade da “mercadoria” traficada, cresce o intercâmbio comercial de crianças no interior do Brasil e entre este e outros países. Obviamente, trata-se de tráfico ilegal. Não obstante, suas cifras crescem incessantemente (SAFFIOTI, 2007, P.75).

Essa expressão da violência sexual está intrinsecamente interligada à violência estrutural, consequência de um modo de organização socioeconômica e política que legitima processos de exclusão e exploração entre os indivíduos. A violência estrutural, segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), refere-se aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam as exclusões sociais e econômicas, as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e faixa etária. Para Minayo (2005), a violência estrutural se perpetua nos processos históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação.

Leal (1999) considera que, nestas relações de exploração, o corpo infanto-juvenil é visto como um produto do mercado globalizado do sexo, a própria mídia contribui significativamente para *hipererotização* do corpo feminino, reforçando a lógica da submissão e da dominação da criança-mulher ao adulto-homem. A banalização do corpo da criança e adolescente é fortemente expressa nas falas de dois sujeitos entrevistados:

A erotização precoce ela vem assim muito forte e banalizada na verdade, muito banalizada, porque ninguém entende que é um processo de crescimento da menina e que é uma fase, que é belo aquilo ali, dos meninos e das meninas, né. A gente coloca os meninos também, porque tem muitos meninos nessa idade, é um processo da evolução das etapas da vida e isso é completamente banalizado visto de outra forma. Então por isso é complexo trabalhar nas comunidades, nas escolas e na família também (SUJEITO A).

O fato de ela usar uma roupa curta, decotada, já passa por um processo de um olhar que está [...] oferecendo o corpo, entendeu. E não que está ali mostrando o feminino, que está ali [...] sendo mulher, passando por aquela fase, vivenciando aquele momento, aquela sensualidade, então é muito difícil trabalhar (SUJEITO A).

A sexualidade é algo muito mais complexo do que o ato sexual ou a reprodução humana, ela refere-se aos sentimentos, desejos, relacionamentos entre as pessoas, incluindo as crianças e adolescentes. Camargo e Ribeiro (1999, p.50) consideram que a sexualidade “é uma energia forte e mobilizadora, uma dimensão

da expressão do ser humano em sua relação consigo mesmo e com o outro, lugar do desejo, do prazer e da responsabilidade”. A sexualidade possui uma dimensão social e cultural, para Castanha et. al (2008) a sexualidade é um comportamento social que envolve outras pessoas, por isso, está sujeita a códigos definidos, que podem tanto defender o direito à sexualidade saudável quanto reproduzir valores conservadores de preconceito e violência. A criança nasce sexuada e, portanto, necessita para o seu pleno desenvolvimento um ambiente familiar e comunitário, no qual ela possa exercer sua sexualidade de forma saudável, livre de violências e constrangimentos.

Embora não exista um consenso sobre o entendimento da violência sexual contra crianças e adolescentes, entre os seis sujeitos entrevistados, categorias, muitas importantes para o debate sobre esse fenômeno, emergiram nas falas analisadas: dominação, culpabilização, naturalização, transversalidade, objetualização da criança e do adolescente. As apreensões dos entrevistados conduzem a construção de uma nova percepção dessa violência nas ações de enfrentamento, pois existe um abandono da linearidade, em que se cria uma perspectiva unívoca, fechada para o movimento do real, das transformações que acontecem na sociedade seja em nível cultural, social, histórico ou econômico.

Em trechos analisados como do sujeito F que traz o “consentimento da criança” e a “prostituição”, encontram-se ainda percepções legitimadoras da cultura de culpabilização da criança e adolescente vítima de violência. Evidencia, portanto, que tais apreensões sobre o fenômeno estão arraigadas em uma cultura histórica da sociedade brasileira, calcificada no machismo e no conservadorismo. Abandonar tais percepções é um desafio para a materialização de ações comprometidas com a garantia dos direitos da infância e juventude no município. A integralidade das ações, voltadas a esse segmento social, exige uma busca permanente para a adoção de medidas que consolidem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, evitando a fragmentação da atenção e a revitimização das vítimas e suas famílias.

A complexidade que envolve a apreensão desse fenômeno exige uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, para a formulação das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência sexual. A articulação entre as ações setoriais de enfrentamento a esse fenômeno é o caminho para a construção de estratégias capazes de garantir a plenitude dos direitos da infância e juventude no país. O desenho de uma política integrada é um árduo caminho que deve envolver,

nesse movimento, a participação ativa do Estado, da sociedade civil e, sobretudo, do segmento social a quem ela se destina – crianças e adolescentes -, na busca pela defesa dos direitos e pela responsabilização dos indivíduos que cometem os crimes sexuais.

A violência sexual infanto-juvenil, por ser um fenômeno complexo, deve ser apreendido sob o prisma da multidimensionalidade e como uma grave violação aos direitos humanos universais. O grande desafio posto na atualidade às políticas públicas é criar condições objetivas para a materialização de ações integradas que assegurem a proteção integral à infância e juventude e ampliar a participação democrática da sociedade nos espaços de discussão e tomada de decisão.

3.2 A MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: A TRAJETÓRIA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Os trabalhadores sociais produzem, em seus cotidianos, práticas e saberes que afetam vidas.

Muitos já passaram, outros permanecem na luta, mas também passarão, pois a vida do sujeito é efêmera, mas o que ele constrói em sua trajetória não. O que fica é a história construída a mil mãos, ideias, ideais³⁵.

A discussão acerca da violência sexual infanto-juvenil no contexto brasileiro endossa, no país a partir dos anos de 1990, com a participação do Brasil no I e II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, respectivamente realizados, em 1996, em Estocolmo na Suécia e depois, em 2001, em Yokohama no Japão. Em 1993, com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal, o enfrentamento da violência sexual no Brasil fora significativamente intensificado, tanto pelos setores do poder público quanto pela sociedade civil. A visibilidade do fenômeno foi dada por meio de estudos, pesquisas, mapeamentos, realização de campanhas e estratégias para o registro de informações.

A questão da violência sexual passa, então, a ocupar uma maior proeminência na imprensa nacional brasileira. Além disso, constata-se no decorrer desse primeiro percurso do país, no que se refere às situações de violência sexual

³⁵ Trecho retirado do Projeto Ação Rua: Sistema Municipal de Proteção à Infância e Adolescência em Situação de Rua, inspirado nas falas dos participantes do Relatório de Sistematização de Conceitos do Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (PAICA Rua), ocorrido em Porto Alegre no ano de 2004 (PMPA, 2006).

envolvendo crianças, também o aperfeiçoamento das ações de intervenção jurídica e social, especialmente no que tange à elaboração de legislações específicas. A ampliação das discussões sobre o fenômeno acarretou no advento de programas específicos para o atendimento, além de uma maior sistematicidade no processo de formação de agentes sociais, dentre outras iniciativas (OIT, 2003).

As primeiras experiências de atendimento às crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual, apoiadas pelo Governo Federal, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2003), aconteceram no âmbito dos extintos Programa “Brasil Criança Cidadã” e do “Programa de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (Procaexca) entre os anos de 1995 e 2004. A extinção dessas instituições representa um avanço para o enfrentamento à violência sexual no país. Um novo movimento³⁶ começa a elaborar e propor ações a partir da análise aprofundada da realidade, com a constituição de serviços de caráter contínuo, ampliação das ações e articulação com demais políticas setoriais e com maior impacto na vida dos usuários.

No mesmo período, deram-se várias experiências importantes de atendimento em diversas regiões do País, por governos locais e organizações não-governamentais. Nesse momento histórico, tais ações foram subsidiadas principalmente pela parceria entre o Governo Federal com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID³⁷ -, por intermédio do Programa de Prevenção Orientado a Meninos e Meninas em Risco - POMMAR³⁸ -. O compromisso assumido com o governo brasileiro implicou na construção de um conjunto de estratégias para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, engendrando organizações não-governamentais, políticas públicas nacionais e organismos internacionais.

Esse processo resultou em um conjunto de programas, serviços e políticas, apoiados técnica e financeiramente pela USAID, sendo desenvolvidos por diversas organizações brasileiras nos âmbitos nacional e estadual. Além disso, esse processo

³⁶ A análise desse novo movimento para as ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil é realizada no decorrer desse capítulo.

³⁷ USAID “é uma agência independente do Governo Federal dos Estados Unidos, responsável pela implementação de programas de assistência econômica e humanitária em vários países. Com atuação em mais de 100 países, a USAID oferece assistência técnica a instituições locais, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas nações” (OIT, 2003, p.10).

³⁸ POMMAR “é financiado pela USAID e implementado pela organização não-governamental Partners of the Americas, que atuou de 1994 a 2004 na área dos direitos da infância e da adolescência em estreita parceria com organizações governamentais e não-governamentais” (OIT, 2003, p.10).

culminou em um importante trabalho de organização e mobilização das instituições públicas e privadas, a fim de, ampliar o olhar desses organismos para a complexidade que envolve a violência sexual. Dentre tais ações, apoiadas pela USAID, destacam-se às seguintes:

A participação da delegação brasileira nos Congressos Mundiais contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes de Estocolmo/Suécia (1996) e Yokohama/Japão (2001); o Seminário das Américas, que aconteceu em Brasília (1996) e o Encontro Nacional realizado em Natal-RN (2000), que resultou na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (OIT, 2003, p.11).

No ano 2000, segundo a OIT (2003), a equipe do POMMAR foi convidada a constituir um grupo de especialistas que auxiliou o Governo Federal na elaboração de estratégias para atuação da Política Nacional de Assistência Social nesse tema. Esse movimento de definições de estratégias culminou, em 2001, na criação do extinto Programa Sentinela e posteriormente, em 2002, na elaboração do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). A primeira ação concreta do governo brasileiro advém da participação nos Congressos Mundiais de Estocolmo/Suécia, em 1996 e Yokohama/Japão, em 2001, em que a violência sexual infanto-juvenil começa a fazer parte da agenda política nacional, sendo materializada pela elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNVS), em 2000, sinalizando uma nova perspectiva, no que tange a atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, posteriormente, com a construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (2000), os conceitos contemporâneos de gestão pública como: descentralização, municipalização e participação social, começam a fazer parte da cena pública e a influenciar na elaboração de estratégias ao enfrentamento da violência sexual. A partilha do poder entre sociedade e Estado, sob a perspectiva da corresponsabilidade, começa a implicar uma maior organização e sistematização de tais ações. Com o novo modelo de gestão, objetiva-se que os serviços, programas e projetos efetivem-se em políticas públicas, que atuem com efeito na realidade a ser transformada, alcançando, nesse sentido, os impactos e resultados propostos.

A municipalização como uma articulação de forças do município em sua totalidade, para a prestação de serviços sociais, cujos co-responsáveis seriam a prefeitura municipal e as entidades da sociedade civil. O conceito ampliado de municipalização, presente nessa concepção, vislumbra uma forma de poder mediador que não engloba somente a figura do prefeito municipal ou de seus assessores [...] dessa forma o conceito ampliado de municipalização fundamenta-se nos princípios de descentralização, do fortalecimento administrativo, da participação social e do enfoque integrado da administração local (SOUZA, 2009, 179).

O município é a base local, o território em que as ações irão materializar-se para a promoção e defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes. O ECA estabelece os princípios de universalidade e integralidade da atenção a ser prestada à população infanto-juvenil. O município, juntamente com os setores público, privado e a sociedade, deve desenvolver o enfrentamento à violência sexual, através da implantação de serviços e programas sociais que coibam a violência, prestem atendimento às vítimas e suas famílias. Por outro lado, a incorporação processual do modelo participativo de gestão, a ser desenvolvido junto à população infanto-juvenil, tem encontrado obstáculos para a sua implementação. De acordo com Gadelha (2009, p.17), o que se busca, desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, é responder a, pelo menos, três grandes desafios:

1- Como realmente garantir a participação da população nas decisões e nas práticas de atendimento dos direitos infanto-juvenis? 2- Como assegurar o desenvolvimento de projetos/programas (previstos pelo ECA) que promovam a efetiva articulação das ações governamentais e não governamentais? 3- Como fazer valer as normas estatutárias que estabelecem os limites nas competências da União, dos Estados e dos Municípios, delegando ao governo municipal a tarefa do gerenciamento prioritário das ações voltadas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes?

A tarefa de romper com um modelo centralizador e não participativo, ainda profundamente enraizado nas práticas políticas locais, constitui-se ainda um dos grandes desafios para a concretização do Estatuto da Criança e do Adolescente. A luta contemporânea pelos direitos da infância e juventude para o reconhecimento de sua emancipação do caráter minorista³⁹ e respeito à sua condição peculiar de

³⁹ Para Martins (2009, p.197), no Brasil, as ações públicas voltadas à infância jamais se orientaram por princípios de justiça, sendo revisitadas por contradições e peculiaridades históricas, na qual a diferenciação entre o "menor" e a "criança" pode-se constituir um exemplo ímpar. Segundo essa tradição, "o conceito jurídico 'menor' passou a designar toda a infância pobre, entendida como potencialmente perigosa e que deveria ser contida. Essa classificação opunha-se ao conceito de criança, pelo qual era definido, aqueles que viviam em famílias burguesas".

desenvolvimento deve ter como prisma a proteção e materialização dos três eixos básicos do Sistema de Garantia de Direitos: promoção, controle social e defesa.

Art. 6º O eixo da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade deles e sua exigibilidade, em concreto. Art. 14 O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através do desenvolvimento da "política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente", prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos. § 1º Essa política especializada de promoção da efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes desenvolve-se, estrategicamente, de maneira transversal e intersetorial [...] Art. 21 O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais [...] *Parágrafo Único.* O controle social é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas (BRASIL, 2006, p.11).

Diante desse cenário, o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes necessita, além da busca pela efetivação das legislações vigentes, a problematização das ações desenvolvidas, bem como o desvendamento das relações que se estabelecem entre os sujeitos responsáveis pela gestão, execução e controle das políticas públicas. No município de Porto Alegre, as ações de enfrentamento à essa expressão da violência contra crianças e adolescentes, de acordo, com os sujeitos entrevistados vêm sendo materializadas, principalmente pela atuação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), revelando que no contexto atual do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, a Política de Assistência Social é a referência para o atendimento às vítimas e suas famílias.

A gente tem tido uma ação muito significativa, também no sentido, de com as aberturas dos CREAS a gente consegue definir melhor essa forma de atendimento, de intervenção e de acompanhamento, através dos CREAS. Nós tivemos uma ação não só pertinente, mas muito enfática enquanto município através da FASC, porque nós assinamos um termo de compromisso na execução das ações do Governo Federal que são de enfrentamento à violência sexual [...] O SUAS deixa isso bem claro, ele traz isso com muita clareza muito grande, hoje para a política de assistência social os municípios estão envolvidos, os CREAS que já constituíram equipe, tiveram capacitação específicas, houve um investimento muito grande no ano passado de capacitação dessa equipe e apesar dessa dimensão ser muito grande (SUJEITO C).

Com a implantação do SUAS e dos CREAS esse processo do acolhimento, do atendimento, que daí entrou o Programa Ação Rua⁴⁰ que fazia muito isso lá na ponta, que identificava, que fazia as visitas, que verificava qual era a situação e que tava muito envolvido com a história da exploração, daí foi todo ele pra dentro do SUAS (SUJEITO A).

Aqui no CREAS a gente faz atendimento domiciliar, aqui na estrutura mesmo do CREAS, faz o acompanhamento, mesmo que as mães, às vezes, não se vincule, a gente busca trazer a criança aqui, porque muitas vezes não se justifica a ponto de ser encaminhado para o CRAI, às vezes é uma coisa que já aconteceu há um tempo, não tem porque ser encaminhado porque bom, geralmente quando vai para o CRAI é uma questão mais recente (SUJEITO D).

As falas dos sujeitos entrevistados revelam que a Política de Assistência Social em Porto Alegre, por meio da ação dos CREAS, endossa o atendimento às vítimas de violência sexual e suas famílias. As ações partem ao encontro dos princípios⁴¹ que norteiam a Política Nacional de Assistência Social (2004), buscando-se, assim, consubstanciar a atenção às necessidades socioassistenciais das famílias, na perspectiva de reconstrução dos vínculos sociofamiliares e na defesa dos direitos humanos. Os serviços ofertados pelo CREAS⁴² abrangem atendimentos sistemáticos em que as famílias recebem acompanhamento para que as situações de vulnerabilidade e riscos, decorridas de violações de direitos, sejam superadas, resgatando junto à essas famílias sua capacidade protetiva. A constituição desses serviços pressupõe a organização interdisciplinar das equipes, para a apreensão da complexidade das expressões de violência e com isso prover ações profissionais qualificadas. Nessa direção:

⁴⁰ O Ação Rua é um programa, desenvolvido pela Fundação de Assistência Social conveniado com a Prefeitura de Porto Alegre, voltado ao atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes, que vivem ou passam parte do dia nas ruas da cidade, bem como de suas famílias. O objetivo é garantir a inclusão destas crianças e adolescentes nas suas famílias, na escola e na sociedade, para que possam crescer e se desenvolver com dignidade. As crianças e os adolescentes são identificados através de abordagens solicitadas e sistemáticas, na rua. O acompanhamento dá-se pela presença constante dos educadores e técnicos sociais e através da articulação da rede de serviços e atendimento de suas regiões de origem (PMPA, 2006).

⁴¹ Os princípios que norteiam a Política Nacional de Assistência Social, são: I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004).

⁴² De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), os serviços que compõem a ação do CREAS, são: Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviços de Habilitação e Reabilitação na comunidade de pessoas com deficiência e Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida) (BRASIL, 2004).

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada (BRASIL, 2004, p.39).

O atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias compõe juntamente com mais outros cinco eixos estratégicos (análise de situação, prevenção, defesa e responsabilização, mobilização e articulação e protagonismo juvenil), o conjunto de diretrizes do Plano Nacional, que compreende o atendimento por “efetuar e garantir atendimento especializado e em rede às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias” (BRASIL, 2008, p.34).

No que se refere à constituição do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, disposto no Plano Nacional como prioridade para a execução das ações públicas, no ano de 2012, foi reeditado e aprovado o Plano Municipal de Porto Alegre (2012/2017). Este instrumento institui, como principal objetivo das suas ações, “estabelecer um conjunto de ações integradas para a intervenção e enfrentamento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes e políticas articuladas [...] no município de Porto Alegre” (PORTO ALEGRE, 2012a, p.08). O Plano Municipal contempla os seis eixos estratégicos do Plano Nacional, em que prevê o atendimento através de três objetivos:

- 1 - Garantir junto às secretarias municipais uma política pública de atendimento especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias,
- 2 - Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos no atendimento à criança e ao adolescente vítima,
- 3 - Promover uma política de enfrentamento aos fatores de risco da violência doméstica, utilização de substâncias psicoativas, exclusão econômica e social, entre outros (PORTO ALEGRE, 2012a, p.15).

O eixo atendimento diz respeito à efetivação e à garantia do acolhimento especializado em rede (saúde, educação, assistência social e jurídica) às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, bem como de suas respectivas famílias (BRASIL 2008). O ponto nevrálgico à questão do enfrentamento à violência sexual situa-se no atendimento aos abusadores, que não fora contemplado nas ações previstas pelo Plano Municipal. Nesse sentido, dissocia-se a perspectiva de

integralidade no enfrentamento a essa questão, uma vez que, para atuar no rompimento do ciclo da violência sexual, é imprescindível um processo de reflexão junto aos abusadores para a transformação das concepções violentas e de inferiorização da criança.

A superação do modelo restrito ao caráter punitivo, que reforça e legitima os processos de exclusão, estigma e julgamento moral dos abusadores, desenha-se a partir da atenção do poder público para a disponibilidade de atendimentos qualificados. Estes atendimentos devem possibilitar a ressocialização dos agentes causadores da violência, evitando, assim, a reincidência dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. O atendimento especializado, que atinja os impactos esperados na vida dos usuários das políticas e serviços públicos, atrela-se fundamentalmente, à intersectorialidade das ações como estratégia *mister*, para a garantia da integralidade da atenção. Nesse sentido, os sujeitos entrevistados evidenciam, em suas falas, os obstáculos encontrados para garantir o viés intersectorial entre as políticas públicas para o enfrentamento à violência sexual, em que se destaca a categoria *intersectorialidade*, apreendida pelos sujeitos como comunicação e continuidade das ações:

[...] o adolescente circula com álcool e drogas e aí tá na exploração sexual e daí o atendimento na área da saúde, que por ser universalizado ele cria obstáculos para esta rede de atendimentos, então a nossa luta sempre é para o atendimento imediato. Há casos de adolescentes em drogadição, álcool e exploração sexual, quando essas três coisas estão juntas nós defendemos que tem que ter equidade com o atendimento imediato, de urgência deste atendimento. Se eu levei essa adolescente e essa não se aguenta em pé e quer se tratar, ela precisa ser atendida é agora [...] **Precisa chamar a SAMU, atendimento de ambulância, para começar a desintoxicação já na ambulância, depois, vai ser atendido e entrevistado, se tiver que internar que interne, mas tem que ser diferenciada. Não para dopar e relaxar, mas desintoxicar, se alimentar, participar de grupos de reflexão e atividades lúdicas e de vínculo com a família se possível para que ela possa superar essa situação** (SUJEITO B).

A gente faz o monitoramento e acompanhamento e geralmente a gente encontra que **o vínculo dessa adolescente de 16, 17 anos com a exploração sexual é porque ela mesma precisa do dinheiro, porque talvez sua família não tenha, e normalmente não tem acesso à renda e ao emprego fixo e acaba tendo um consentimento familiar de que isso é correto.** Privando-se da sua adolescência, de conviver em família, de estudar e mais adiante exercer sua sexualidade, as suas relações (SUJEITO F).

As falas dos entrevistados revela a importância de existir uma articulação entre as políticas setoriais, educação, assistência social saúde, habitação, etc., para a integralidade na atenção às vítimas de violência sexual. A articulação entre as políticas públicas e a estruturação das ações em rede configuram-se, no contexto atual, em um dos maiores desafios postos para o fortalecimento da atenção à infância e juventude. O expressivo crescimento de situações de violência sexual, envolvendo crianças e adolescentes, exige dos mecanismos protetivos, dentre eles o Estado e a sociedade, um novo direcionamento de suas ações, na perspectiva de integrar as políticas públicas e desenvolver metodologias adequadas, diante à multidimensionalidade da violência.

No Brasil, a elevada frequência de diversas formas de violência contra crianças e adolescentes vem provocando uma reação na rede de serviços de atendimento destinada a essa faixa etária. O fato já é visível em alguns modelos de ação em rede que vêm se destacando em promover: integração de diferentes atores/instituições; maior capilaridade das ações de atenção e prevenção; atenção integral dos casos, evitando a duplicidade de ações; e o aprimoramento do diagnóstico de cada realidade local (MOTTI; SANTOS, 2009, p.250).

Estas ações devem pautar-se não somente ao atendimento às crianças e adolescentes vítimas, mas balizar a prevenção à reincidência, permeando estudos aprofundados dos fatores sociais, culturais e econômicos que contribuem para o acometimento desta violência na sociedade brasileira. A construção de uma política pública para o enfrentamento à violência sexual requer ações contínuas e não temporárias, capacitação profissional dos atores que atuam na linha de frente da política pública, repasse de recursos financeiros, na perspectiva de atender às demandas⁴³ implícitas que se evidenciam no atendimento às vítimas e suas famílias. Portanto, a política pública deve buscar:

⁴³ A violência sexual, na grande maioria dos casos é o fator resultante de várias outras violações de direitos a que as crianças, adolescentes e suas famílias são vítimas, sendo notório a presença de processos excludentes que incidem na pobreza, desigualdade, uso abusivo de substâncias psicoativas, violência de gênero, valores patriarcais e conservadores, falta de informação, desemprego, etc.

[...] Romper com o habitual enfoque hierárquico, linear e processualista que percebe a política pública como um simples output (resultado) do sistema político. Trazer à luz atores-chaves da dinâmica de formação e processamento da política pública, como sindicalistas, grupos de pressão, agentes locais, nacionais e internacionais [...] Pôr em relevo estratégias e métodos adotados pelo Estado para alcançar objetivos definidos e muitas vezes reivindicados pela sociedade (PEREIRA, 2008, p.98).

Quando questionados sobre quais são as ações que o município atualmente vem desenvolvendo para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, os sujeitos entrevistados revelam que tais ações situam-se impreterivelmente em dois espaços: o atendimento na Política de Assistência Social e a mobilização e articulação da sociedade no Comitê Municipal. Novamente, a categoria intersetorialidade é identificada nas falas, revelando a importância de se constituir a transversalidade da atenção à violência sexual nas políticas públicas.

Na verdade, nós estamos fazendo um mapeamento, faz parte da primeira estratégia do plano, e isso nós vamos ter que pactuar com as secretarias de fazer esse mapeamento, esse levantamento de quais são as ações que estão voltadas para trabalhar essa temática. O que eu sei, e o que eu vejo de quando a gente recebe a denúncia é uma articulação que a gente construiu é um fluxo que nós construímos em função de toda essa demanda que chegou até a gente, pelo disque denúncia (SUJEITO A).

O próximo passo, por isso a nossa vontade e o nosso trabalho para implantação do plano agora. Agora a próxima etapa é implantar o plano, fazer com que o plano ocorra a contento. Claro que a gente vai ter que fazer o mapeamento específico, está no plano isso, para gente pode identificar que rede é essa, onde os casos são atendidos e como são atendidos. Se existe só uma especificidade, mas assim, é muito no contexto do atendimento, da ponta, assim, FASC e Saúde (SUJEITO B).

Tá acontecendo uma reunião com a saúde sobre as fichas de notificação compulsória. **As gurias notificam os casos que ocorrem, muitos e muitos são notificados, e vão para os CRAS, a questão do abuso, mas a questão da exploração sexual ela nunca foi apontada ali, nunca foi citada. Nós fizemos agora umas reuniões e eu pedi que as gurias tivessem um olhar um pouco diferenciado que passassem para rede, para ponta de saúde, uma capacitação que pudesse identificar os casos de exploração ou suspeita. Porque a situação da violência, do estupro, do abuso, isso elas estão bem apropriadas, porque vai para o CRAS, tem uma rede bem constituída (SUJEITO E).**

A questão da exploração sexual ainda é muito forte, a rede ainda não identifica isso, ou se consegue identificar de repente não consegue colocar ali no papel de que há suspeita para ter informações (SUJEITO D).

Os sujeitos evidenciam que trabalho em rede para o enfrentamento à violência sexual, previsto pelo Plano Municipal, consiste em um trabalho colaborativo entre os sujeitos sociais, no conhecimento das competências de cada instituição para os encaminhamentos. A complexidade do fenômeno da violência sexual exige um trabalho articulado e integrado, Phebo (2007, p.153), ao analisar sobre as estratégias para a proteção social de crianças e adolescentes, refere que “a rede é estrutura favorável para promover, facilitar e aumentar o acesso de indivíduos e instituições a recursos escassos”.

Diante disso, Campos (2000), afirma que a intersetorialidade e o trabalho em rede consistem em um processo organizado e coletivo, portanto, não é espontânea. Nesse sentido, diz respeito a uma ação deliberada que demanda o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, assim, espaços comunicativos, capacidade de negociação e intermediação de conflitos para a resolução das situações demandas às políticas públicas. Para Bourguignon (2001), a intersetorialidade é apreendida como a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. A intersetorialidade, para autora visa, portanto, romper com a fragmentação e focalização das ações das políticas públicas, uma vez que:

Tradicionalmente as políticas públicas básicas (educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, etc.) são setoriais e desarticuladas, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram a promoção humana. Além disto, percebe-se que cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais. Exemplo disto é a Assistência Social que possui um conjunto de entidades estatais e filantrópicas que prestam serviços na área de forma paralela as demais políticas e muitas vezes atendendo aos mesmos usuários. Esta forma de gestão da política pública gera fragmentação da atenção às necessidades sociais; paralelismo de ações; centralização das decisões, informações e recursos; rigidez quanto às normas, regras, critérios e desenvolvimento dos programas sociais; divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, unidade, instituição ou serviço participante da rede; fortalecimento de hierarquias e poderes políticos/decisórios e fragilização do usuário – sujeito do conjunto das atenções na área social (BOURGUIGNON, 2001, p.03-04).

A fragmentação das políticas públicas, além de fortalecer as hierarquias e os poderes políticos, acarreta na fragilização e, conseqüentemente, na revitimização das crianças e adolescentes. As políticas públicas em seu *modus operandi*,

privilegiam a centralização de ações e informações, não ampliando seu olhar para a complexidade da violência sexual na vida das crianças e adolescentes. A fragmentação da atenção obstaculiza o acesso aos direitos, pois focaliza-se em ações paliativas e pontuais, não conseguindo concretizar ações conjuntas para a construção de redes municipais.

Em Porto Alegre, as ações de enfrentamento previstas pelo Plano Municipal, têm como prisma a *intersectorialidade* e o trabalho em rede. No entanto, salienta-se que *trabalhar em rede* não significa ter apenas o conhecimento para qual instituição ou serviço, encaminhar os usuários, significa caminhar junto, acolher os indivíduos e suas famílias na integralidade, buscando atender suas necessidades básicas, articular, partilhar conhecimentos, ou seja, acessibilizar o direito aos sujeitos usuários dos serviços públicos. Na área de proteção à criança e ao adolescente entende-se rede como:

[...] conjunto integrado de instituições governamentais, não governamentais e informais, ações, informações, profissionais, serviços e programas que priorizem o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa (HOFFMANN et. al, 2000, p. 06).

A rede de proteção à infância e à juventude, no município de Porto Alegre, vem se constituindo por meio da ação dos seguintes sujeitos: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente (DECA). A rede também é composta pelas instituições municipais: Conselhos Tutelares (divididos em 10 microrregiões⁴⁴), Fundação de Assistência Social (Programa Ação Rua, CRAS e CREAS e Casas de Acolhida às Crianças e Adolescentes). Organizações com a participação da sociedade civil: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil. As organizações não governamentais como o Pão dos Pobres e Casas de Acolhida e Atendimento às Crianças e Adolescentes localizadas em diversos territórios do município.

Também compõem a rede de proteção a Secretaria de Saúde (Centro de Atendimento Infanto-Juvenil, Postos de Saúde e Centro de Atendimento Psicossocial Infantil), a Secretaria de Educação (escolas municipais para identificação e

⁴⁴ Microrregião 1 (Ilhas, Humaitá e Navegantes); Microrregião 2 (Sarandi/Norte); Microrregião 3 (Leste); Microrregião 4 (Partenon); Microrregião 5 (Glória, Cruzeiro e Cristal); Microrregião 6 (Centro Sul / Sul); Microrregião 7 (Restinga / Extremo Sul); Microrregião 8 (Centro); Microrregião 9 (Lomba do Pinheiro) e Microrregião 10 (Nordeste / Eixo Baltazar) (CONSELHO TUTELAR, 2012).

encaminhamentos), a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana (Centro de Referência às Vítimas de Violência e Guarda Municipal). O município de Porto Alegre possui parceria com o Centro de Estudos Psicológicos (CEP RUA) da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas à infância e juventude.

O Programa Infância Protegida da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local é o responsável pela articulação da rede municipal de proteção à infância e juventude, sendo esse programa o encarregado de dirimir sobre as ações de enfrentamento à violência sexual no município. A articulação dessa rede acontece por meio de reuniões entre os profissionais para a discussão das situações de violência sexual e da representatividade no Comitê Municipal e no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

No que se refere às ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Poder Público em sua articulação com a sociedade civil em Porto Alegre, destaca-se principalmente a atuação do Comitê Municipal, como principal espaço para a construção da visibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes no município. Ainda que incipiente, o Comitê Municipal, no ano de 2012, adensou e protagonizou o enfrentamento à violência sexual em Porto Alegre, participando da organização e execução de inúmeras ações. Destacam-se, como principais ações de enfrentamento à violência sexual em Porto Alegre, as atividades que compuseram o Relatório de Atividades do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Gestão 2012/2013), publicado em dezembro de 2012:

- 08 de dezembro de 2011 – V Congresso da Cidade: *Planejando e Construindo a Porto Alegre do Futuro*: Comitê Municipal desenvolve junto aos adolescentes participantes do Congresso oficina sobre o que o município poder fazer para proteger a infância e juventude;
- 19 de janeiro de 2012 – Reunião Ordinária promovida pelo Comitê Municipal para o planejamento das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil durante as festividades do Carnaval no Porto Seco de Porto Alegre;
- 26 de janeiro de 2012 – Oficina “Visando uma Sexualidade Infanto-Juvenil mais saudável em Porto Alegre”, com apresentação de teatro, roda de conversa com crianças e adolescentes sobre a violência sexual (violação de

direitos e formas de prevenção e proteção das crianças e adolescentes). Esta atividade integra programação do Fórum Social Temático;

- 17 e 18 de fevereiro de 2012: O Comitê Municipal participa do desfile de Carnaval de Porto Alegre, para mobilização e conscientização da comunidade sobre a violência sexual infanto-juvenil, com distribuição de folders educativos para a população presente no evento;
- 22 de março de 2012: Realização de Grupos de Trabalho para a elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- 17 de abril de 2012: Reunião para preparação das atividades que aconteceram no dia 18 de maio⁴⁵ (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil);
- 07 de maio de 2012 – Visita de pesquisadores da Fiocruz para a realização da Pesquisa “Avaliação das Estratégias Governamentais Municipais no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;
- 08 a 18 de maio de 2012: Semana Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Atividades: marcha de enfrentamento à violência, ato público no Parque Farroupilha (Redenção), bate papo, caminhada com panfletagem incentivando o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, apresentações de vídeos com a temática da violência, seminários, discutindo a complexidade da violência sexual e as formas para o seu enfrentamento, além da 8ª Jornada de Estudos sobre Abuso Sexual, entre outras atividades.
- 18 de maio de 2012: Entrega à cidade do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- 28 de agosto de 2012: Encontro discute o legado da Copa para crianças e adolescentes, em que o objetivo é definir a colaboração efetiva entre governo e sociedade para fortalecimento das ações da Rede de Proteção das Crianças e Adolescentes, abordando os temas relacionados à infância e juventude diante do legado da Copa 2014;

⁴⁵ O dia 18 de maio foi instituído pela Lei Federal nº 9970/2000 como a data nacional de luta contra o abuso e a exploração sexual. A data faz referência ao assassinato da menina Araceli Cabrera Sanches Crespo (história vide nota de rodapé 5).

- 04 de setembro de 2012: Seminário sobre rede de proteção à criança e ao adolescente. Tema: “enfrentamento à violência e à promoção da paz”. O objetivo desse seminário foi refletir sobre a ética do cuidado, cultura de paz e sexualidade infanto–juvenil segura e saudável e novas dinâmicas de convivência, por um mundo sem violência.
- 10 a 13 de setembro de 2012: Capacitação aos técnicos e gestores municipais sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes;
- 23 de novembro de 2012: Participação do Comitê EVESCA na Reunião do Grupo de Trabalho da Campanha Todos Contra a Pedofilia;
- 06 de dezembro de 2012: Audiência no Ministério Público para atualização do sistema de proteção à infância e juventude de Porto Alegre e reunião de organização para o próximo ano de trabalho.
- 18 de dezembro de 2012: Lançamento da Cartilha de Prevenção Infanto–juvenil e do Guia de Orientação EVESCA. Também houve o lançamento da publicação “Segredinho de Lucas”, livro Infantil que utiliza linguagem acessível para crianças, tratando da violência sexual.

As ações expostas fazem parte de um processo coletivo de articulação entre o poder público municipal e a sociedade civil de Porto Alegre. O ano de 2012 demarca a constituição do Plano Municipal, com maior aprofundamento na realidade atual da violência sexual no município. O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual busca materializar os seis eixos propostos pelo Plano Nacional (Análise de Situação, Mobilização e Articulação, Prevenção, Atendimento, Protagonismo Juvenil e Defesa e Responsabilização), por meio do desdobramento em objetivos específicos para cada eixo estratégico. O eixo *análise de situação*, de acordo com o Plano Nacional (2000), busca realizar um diagnóstico da situação do enfrentamento à violência sexual, das condições de garantia de financiamento, monitoramento, avaliação e divulgação de informações e dados para a sociedade civil. No Plano Municipal, esse eixo desdobra-se em cinco objetivos:

- 1 - Conhecer a gravidade e abrangência do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Porto Alegre;
- 2 - Analisar conjuntamente a exploração sexual no município;
- 3 – Proceder levantamento dos dados financeiros necessários a execução do Plano Municipal;
- 4 – Veicular informação sistematizada sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento;
- 5 – Avaliar os resultados da implantação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual (PORTO ALEGRE, 2012a, p.09-10).

O mapeamento identificado nas falas dos sujeitos entrevistados (página 100), diz respeito ao eixo estratégico *análise de situação*, essa ação visa ampliar o conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Porto Alegre. O mapeamento proporciona aos sujeitos atuantes no processo de enfrentamento à violência sexual a dimensão que esse fenômeno vem assumindo em Porto Alegre, contribuindo significativamente para que as ações sejam adequadas à realidade do município.

No ano de 2012, o município de Porto Alegre aceitou participar de uma pesquisa nacional intitulada “Avaliação das Estratégias Governamentais Municipais no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. A pesquisa é coordenada pela Doutora Suely Ferreira Deslandes da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), sendo que a coleta de dados ocorrerá nos anos de 2012 e 2013. O objetivo desse estudo consiste na avaliação das condições de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, em cinco capitais brasileiras, a partir da aplicação de um conjunto de indicadores e do aprofundamento da contextualização sociocultural da atuação dos diferentes atores governamentais municipais (PORTO ALEGRE, 2012b).

Esse estudo será desenvolvido em cinco eixos temáticos: promoção das relações familiares e comunitárias protetoras e prevenção da exploração sexual, atenção a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, qualificação do registro e notificação de exploração sexual e a articulação junto às demais esferas de gestão e judiciário para responsabilização dos autores de exploração sexual de crianças e adolescentes (PORTO ALEGRE, 2012b).

A realização da pesquisa, de acordo com a Pesquisadora Sueli Deslandes irá contribuir significativamente para a gestão e controle social da ação governamental municipal para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes,

bem como para o monitoramento de implantação de políticas públicas voltadas para o Sistema de Garantia de Direitos (PORTO ALEGRE, 2012b). A pesquisa irá desvendar a exploração sexual contra crianças e adolescentes e as condições para o seu enfrentamento em Porto Alegre, contudo, a exploração sexual é apenas uma das múltiplas faces da violência sexual. O enfrentamento a essa questão requer a apreensão do fenômeno em sua totalidade, uma vez que a violência sexual é complexa e recoberta por tabus e mitos que dificultam a sua descoberta pelas instituições responsáveis pelo atendimento e denúncia.

Além disso, dentre as ações propostas pelo Plano Municipal, no eixo *análise de situação*, encontra-se a capacitação dos profissionais, a institucionalização de um fluxo de informações, bem como o diagnóstico qualitativo e quantitativo da violência sexual em suas diversas manifestações. O conhecimento da realidade que envolve às situações de violência sexual deve ser constante, uma vez que a realidade encontra-se sempre em movimento e os fenômenos em transformação. A articulação entre o município e as universidades para o desenvolvimento de pesquisas e produção do conhecimento é uma estratégia de suma importância, para qualificar as ações das políticas públicas, apropriando-se da multiplicidade de fatores que circundam a questão. O produto dos estudos que esse eixo estratégico prevê será a sistematização de um banco de informações, ainda não existente em Porto Alegre sobre a violência sexual. O banco de informações possibilitará aos profissionais um olhar ampliado sobre essa violência, contribuindo para as posteriores intervenções profissionais e formulação de programas e serviços de enfrentamento à violência sexual.

Outro eixo estratégico, identificado nas ações realizadas em Porto Alegre para o enfrentamento à violência sexual, diz respeito *mobilização e articulação*. Segundo o Plano Nacional (2000), esse eixo tem como finalidade fortalecer as instituições para o combate à violência sexual, comprometer a sociedade civil no enfrentamento e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização. O Plano Municipal (2012), contempla esse eixo em cinco objetivos:

- 1 – Articular as diretrizes estratégicas de planos e programas;
- 2 – Incentivar e comprometer gestores para a atuação proativa;
- 3 – Comprometer a sociedade civil e o governo no enfrentamento à violência e exploração sexual;
- 4 – Dar conhecimento à sociedade do posicionamento de Porto Alegre em relação ao turismo e ao tráfico para fins sexuais (PORTO ALEGRE, 2012a, p.11-12).

O processo de articulação e mobilização, em Porto Alegre, vem sendo materializado por meio das ações coordenadas e desenvolvidas pelo Comitê Municipal. O espaço construído pelo Comitê Municipal, para a mobilização da sociedade civil, é considerado um avanço para a visibilidade social da violência sexual contra crianças e adolescentes. Antes da instituição deste espaço, o envolvimento da sociedade, nas questões referentes à violência sexual, estava restrito às ações do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, que não conseguia, assim, contemplar a magnitude do fenômeno. Diante disso, o Conselho Municipal construiu a proposta de constituir um Comitê Municipal para chamar a atenção da sociedade civil sobre essa questão.

Em 2007, constitui-se um grupo de trabalho e com a parceria do CMDCA, reformulam o plano anterior. A partir de março de 2008, percebe-se que o movimento está crescendo e destaca-se a importância de que o CMDCA assumira a responsabilidade e organização de uma Comissão. Nos anos de 2009 e 2010, seguiu o trabalho da comissão e agora já se sonhava com a criação de um comitê municipal [...] Pelo caminho trilhado por tantas pessoas e inúmeras instituições, o resultado não poderia ser diferente e o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes foi instituído pelo Decreto Municipal nº 16.912, em 06 de janeiro de 2011, tendo a finalidade de monitorar, avaliar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, na cidade de Porto Alegre (SUJEITO E).

A criação do Comitê Municipal tem como principal objetivo materializar as ações do Plano Municipal e ampliar a participação da sociedade civil. Nesse sentido, as ações desenvolvidas de *articulação e mobilização*, no contexto atual, estão respaldadas pelo Plano Municipal. Essas ações possuem, como principal objetivo, envolver profissionais, sociedade e gestores para o enfrentamento da violência sexual. A fala do sujeito A, ao afirmar *que “tem que ter um comprometimento maior, o gestor tem que se comprometer, tem que ter orçamento para as ações”*, revela que existem dificuldades em comprometer o gestor público para a garantia da questão orçamentária das ações de enfrentamento.

Diante disso, Pereira (2009) aponta que a garantia para a inviolabilidade da política pública é o seu caráter público, ou seja, que não é monopólio do Estado, mas sim um indicador da legitimidade democrática e normativa. O caráter público da política para Pereira (2009, p.288), objetiva fortalecer a irredutibilidade da política diante o “poder discricionário dos governantes, dos jogos de interesses particulares e partidários, do clientelismo, dos cálculos contábeis utilitaristas e dos azares da economia de mercado”. Nesse sentido, constata-se a importância de se constituir uma política pública para o enfrentamento à violência sexual que ultrapasse a lógica da descontinuidade, da falta de orçamento próprio, da predominância de interesses particularistas e vontades partidárias que designam sobre a prioridade ou não do enfrentamento à violência sexual.

Outro eixo que se identifica, nas ações realizadas no ano de 2012, compreende o eixo *prevenção*, que segundo o Plano Nacional (2008, p.34) diz respeito a “assegurar ações preventivas contra violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento de sua auto defesa”. Motti e Santos (2009) consideram que as ações de prevenção devem trabalhar no sentido de articular redes, para que os sujeitos que as compõem identifiquem as limitações e as possibilidades de atuação, visando, assim, organizar respostas e ter ações resolutivas no seu próprio âmbito de atuação. O eixo da prevenção é compreendido pelo Plano Municipal (2012) como capaz de oferecer ações para a garantia dos direitos à infância e juventude contra as expressões da violência sexual, bem como possibilitar a sociedade atuar em defesa e promoção das crianças e adolescentes. Os objetivos que contemplam a prevenção no Plano Municipal são:

- 1 – Coibir a exposição de crianças e adolescentes em sites de conotação sexual;
- 2 – Sensibilizar e incentivar a sociedade para torna-se veículo de prevenção, identificação e denúncia dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes;
- 3 – Elaborar o Plano de Ação para a Prevenção à Violência e Exploração Sexual contra crianças e adolescentes na Copa de 2014 (PORTO ALEGRE, 2012a, p.16).

O Plano Municipal traz como ação a organização de um grupo de trabalho para criação de um Projeto de Lei, em âmbito municipal referente à exposição de crianças e adolescentes na internet. Atualmente, não existem leis específicas que

responsabilizem os indivíduos que cometem tais crimes virtuais. As medidas de responsabilização tem como base a violação das premissas do ECA, deixando *margem* para a impunidade e reprodução dessa manifestação da violência sexual.

Em Porto Alegre, as ações de prevenção situam-se impreterivelmente na realização de seminários, construção de cartilhas educativas, explicando as formas de violência, identificação e locais para a denúncia e atendimento. A distribuição desse material concentra-se, principalmente, durante caminhadas e campanhas de prevenção, como a que aconteceu, em fevereiro do ano de 2012, em que o Comitê Municipal participou do desfile de carnaval no Porto Seco do município e realizou, durante o ano, caminhadas pelas ruas de Porto Alegre.

Além disso, as ações de prevenção abrangem também a discussão do tema nas escolas com professores, pais e alunos, a fim de romper com o silêncio das crianças e adolescentes e contribuir no processo de identificação e notificação da violência sexual pelos professores e pais. As ações devem buscar contemplar, também, a discussão sobre a efetividade e a construção de leis adequadas que atuem como mecanismos de prevenção e controle da violência contra crianças e adolescentes. O acompanhamento e fiscalização da efetividade dos mecanismos legais de proteção aos direitos da infância e juventude encontram-se como uma estratégia imprescindível para as ações de enfrentamento. A importância destes situa-se tanto na responsabilização dos agentes causadores da violência quanto na proteção dos direitos fundamentais, possibilitando diretrizes para as ações de prevenção.

Todos os eixos devem ser trabalhados transversalmente nas ações de enfrentamento à violência sexual, contudo salienta-se maior enfoque no eixo da *prevenção*. Isto porque o eixo da prevenção encontra-se diametralmente interligado aos demais, pois ele compreende a proteção da criança e do adolescente antes que a violência sexual aconteça e, sobretudo, estimula a construção de uma nova cultura política e de proteção à infância e juventude.

A violência traz, em si, noções culturais socialmente construídas e que ainda encontram defesa junto à opinião pública, o senso comum defende algumas práticas violentas com o argumento de serem instrumentos pedagógicos para a manutenção da hierarquia familiar. Culturalmente, é reforçada a concepção de que os filhos correspondem propriedade dos pais, assim como, na ausência dos mesmos, essa propriedade passa ao Estado (TAVEIRA, 2007, p.160).

A prevenção possui suma importância no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, a sua materialização implica a sensibilização dos sujeitos sobre a questão, orientação sobre os procedimentos de denúncia e locais de atendimentos com a realização de palestras e encontros em locais mais próximos à comunidade como Associações Comunitárias, Unidades de Saúde, Organizações Não-Governamentais (Ongs), etc. A aproximação com as comunidades e as famílias tem por finalidade ampliar o impacto das ações de prevenção na vida dos sujeitos e possibilitar o *desocultamento* das faces da violência sexual.

O livro “Segredinho de Lucas” publicado no ano de 2012, de acordo com o Relatório de Atividades do Comitê Municipal (2012, p. 199), “atende o Plano Municipal no seu Eixo Protagonismo Juvenil, visando garantir um material educativo e informativo sobre violência sexual”. O material, segundo o Comitê Municipal (2012), utiliza como referência o mundo e a linguagem infanto-juvenil, possibilitando uma linguagem compreensível aos leitores, em especial, às crianças. O eixo estratégico *Protagonismo-Juvenil*, conforme o Plano Nacional (2000), busca “promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com a execução e monitoramento do Plano”. O Plano Municipal (2012) objetiva com o eixo protagonismo juvenil:

- 1 – Fomentar a participação de crianças e adolescentes em espaços de garantia de direitos;
- 2 – Envolver crianças e adolescentes com o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual;
- 3 – Promover a discussão do protagonismo juvenil nas instituições que trabalham com as crianças e adolescentes, no sentido de assegurar o protagonismo infanto-juvenil (PORTO ALEGRE, 2012a, p.12).

A materialização do protagonismo juvenil é um processo que, segundo Flores e Santana (2009), envolve vontade política das instituições públicas para viabilizar a participação dos jovens nos espaços de elaboração e avaliação de políticas públicas. Além disso, é preciso adotar uma metodologia que possibilite a esse segmento participar igualmente das discussões, evitando, assim, que os jovens tornem-se *massa de manobra* de interesses difusos ao enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil.

As ações propostas pelo Plano Municipal buscam assegurar a voz das crianças e adolescentes, na execução das metas, no monitoramento e avaliação do Plano Municipal, adotar o protagonismo infanto-juvenil como referencial teórico-

metodológico e promover a participação ativa de crianças e adolescentes em serviços e programas de defesa, prevenção e atendimento. Os espaços privilegiados para a participação dos jovens e desenvolvimento dessas ações são os Fóruns, Conselhos, Comitês, Redes Juvenis, em instâncias colegiadas de deliberação e controle de políticas públicas.

Ações como a realização de grupos no âmbito dos CRAS, CREAS, unidades de saúde e escolas são estratégias para inserir os jovens nas discussões sobre a violência sexual e formas para o seu enfrentamento, uma vez que tais instituições encontram-se constituídas em territórios que possibilitam uma maior proximidade da comunidade com os espaços para a discussão. A participação no Comitê Municipal é aberta⁴⁶ à população e, portanto, constitui-se como um espaço que possibilita aos jovens conhecer a realidade da violência sexual no município, desenvolver suas potencialidades de criação e inovação na construção de estratégias para o enfrentamento à violência sexual.

A participação dos jovens nos espaços de construção, monitoramento e avaliação das ações de enfrentamento viabiliza a eles exercerem sua cidadania, serem estimulados a pensar a realidade e propor alternativas para sua mudança, desenvolvendo seu potencial criativo e oportunizando a participação na vida política.

O eixo *defesa e responsabilização*, segundo o Plano Nacional (2000) tem como objetivo atualizar a legislação sobre os crimes sexuais combatendo a impunidade dos abusadores/exploradores, disponibilizar serviços de notificação, capacitar os profissionais da área jurídico-policia; constituir os Conselhos Tutelares, o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) e as Delegacias Especializadas de crimes contra crianças e adolescentes. O Plano Municipal contemplou o eixo *defesa e responsabilização* com os seguintes objetivos:

⁴⁶ Os Conselhos de Direitos são formados paritariamente por integrantes do poder público e sociedade civil que são escolhidos em fórum próprio (VIVARTA; CANELA, 2005).

1 – Qualificar e ampliar o acolhimento/atendimento realizado pelos órgãos de Defesa e Responsabilização nos casos que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;

2 – Informar a estrutura e funcionamento de todos os órgãos responsáveis pela Defesa e Responsabilização no município de Porto Alegre, à sociedade como um todo, ao quadro de funcionários públicos municipais e aos demais atores envolvidos no enfrentamento da violência sexual;

3 – Capacitar recursos humanos na área de Defesa e Responsabilização, realizando a discussão permanente entre sociedade e os operadores do Sistema de Garantia de Direitos (PORTO ALEGRE, 2012a, p.14).

As ações para a defesa e responsabilização implicam um processo constante de trabalho para conscientização da sociedade sobre a importância em denunciar os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, rompendo com o silêncio que contribui para a clandestinidade desses crimes. Para Arantes (2007), é importante que a rede de proteção não se deixe aprisionar pela lógica da responsabilização meramente jurídica, mas atue para o resgate da dignidade dos indivíduos e grupos em risco. Salienta-se também que a capacitação prevista no Plano Municipal dos profissionais da área jurídico-policial contemple uma perspectiva de ruptura com valores moralistas na relação profissional-abusador. A busca pela melhoria do atendimento deve primar pela construção de novas perspectivas para o atendimento do agente causador da violência que possibilite a sua reinserção no meio social e familiar, sendo trabalhados aspectos que previnam a reincidência e garantam a sua dignidade como cidadão.

As ações municipais para a defesa e responsabilização acontecem por meio da realização de seminários e capacitações destinadas ao público alvo, contudo, salienta-se a importância da formação de grupos de trabalhos que discutam o cotidiano das intervenções nas instituições de atendimento, defesa e responsabilização. Com isso, pretende-se problematizar a violência sexual contra crianças e adolescentes com as situações expressas no cotidiano institucional, discutindo casos reais para a melhoria da atenção a essa questão.

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil de Porto Alegre encontra-se em plena concretização. Suas ações são incipientes devido ao pouco tempo de sua aprovação (em maio de 2012). A ação conjunta do Poder Público Municipal com a sociedade civil no processo de enfrentamento à violência sexual tem sido um importante fator para a materialização do Plano Municipal, pois amplia as possibilidades de promoção e proteção dos direitos da infância e juventude.

Um importante aspecto a ser ressaltado diz respeito à constituição do Plano Municipal, nele estão previstas inúmeras ações de incidem de forma muito significativa e relevante no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, contudo constata-se que em nenhum momento o Plano Municipal prevê a construção de uma política pública para o enfrentamento à essa violência, apenas ações, ainda que intersetoriais e articuladas entre poder público e sociedade civil. O Plano Municipal é o instrumento para consolidar o enfrentamento à violência sexual no município, uma vez que nele estão dispostas as ações que norteiam o processo de enfrentamento. A proposição para a formulação de uma política pública destinada a essa questão deve começar seus primeiros passos dentro dos espaços democráticos e ter visibilidade nos documentos construídos.

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, representa uma carta de diretrizes e princípios que orienta as ações a serem desenvolvidas no âmbito do município. A construção desse documento é um ato de democracia, em que através do detalhamento de cada objetivo, estabelecem-se as prioridades de curto, médio e longo prazo para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

O município é o cenário no qual as expressões da violência sexual manifestam-se, por isso a importância do envolvimento deste ente federado no enfrentamento à violência sexual. Para Setúbal (2008), o município é o lugar privilegiado para a implantação de políticas públicas, pois ele detém a possibilidade de dinamizar o contexto cultural e social da sua comunidade. Esse movimento, favorece significativamente a mobilização e o engajamento da sociedade para a construção, execução e avaliação das ações propostas pelo Plano Municipal.

Nesse sentido, almejando desvendar quais eram os maiores obstáculos para a materialização das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, fora questionado aos sujeitos entrevistados quais as dificuldades encontradas. A análise das falas aponta três categorias importantes: *intersectorialidade* (dificuldades em concretizar uma perspectiva intersectorial entre as políticas públicas), os *vínculos com as famílias* (dificuldades dos profissionais em fortalecer vínculos com as famílias atendidas) e *recursos humanos* (ausência de corpo técnico suficiente diante da complexidade e imensidão da violência sexual).

Um abismo melhor dizendo, entre uma política e outra. Então a saúde hoje, ela teria que dar um passo a mais, a assistência também. Então, assim, há sempre um limite muito tênue e ao mesmo tempo muito significativo entre a assistência e a saúde. Entre a assistência e a educação, entendeu. É, necessário a gente se aproximar ao máximo essas ações no sentido da intersetorialidade, uma ação intersetorial. Eu só saio daqui, quando eu ver que tu pegaste aquele bastão, entendeu, a relação de equipe. Eu penso que apesar de hoje ter excelentes propostas e políticas em ação, há sempre uma necessidade de uma maior ação intersetorial dessas políticas e possível também de novas, **não digo que não haja necessidade de novas políticas públicas, mas neste momento a gente precisa qualificar a que nós já temos (SUJEITO C).**

[...] **abordagem, vínculo e encaminhamento protetivo.** Quando há uma vinculação com o narcotráfico, nós não conseguimos evoluir [...] os e as adolescentes, falam “eu tô aqui porque quero”, a gente interpreta que sempre há um explorador, alguém que a influencia ou mesmo que tira vantagens dessa situação (SUJEITO B).

A categoria intersetorialidade e as dificuldades para sua materialização, constantemente, é evidenciada nas falas dos sujeitos. Os entrevistados identificam na intersetorialidade, uma nova possibilidade para a atenção integral às crianças e adolescentes, mas também um desafio que esbarra na operacionalização das ações. A multidimensionalidade da violência sexual não admite segundo Azambuja (2004), que as instituições atuem de forma isolada, sem estar interligadas à rede de atendimento do município, ou seja, a atuação destes espaços não pode estar restrita a sua política sem apreender a totalidade dos fenômenos e as contradições expressas na realidade.

Nessa direção, o sujeito D, ao referir sobre os obstáculos que encontra no cotidiano de suas ações, aponta como estratégia a ampliação da comunicação entre as instituições para a agilização da análise das situações de violência sexual, para posterior responsabilização do abusador/explorador sexual e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Eu acho que deveria ter uma comunicação um pouco mais estreita entre o DECA, Ministério Público com esses casos de exploração sexual principalmente. Talvez pudéssemos ter alguma reunião [...] uma maior articulação, mas acho que deveria ter um tipo de estreitamento de canal, talvez um setor especializado para ter contato com os CREAS, alguma ponte mais efetiva, um contato mais efetivo, porque encaminhamos para lá, mas muitas vezes não sabe até onde que chegou (SUJEITO D).

A estratégia, apontada pelo sujeito D em articular as instituições por meio do estreitamento da comunicação, vai ao encontro da fala do sujeito B, quando refere

sobre a dificuldade na consolidação da “*abordagem, vínculo e encaminhamento protetivo*”. Ambos os entrevistados reafirmam a importância do trabalho em rede e da concretização da intersectorialidade para o alcance dos objetivos propostos nas intervenções profissionais e atuação das políticas públicas. Estes objetivos buscam principalmente o rompimento da violência, a proteção à criança e ao adolescente e garantia dos direitos fundamentais. Outra categoria revelada como obstáculo para a materialização das ações de enfrentamento diz respeito à criação de vínculos entre os profissionais e as famílias:

Dificuldades de fazer vínculos com as famílias, mas principalmente com o Conselho Tutelar, também, e eu acho que a reclamação é geral, não pela falta de tentativas, mas eu já ando trabalhando na lógica da autonomia, eu vou lá informo, deixo relatório com eles, mas eu vou tocando pra frente, porque tem casos que não dá pra esperar, a grande maioria, então, notifico lá, levo o relatório pra eles, mas vou tocando pra frente, informando Ministério público, DECA, Juizado, em rede, mas sempre sem esperar o retorno do Conselho Tutelar. E a rede nossa aqui, é bem boa, a gente tem uma relação boa com os CRAS, [...] mas claro que demora o retorno às vezes, do DECA e do Ministério Público, que aí o caso fica tramitando e se tu não fica em cima, ligando e pedindo reunião não vai ter muita resposta (SUJEITO D).

A dificuldade em criar vínculos com as famílias das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, apontada pelo entrevistado concerne, sobretudo, ao rompimento do ciclo da violência e a revelação do segredo familiar. Cavalcanti e Schenker (2009) refletem que muitas famílias se relacionam através de uma dinâmica da violência, em que falar da violência no âmbito dessa instituição não é falar de uma realidade concreta, mas sim de um fenômeno complexo, repleto de significados e determinações pessoais, sociais e culturais. Nesse sentido, não raro muitas delas recusam atendimento às crianças e adolescentes, pois temem a perda do poder familiar sobre a criança ou mesmo o afastamento do abusador, que comumente é o provedor das necessidades da família.

Outro fator importante, implicado na dificuldade de construção de vínculos, compreende o próprio processo de fragilização dessas famílias. O estigma social da violência sexual apreende-a como uma falha da função protetiva das famílias, além de representar “uma mácula na família”. Outro fator, também apontado pelos entrevistados, concerne à ausência de um quadro profissional que contemple a complexidade da violência sexual. A *precarização dos recursos humanos* incide, essencialmente, na qualidade do vínculo estabelecido com as famílias, uma vez que

os profissionais são chamados a intervir em múltiplas demandas, não conseguindo apreender a imensidão que se encontra por detrás de cada situação de violência sexual.

A equipe que constitui a proteção ela não está exclusiva em determinadas ações [...], ou seja, todo mundo faz tudo. Eu penso que a grande dificuldade aqui, repercute nisso, que o técnico da equipe de proteção, ele ao mesmo tempo que responde a comunidade a questão da abordagem social, ele também é tem que sair dali e intervir em outra ação, exemplo na medida socioeducativa (SUJEITO C).

Aqui a gente sente bastante falta de recursos humanos, na verdade pra atender a região toda da Cruzeiro, Cristal tem só eu de psicóloga [...] Pras medidas socioeducativas ficaram 01 assistente social e 01 psicóloga, pro PAEF a gente tem também 01 assistente social e 01 psicóloga. Como a gente faz três regiões a gente dividiu, 01 técnica para a Cruzeiro e Cristal e 01 técnica pra Glória, então com isso a assistente social ficou coma Glória e eu com a Cruzeiro e Cristal [...] **então esse é um grande obstáculo, em relação aos recursos materiais, não, a estrutura, a casa é muito boa, tem espaço também, tem material. Mas, recursos humanos é o que mais conta eu acho** (SUJEITO D).

A ausência de um quadro significativo de recursos humanos para atuação nas políticas públicas é consequência do pouco investimento público nas ações sociais. O corte orçamentário nas políticas públicas, evidenciado no Brasil, principalmente, nos anos de 1990, período em que se inicia a contrarreforma do Estado sob a influência neoliberal. Nesse sentido, as reformas orientadas pela lógica do mercado, de acordo com Behring e Boschetti (2008, p.155), resultaram em formulações da política social que “foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto, daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais privatização, focalização/seletividade e descentralização”. A precarização das políticas públicas atinge os processos de trabalho que se desenvolvem em seu interior, inviabilizando a construção de ações com maior impacto na vida dos sujeitos usuários. O sujeito C, ao analisar as ações desenvolvidas por sua instituição, aponta o “investimento em recursos humanos”, como estratégia para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo serviço.

Eu penso que tínhamos que ter, no sentido mais prático hoje um **maior investimento em recursos humanos** [...] Os CREAS são uma proposta ousada, muito boa, porém **a insuficiência de recursos humanos, não nos permite avançar tanto assim. Então eu penso que esse investimento em RH seria essencial.** Eu acho que é isso, a contratação de reinvestir em recursos humanos nas pessoas e qualifica-las para isso (SUJEITO C).

O pouco investimento em recursos humanos, apontado pelo sujeito C, é constituinte de uma gama de outras formas de precarização das políticas públicas, que incidem diametralmente na qualidade do serviço ofertado à população usuária destas políticas. No contexto atual das relações de trabalho para Raichelis (2009), existe um forte apelo à *desprofissionalização* e um intenso incentivo ao *voluntariado*, tendo como consequência o retorno da caridade humanitária para o atendimento aos mais necessitados.

Além das dificuldades referentes à defasagem dos recursos, as falas dos sujeitos entrevistados também revelam as categorias, *jogos de interesses e a estrutura socioeconômica*, como dificuldades que a obstaculizam a materialização do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Alegre.

[...] está **longe assim, de a gente constituir uma política consolidada**, forte de **responsabilização do gestor municipal**, nós estamos trilhando um caminho bastante difícil. É assim, **tem interesses, estamos em um ano eleitoral**, é muito difícil também. Certas coisas, nós tivemos muitas dificuldades com relação ao próprio plano municipal [...] Então, tu vê, que ali a gente **joga com bastante poder e interesse**, infelizmente é um impasse e a gente tem que saber trabalhar com eles, é estratégia enquanto servidor e defende esta política (SUJEITO A).

Sim, existem dificuldades econômicas, políticas e estruturais. Os processos econômicos que condicionam estas ações são as imensas demandas que o poder público tem em um país tão desigual como o nosso, os orçamentos sempre vão parecer poucos, embora milhões sejam investidos, mas esta desigualdade se vence com oportunidades iguais de trabalho e condições dignas de viver. **A dificuldade de ordem política tem a ver com os interesses que estão por trás destas ações**, quando se divulga muito que uma cidade tem planos no enfrentamento a exploração sexual, por exemplo, estamos revelando um aspecto desta comunidade que muitas vezes a sociedade deseja não saber ou fingir que não sabe que isto ocorre. Estas campanhas podem parecer negativas para estas cidades, esperamos que Porto Alegre tenha coragem de encarar este terrível problema de frente. **As questões estruturais estão em três níveis, na família que hoje tem a função de prover e proteger, no Estado que tem que passar de país a nação, e das instituições que devem suprir as falhas das famílias e do Estado, ou seja, é impossível, então fazemos o que podemos.** No entanto, algumas vezes as ações são paliativas e resolvem ou adiam em parte a situação (SUJEITO A).

O poder político, identificado nas falas dos entrevistados, possui um caráter negativo de centralização de poder e favorecimento de interesses próprios. Diferencia-se da concepção de poder político de Hobbes (2008, p.105), para o qual o poder político consistia na "única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defender os homens das invasões de estrangeiros e das injúrias uns dos outros".

Para Hobbes (2008), o poder político confere a sua força para um só homem ou assembleia de homens, que consigam reduzir diversas vontades em uma vontade comum. O poder, que aparece nas falas dos entrevistados, diz respeito, às relações de poder desiguais, presentes na relação gestor e profissional para a tomada de decisão acerca das ações a serem implementadas pelas políticas públicas.

As relações desiguais estabelecem-se dentro de um campo de lutas e resistências dos profissionais contra os interesses particulares, que inviabilizam a efetivação dos direitos sociais dos sujeitos. Os interesses particularistas, revelados nas falas dos entrevistados, distanciam o reconhecimento das políticas públicas como materialização dos direitos sociais, situando-as apenas como espaço de legitimidade de vontades e interesses privados. Estes aspectos são analisados por Pereira (2008) e Couto (2006), como sendo integrantes da constituição contraditória da política social – na medida em que é conquista das lutas sociais é também concessão do Estado, permeado por uma gama de jogos de interesses -. Nesse sentido, salienta-se, ainda, o movimento destas relações de poder uma vez que:

[...] nem o Estado nem o governo que está no poder e nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monolíticos e homogêneos; eles são constituídos por forças sociais em confronto. Explorar as contradições é disputar espaços de luta pela hegemonia, é buscar construir a contra-hegemonia; é reconhecer que a totalidade é constituída de elos indissociáveis e, que, portanto, embora não apareça no imediato, toda ação terá implicações no todo. Isso significa que, mesmo que não se consiga mudar o todo no imediato, as mudanças cotidianas e imediatas têm e terão implicações na totalidade, porque as conexões que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.198).

Reconhecer a capacidade de transformação da realidade requer dos sujeitos atuantes nas políticas públicas a luta constante pela materialização da própria política pública para a efetivação dos direitos. Com isso, busca-se ultrapassar o caráter meritocrático das ações, que inviabilizam a autonomia dos usuários, mas, sobretudo, que ferem a dignidade destes, uma vez que retira o caráter do direito e atrela a ação destas políticas ao âmbito da concessão. Outro ponto de suma importância, levantado pelos sujeitos entrevistados, diz respeito, às condições estruturais encontradas no contexto atual que dificultam, ou mesmo, inviabilizam a materialização das ações de enfrentamento à violência sexual. Os entraves estruturais, de acordo com a fala do sujeito E aparecem em três níveis: *“na família*

que hoje tem a função de prover e proteger, no Estado que tem que passar de país à nação, e das instituições que devem suprir as falhas das famílias e do Estado”.

Nesse trecho, identifica-se a díade Estado-Família, o Estado na função de prover as condições para o desenvolvimento dos sujeitos e a família como instituição primária para prover o sustento e a proteção aos indivíduos. A fala do sujeito E, aponta também a presença de outro elemento que diz respeito às “*instituições que devem suprir as falhas das famílias e do Estado*”, ao inferir isso pode-se perceber a que tais instituições seriam o Poder Judiciário e o Ministério Público, este último para fiscalizar as funções tanto do Estado quanto da própria família para a proteção dos indivíduos e o último na função de efetivar as premissas das leis.

Além disso, a estrutura com suas expressões evidenciadas pelo sujeito E, como obstáculo para o enfrentamento à violência sexual, compreende principalmente as relações econômicas e ideológicas. Estas relações incidem, essencialmente, nas vidas dos cidadãos, não raro, constata-se o favorecimento das classes privilegiadas, deixando as demais vulneráveis às intempéries do capitalismo. Diante disso, Gohn (2008, p.15), ao refletir sobre a conjuntura atual do país, apresenta o seguinte cenário social:

[...] a questão social no Brasil atual localiza-se em um tripé de problemas – violência urbana, consumo/comercialização de drogas, existência de poderes paralelos ao Estado, disciplinando a ordem e a organização social. Esses problemas estão presentes na sociedade de diferentes formas: violência expressa em inúmeras modalidades de crimes e atos contra os cidadãos e contra o patrimônio público e particular; insegurança e disseminação do uso (consumo ou venda) de diferentes tipos de drogas entre adolescentes e jovens, provenientes de diferentes classes sociais; crescimento das redes de narcotraficantes e outros contraventores em todo o país. A violência urbana alterou o padrão de relacionamento dos cidadãos entre si, sua forma de viver em termos de hábitos e comportamentos, transformou e comprometeu o ato da participação em atividades coletivas (desorganizando, pelo medo, as redes que já existiam, mas ao mesmo tempo, fornecendo subsídios para outras ações emergirem como reação à violência a que estão expostos); desorganização de estruturas familiares a partir da existência, real, ou da ameaça e perigo, do consumo de drogas entre os jovens. As escolhas e prioridades feitas pelos dirigentes políticos se faz num cenário onde há condicionantes econômicos mais amplos, externos ao país, demarcados pela globalização econômica e suas exigências.

As refrações assumidas na conjuntura atual pela questão social no Brasil, de acordo com Iamamoto (2009), ultrapassam a perspectiva apresentada por Gohn (2008), uma vez que há uma predominância do capital fetiche nas relações sociais que conduz à banalização da vida humana à descartabilidade e indiferença perante o outro. Estes processos geram um movimento de coisificação das relações e

personificação das coisas (mercadorias), tal movimento, para lamamoto (2009), potencializa as necessidades sociais dos indivíduos. Além disso, outro ponto diz respeito às respostas do Estado, em que predomina a perspectiva neoliberal com a fragmentação das políticas públicas, tendo como consequência a redução do investimento público nas políticas sociais e o apelo à seletividade das ações sociais. Yazbek (2012, p.303), ao analisar o atual contexto das políticas sociais refere que:

[...] a erosão do sistema público de proteção social, caracterizado por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora (YAZBEK, 2012, p.303).

As mudanças sofridas pelo movimento da realidade (crises econômicas do capital, transformações nas relações sociais, avanço tecnológico, etc.), também repercutem profundamente nos valores e concepções dos indivíduos. Em meio a essas mudanças, vislumbra-se, no contexto atual, a predominância do consumismo e do individualismo e, conseqüentemente, o abandono do sentido de coletividade.

A categoria marxiana da contradição, de acordo com Konder (2008), constitui-se por ser a luta dos opostos, na medida em que sinaliza a opressão também é resistência, sendo por isso considerada como o motor da realidade. A contradição também é manifestada no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescente em Porto Alegre, os entrevistados evidenciaram diversos obstáculos nesse processo, mas também apontam estratégias importantes para a materialização das ações de enfrentamento à violência sexual e promoção dos direitos das crianças e adolescentes:

Tem que consolidar uma política pública, eu acho que é movimentar, isso, nós estamos fazendo, mas tem que ter a consolidação de uma política pública, tem que haver uma coisa mais comprometida [...] Não é uma política de Estado, é uma política de governo que depende do governo que vai investir, não se entende como uma política de Estado que tem que ser trabalhada pelos acordo internacionais, pelos pactos, pelo ECA e pelas conquistas (SUJEITO E).

A gente sabe que a questão do abuso tá muito ligado à parte intrafamiliar [...] **aí cabe o trabalho territorial das nossas diversas equipes da saúde, educação, assistência social de conseguir construir ambientes mais saudáveis.** Mas, você sabe que nos ambientes internos das famílias não se sabe o que pode acontecer. **A rua já é um território do Estado, o poder público tem que cada vez mais estimular os territórios para garantir melhores estruturas. Então se tu tens melhores estruturas no território, melhor iluminação, tudo passa a contribuir para que não tenha tanta incidência de violência (SUJEITO B).**

A fala do sujeito E refere-se à construção de uma política pública consolidada que ultrapasse as ações pontuais e descontínuas, características das políticas de governo que personificam o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil às prioridades do governo que se encontra no poder. Couto (2006), afirma que não basta a existência e nem o conhecimento da lei para que a vida da população seja alterada, tornam-se necessários, mecanismos que confirmem o protagonismo dessa população e que materializem as premissas das leis.

A concretização dos direitos acontece por meio das políticas públicas, erigidas sob os princípios constitucionais para a garantia da gama de direitos historicamente conquistados nas lutas sociais. As políticas de governo, no entanto, retiram o protagonismo dos sujeitos, uma vez que dependem meramente da orientação ideológica e dos interesses políticos e econômicos dos governantes, não representando avanço ou reconhecimento dos direitos da população.

A fala do sujeito B, quando infere a ação do Estado nos territórios, diz respeito à garantia de melhores condições de vida aos sujeitos, referindo a questão da organização do território por meio da garantia de direitos sociais como moradia digna, educação, saúde, assistência social, etc. Yazbek (2012), ao discutir os impactos destrutivos das transformações atuais do capitalismo, traz a inviabilidade do enfrentamento à pobreza sem mudanças estruturais no modelo econômico concentrador. A guetificação das famílias pobres a bairros distanciados da cidade, com a precarização dos serviços públicos, busca mascarar as desigualdades socioeconômicas, características proeminentes nesse modelo econômico.

As melhorias apontadas pelo sujeito B contribuem para a elevação da condição de vida da classe empobrecida e diminuição, ainda que parca, das desigualdades sociais. Contudo, isso não é suficiente, as particularidades assumidas pela violência sexual infanto-juvenil requer, tanto do Estado, quanto da sociedade, ações que coíbam a sua produção e reprodução nas relações interpessoais. Retomando a fala do sujeito A na página 118, *“é impossível, então fazemos o que*

podemos”, infere a complexidade do fenômeno, com isso apreende-se que o desafio presente é investir no fortalecimento das instituições públicas e nos espaços democráticos, para o investimento em ações que atuem de forma significativa sobre o fenômeno.

Além disso, a mudança de valores e concepções imbricadas em uma cultura arcaica de legitimação da criança como inferior e, por isso, suscetível a toda a gama de violências pelos adultos, é uma construção coletiva dos indivíduos para o rompimento dessas desigualdades e consolidação da busca por uma sociedade mais justa e igualitária. No que tange, a avaliação dos sujeitos sobre o processo de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, identifica-se, nas falas dos entrevistados, a predominância do entendimento que há uma qualidade, entendendo tais ações como “*muito boas*”, “*qualidade do atendimento*” e “*tem consistência e são eficazes*”.

Todas as que eu conheço, tem uma qualidade profissional muito boa, com muita ética, porque sempre teve um processo de formação em Porto Alegre. **A gente sempre trabalhou num ritmo de formação, capacitação**, por mais que a gente perceba que tem profissionais com dificuldades, que não tem uma retaguarda, mas eu percebo a importância da formação. Não diria que o interesse de formação venha do gestor, mas do profissional que está na ponta que busque [...] A qualidade está muito mais no comprometimento profissional que está na ponta [...] do comprometimento, da ética, esse é o grande diferencial, a qualidade dos profissionais que temos aqui em Porto Alegre e isso vem da formação (SUJEITO A).

Eu acho muito boa a qualidade das nossas ações [...] Eu sinto que em Porto Alegre há uma evolução do atendimento, uma redução na prevalência de violência sexual e exploração sexual **pela qualidade do atendimento**, eu acredito nisso (SUJEITO B).

A qualidade das ações tem consistência e são eficazes, no meu entendimento. **Há uma eficácia nessas ações, mas a falta de recursos humanos compromete um maior foco nessas ações**. Um maior envolvimento e articulação, intersetorialidade, é dificultado pela falta de recursos humanos (SUJEITO C).

Em uma das falas, identifica-se que a avaliação do processo de enfrentamento à violência sexual encontra-se fundamentalmente interligada ao processo de formação/capacitação e ampliação dos recursos humanos. As questões referentes aos recursos humanos, no decorrer da análise das falas, aparecem em três momentos: nas dificuldades, nas estratégias para a superação e na avaliação do processo de enfrentamento. Nesse sentido, evidencia-se a importância dos

profissionais para a qualidade das ações, no que se refere à capacitação e à ampliação do quadro técnico para a prestação de um atendimento qualificado, comprometido em assegurar os direitos dos usuários.

Raichelis (2009) afirma que as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o desenvolvimento tecnológico e informacional promovem intensas mudanças no mundo do trabalho, gerando a terceirização, a subcontratação, o trabalho temporário e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho. Retomando a fala do sujeito C na página 117, visualiza-se as relações precarizadas de trabalho, referidas por Raichelis (2009) no momento em que o entrevistado afirma “todo mundo faz tudo”. Esse trecho elucidada que há uma sobrecarga de trabalho devido à intensa demanda que chega às instituições, incidindo fundamentalmente na qualidade do serviço prestado, devido a fatores como: estresse do trabalhador, ausência de tempo para diagnóstico das situações, dos atendimentos e dos encaminhamentos.

Seguindo a análise das falas dos entrevistados sobre como avaliam o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Porto Alegre, identifica-se que estes sujeitos concedem as ações como “*incipientes*” e “*em tempo de diagnóstico da situação*”, portanto, o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil na apreensão dos entrevistados é um processo em construção.

As ações desenvolvidas pelo município no combate a violência sexual infanto-juvenil ainda estão por acontecer, vivemos um tempo de diagnóstico da situação e perplexidade diante do que encontramos. O grupo de pessoas que iniciou este movimento tem menos de dez anos e agora é que começa a se articular como política pública. Precisamos estudar, mais e mais este fenômeno para pensarmos soluções possíveis (SUJEITO E).

Eu acho que elas são incipientes, ao meu ver a gente ainda não conseguiu atingir a profundidade do fenômeno. A gente vê assim, que em cada seminário de exploração sexual é sempre pessoas com muitas dúvidas do que fazer. Nós enquanto serviço também nos perguntas várias vezes se estamos fazendo certo, sabemos que não iremos conseguir dar conta de tudo. Eu acho que a forma de trabalhar dos CREAS com sistemática ainda está muito no início. Eu sinto que a gente faz o possível, mas ainda não está sendo feito tudo o que a gente queria. **Mas ao mesmo tempo vejo que é um processo, só que tem situações que não tem como a gente esperar muito, tem que haver outras formas de combater** (SUJEITO D).

O enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil é avaliado pelos entrevistados como um processo que requer uma intensificação nas discussões

sobre as estratégias e os desafios que cotidianamente apresentam-se aos sujeitos responsáveis pela materialização das ações. A violência sexual, por ser um fenômeno multidimensional, conduz a trabalhar em ações integralizadas e em conjunto e, principalmente, promovendo a articulação entre o Estado e a sociedade civil.

Os saberes, as práticas e as possíveis atuações das políticas setoriais não se bastam sozinhas e isoladas, é preciso ultrapassar os obstáculos da fragmentação e das ações pontuais. O desejo expresso pelos entrevistados em constituir uma política pública consolidada requer um movimento que ultrapasse a esfera local das ações, alcançando visibilidade em toda a sociedade e demais instâncias da esfera pública. Nesse sentido, a construção da política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescente exige, sobretudo, a definição de recursos orçamentários para o investimento público nas ações (capacitações de recursos humanos, ampliação e melhoria das ações sociais públicas). Diante disso, Phebo (2007, p.161), infere que “é preciso que haja investimento nos programas intersetoriais de atenção integral, a fim de prevenir situações de risco e garantir, realmente os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes”.

A realidade da sociedade brasileira contemporânea tem revelado que, dentre as situações mais graves de violação aos direitos humanos a que estão submetidas as crianças e adolescentes destacam-se às manifestações da violência sexual. O reconhecimento da violência sexual, como um fenômeno complexo, vem gradualmente ganhando espaço na cena pública e as estratégias para seu enfrentamento devem apreender as profundas raízes históricas das relações sociais desiguais e, sobretudo, considerar o contexto sócio-histórico de violência estrutural.

O enfoque da política de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil deve ser a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da integralidade das ações. A articulação entre as políticas públicas tem como escopo tornar as ações mais eficientes, sendo, na atualidade, o caminho que mais apresenta efetividade social para a construção de uma política integral de proteção dos direitos da infância e juventude.

3.3 OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PORTO ALEGRE: LIMITES E RESISTÊNCIAS

Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

Antônio Gramsci

A contextualização dos crimes sexuais contra a infância e juventude requer apreendê-los dentro de uma estrutura social calcificada por valores moralizadores e machistas que reafirmam a violência sexual como fator natural às relações sociais e familiares que se estabelecem na sociedade contemporânea. Nesse contexto engessado por concepções que legitimam os crimes sexuais contra as crianças, é que se constroem as novas formas para o seu enfrentamento. O protagonismo da sociedade civil brasileira, iniciado principalmente na década de 1980, revela a ruptura com a passividade e a omissão, sob qual a questão da violência sexual vinha até então assumindo na agenda e no espaço público no Brasil.

O governo e a sociedade brasileira avançaram bastante desde a entrada das questões relacionadas ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na agenda política nacional no início da década de 1990. Vivarta (2003) considera que as organizações, sejam elas governamentais ou não-governamentais, já compreenderam que a característica multifacetada do fenômeno da violência demanda a adoção de estratégias descentralizadas, contudo integradas, nos níveis local, nacional e internacional, uma vez que:

No contexto histórico da luta pelo estabelecimento da democracia e da cidadania, mobilizada em torno do Movimento Constituinte de meados dos anos 80, surgem várias iniciativas no seio da sociedade civil, apontando soluções para questões que exigiam mudanças nos paradigmas legais, culturais e político, com destaque para a questão da violência e desigualdade de gênero, a desigualdade racial, a desigualdade regional e em especial à questão dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2008, p.14).

A mobilização acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes emergiu como desdobramento da luta pelo fim da violência contra a mulher. Em 1986, Vasconcelos e Malak (2002) referem que o tema ganhou notoriedade a partir de denúncias sobre violência sexual, envolvendo crianças,

realizadas pelo movimento feminista no Nordeste, incorporado a ONGs que desenvolviam projetos com adolescentes vítimas de violência sexual.

No Brasil, a mobilização da sociedade civil em torno do tema teve como principal consequência a incorporação no debate público acerca da necessidade de políticas públicas que tomassem o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil como algo de interesse superior. Potencializa-se, assim, uma ampla aliança e a construção de ações articuladas na luta pelo fim da violência sexual e, sobretudo, pela garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, como pessoas em desenvolvimento. O fortalecimento da participação da sociedade civil no Brasil, antes de 1980, fora embrionária, restringida a pequenos círculos de intelectuais, não envolvendo nos processos de decisão a população em geral. A luta pela defesa dos direitos da infância e juventude, em especial, no que se refere à violência estruturou-se:

[...] somente na década de 80, durante o processo de redemocratização do Brasil, que se iniciou a trajetória da sociedade civil por intervir autônoma e efetivamente no processo político decisório e, por conseguinte, nasceram os conselhos comunitários. Tais órgãos foram de suma importância para a criação dos atuais Conselhos de Direitos. Não obstante, sua atuação fosse desprovida de caráter deliberativo, cingindo-se à esfera consultiva, certo é que a pressão popular exercida pelos Conselhos Comunitários, por diversas vezes, resultou na implementação daquilo que havia sido aconselhado, o que contribuiu sobremaneira para a atual conformação dos Conselhos de Direitos (SILVA, 2006, p.20).

Paradoxalmente, ao contexto de luta e reivindicações pelos direitos da infância e juventude foi também nessa década que o processo de globalização econômica avançou no país, acirrando ainda mais a exclusão e as desigualdades sociais. De forma muito perversa, tais processos incidiram notoriamente sob os segmentos mais vulneráveis da população, as crianças e os adolescentes pertencentes às classes mais empobrecidas da sociedade. Diante do cenário de constantes transformações conjunturais, é notório que serão essas crianças e adolescentes o principal alvo das situações de violência, especialmente da exploração sexual comercial.

[...] as condições sociais e econômicas do Brasil na atualidade refundam a tendência já historicamente predominante na sociedade brasileira, qual seja, a de resolver na esfera privada questões de ordem pública. Na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. Dessa forma, as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice encarada como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidade de seus membros (ALENCAR, 2009, p.63-64).

Diante desse cenário, as ações, no âmbito da esfera pública no enfrentamento às múltiplas expressões de violência, devem buscar potencializar o caráter integral e não fragmentado das políticas e programas sociais. A complexidade que envolve as situações de violência sexual requer o conhecimento da realidade na qual a violência manifesta-se, aprofundando e aperfeiçoando as ações como condição essencial para o seu enfrentamento. A partir da aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2000), o desvendamento e atuação das manifestações da violência sexual infanto-juvenil passam a ser concedidas em uma construção coletiva entre a sociedade civil e o Estado:

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil é um conjunto de diretrizes que configuram a política para atendimento ao segmento infanto-juvenil vitimizado pelas violências sexuais. Desta forma, os Planos Estaduais e Planos Municipais vão consolidar as diretrizes nacionais considerando a descentralização e a **participação** como fundamentos para a execução de políticas públicas de responsabilidade compartilhada entre as três instâncias de poder: União, Estado e Município (BRASIL, 2008, p.24-25).

Os Conselhos de Direitos atuam como importantes mecanismos que potencializam o exercício da cidadania, uma vez que concedem a sociedade um espaço de participação e discussão (formulação, execução e avaliação) sobre os rumos que as políticas sociais e suas ações devem caminhar para a efetivação dos direitos já conquistados. Os Conselhos de Direitos, nesse sentido, constituem-se como um espaço privilegiado, para a participação da sociedade na esfera das decisões do Estado. É por meio deles que é possibilitado à sociedade questionar acerca do atendimento que é disponibilizado pelo poder público e demais instituição às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, bem como das demais questões referentes a esse segmento social. Nesse sentido, os conselhos são considerados:

[...] espaços estratégicos de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos, proporcionando um processo de interlocução permanente, que ora objetiva a proposição de políticas públicas e a criação de espaços de debates públicos; e ora visa o estabelecimento de mecanismos de negociação e pactuação, permitindo a penetração da sociedade civil na lógica burocrática estatal para transformá-la, visando exercer controle socializado das ações e deliberações governamentais (RAICHELIS, 2000, p.66).

No município de Porto Alegre, a participação da sociedade civil no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil ocorre impreterivelmente em duas instâncias: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente (EVESCA). O Conselho Municipal⁴⁷ tem sua regularização pautada na Lei Municipal 6787/91, que dispõe acerca da composição, organização e atribuições desta instância no âmbito municipal, regendo assim todas as ações do CMDCA:

[...] as atribuições do CMDCA-POA, dentre outras, são: propor modificações nas estruturas das Secretarias e órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; estabelecer políticas de formação de pessoal com vistas à qualificação do atendimento; gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUNCRIANÇA, cujos recursos se destinam à política de atendimento dos direitos mediante deliberação do CMDCA (PORTO ALEGRE, 1991, p.03).

O CMDCA⁴⁸ é um órgão deliberativo⁴⁹, normativo, formulador e fiscalizador da política de atendimento dos direitos da infância e juventude na esfera municipal. Tal órgão embasa suas ações em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e com a Lei Municipal 6.787/91. Dentre as ações que o CMDCA desenvolve estão a avaliação, acompanhamento e controle das ações governamentais e comunitárias, sendo, portanto, responsável pelo registro de

⁴⁷ O CMDCA possui composição paritária entre os representantes da sociedade civil e governamentais. Atualmente está constituído através de 14 representações da sociedade civil e 14 representações do Poder Público Municipal (PORTO ALEGRE, 1991).

⁴⁸ O suporte financeiro e administrativo para o funcionamento do CMDCA é realizado pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Governança Local, em conformidade com a Lei Municipal 6.787/91.

⁴⁹ Stanisci (2001) refere que falta aos Conselhos de Direitos instrumentos de sustentação de sua autonomia decisória, que não foram previstos nem implementados, bem como mecanismo de responsabilização dos conselheiros. Nesse sentido, criam-se diversos obstáculos para a consolidação dos conselhos como espaços de tensionamento ao Poder Público, uma vez que ainda faltam mecanismos legais que regularizem de forma efetiva a intervenção dos Conselhos junto ao Estado.

entidades não governamentais e governamentais que desenvolvem programas com crianças e adolescentes.

Os sujeitos entrevistados quando questionados, sobre a constituição da participação social nos processos de defesa e promoção dos direitos à infância e juventude, referiram também os obstáculos presentes para a garantia do controle social. A categoria *disputa de interesses* aparece fortemente na fala dos sujeitos F e B, evidenciando o Conselho como um espaço de interesses opostos. Outra categoria encontrada nas falas diz respeito à concepção de “*igualdade*”, entre os representantes da sociedade civil e do governo local nas tomadas de decisão:

[...] **muitas vezes a gente vê que as coisas não estão acontecendo**, daí a gente tem que sentar na mesa do Conselho pra **discutir o motivo do porquê não está acontecendo, impedindo para que ela aconteça**, discutindo com o prefeito. **É uma construção semanal, tem entraves para que as coisas aconteçam, ou que elas aconteçam mais lentamente**, então é papel da sociedade e do governo. Então na mesa do **conselho a gente não separa sociedade e governo**, são **todos defensores da política** da criança e do adolescente. Não olha o que é sociedade ou governo **são todos conselheiros de direitos** (SUJEITO F).

São muitas as coisas que contribuem para que as ações tanto do Conselho ou de outra instância não sejam efetivadas [...] a gente vê **muita disputa pequena, até mesmo no individual**, isso dificulta que as coisas andem rapidamente, **muitas vezes quando se chega no consenso**, isso vai ser feito, e um lá e diz que não, isso é bom e ruim, bom porque ajuda a pensar no todo, e ruim **porque às vezes é um interesse que parece que nada tem a ver com o objetivo comum que é a proteção da criança** (SUJEITO B).

Ao referir-se que “*o conselho não separa sociedade e governo*” o sujeito F, faz inferência a uma postura dentro do Conselho que busca uma participação igualitária entre seus membros. Contudo, na composição do CMDCA, não se identifica a representação de organizações populares como associações de moradores ou de bairros, ou ainda movimentos sociais, sinalizando que há uma ausência de uma representatividade mais intensa dos diversos segmentos da sociedade civil. Vivarta e Canela (2005), referem que ainda é restrita participação da sociedade nos Conselhos de Direitos, para os autores os segmentos com maior poder de organização inserem-se nesses espaços com maior facilidade, pois possuem conhecimento sobre as ações e competências desses espaços, enquanto outros segmentos necessitam de um maior incentivo para apreender as questões públicas, ficando à margem dos processos de tomada de decisão.

Para Dagnino (2006, p.283) existe uma série de fatores que opera para dificultar uma participação mais igualitária nos espaços públicos: “o mais importante deles parece ser a exigência de qualificação – técnica e política – que essa participação coloca aos representantes da sociedade civil”. O sujeito D afirma que a participação em fóruns e seminários sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes “*fica só entre nós, a gente sabe disso, tem que trazer as pessoas da comunidade para discutirem*”.

A concepção de democracia à qual nos referimos também requer um contexto social de esferas públicas mobilizadas. Vemos que a cultura cívica nos municípios brasileiros ainda é bastante insuficiente para gerar um contexto social que favoreça a ampla participação social e política da população, capaz de ampliar o exercício efetivo dos direitos sociais necessários a uma qualidade de vida. Pelo contrário constatamos uma participação restrita a poucos segmentos sociais com capacidade de organização política, cujo risco é reforçar o círculo vicioso de produção e reprodução das enormes desigualdades já existentes, em razão da crescente dificuldade de organização e expressão política dos segmentos em situação de vulnerabilidade ou exclusão social (SANTOS JUNIOR, 2005, p.23).

Na concepção instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os conselhos são compreendidos como mecanismos democráticos de participação e de representação política, são concedidos, assim, como um importante instrumento para a mudança da sociedade e do Estado. O caldo cultural que historicamente permeia a participação na esfera pública evidencia que, no país, esta foi orientada pelo controle privado de grupos com maior poder de pressão do Estado. Carvalho (2008, p.11) considera que “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”. Nesse sentido, a construção da participação social engendra, nas palavras Souza (2009) na *radicalização* das práticas políticas opositoras ao sistema dominante e no aprofundamento da participação nos processos de luta e resistência.

Se de um lado os conselhos reinventam a nossa dinâmica democrática, trazendo novos atores para o debate, ao mesmo tempo reproduzem a nossa cultura política. Por isso, toda sorte de riscos, vícios e mecanismos antidemocráticos pode permear a sua prática. Se faz necessário, portanto, enfocar algumas hipóteses que buscam explicar o mau funcionamento ou mesmo a completa ausência de Conselhos de Direitos em diversos municípios (VIVARTA; CANELA, 2005, p.22).

Os sujeitos entrevistados, em suas falas, evidenciam a inexpressiva participação da população nos espaços de discussão da violência sexual. A participação tanto em conselhos, comitês e demais organizações (seminários, fóruns, etc.) é estrita a uma pequena parcela da sociedade civil que consegue se organizar para inserir-se nos espaços de discussão e de tomada de decisão. Gohn (2001) considera que as principais ações para a garantia dos espaços democráticos compreendem o desenvolvimento de ações para evitar os obstáculos burocráticos à participação. Além disso, a autora infere que é necessário ampliar os canais de informação para que a sociedade possa manifestar suas preferências antes que as decisões sejam tomadas.

A gente vê mais as entidades não governamentais, mas a comunidade em si é fraco. Ainda é fraca a participação. Porque quando tem assim seminários, que, vai são os técnicos, os educadores, mas a sociedade em si, não tá para ouvir, poder falar, a gente não vê muito (SUJEITO D).

Mais assim [...] **quem trabalha na área vai, pessoas de fora, da comunidade tu não vê muito** [...] nem as famílias, vem os que têm às vezes uma liderança na comunidade, mas aí é umas 4 pessoas, não chega a ser expressivo (SUJEITO D).

Trazer a discussão para mais perto! Porque fica uma coisa, para nós mesmos, que está mais claro. **Eu acho que trazendo as pessoas da comunidade seria até mais fácil de ser identificado.** Então as pessoas veriam aquilo de perto, teriam a noção, a gente não ficaria tentando aquilo no individual, justamente por não ter como expor isto, e não tem que expor mesmo, **mas o macro acaba ficando de lado, as ações macro** (SUJEITO A).

Rachelis (2000) adefere que um dos desafios diante da participação situa-se na mudança da própria sociedade civil no que se refere à construção de alianças realmente coletivas, ou seja, transcendententes à lógica fragmentária, da disputa de interesses particularistas e corporativistas. A herança cultural e política que permeia a concepção de participação no país historicamente orientou-se pela aceção do “controle privado de certos grupos com maior poder de acesso e influência” (SOUZA, 2009, p.174). A construção de espaços democráticos, que atuem como mecanismo para o fortalecimento da cidadania e ampliação da participação da população nas discussões, exige imprescindivelmente o respeito ao *direito à informação*.

A publicização das informações é elemento primordial para a transparência da esfera pública, consolidando, de fato, um Estado Democrático, ao atribuir

visibilidade às ações públicas. Além disso, é preciso instrumentalizar politicamente a população, os processos participativos são essenciais para a mobilização e organização da sociedade para a reivindicação de direitos e para a tomada de decisão. Contudo, o acesso às informações com uma linguagem acessível, de fácil leitura e compreensão para os usuários das políticas sociais, são fatores imprescindíveis para a aproximação entre a população e as instituições públicas que prestam serviços sociais.

É necessário que a gente se qualifique ainda mais, para que este resultado ele seja de uma melhora qualidade, por exemplo: tem que estar sempre estudando [...] Os profissionais constituem esses espaços [...] mesmo os membros da sociedade civil eles buscam estar nas Conferências, nos Congressos, nos Seminários, são pessoas que **dentro de seu potencial de conhecimento, eles são muito comprometidos** (SUJEITO C).

Eles até tem um bom entendimento, pode não ser um entendimento do psicólogo, do coordenador dos serviços, mas eles tem um entendimento sobre o ECA, e são esses atores que hoje constituem esses espaços, fóruns, conselhos [...] (SUJEITO B).

As falas expressam a dificuldade de alguns representantes da sociedade civil na compreensão acerca das questões que envolvem os espaços participatórios. Tais dificuldades sinalizam também a ausência de incentivo público em capacitações que tenham impacto e que realmente contribuam para o desenvolvimento de uma nova consciência. Nesse sentido, a consciência política dos sujeitos na luta pela ampliação e garantia dos direitos, desenvolve-se no cotidiano, nas pequenas reivindicações e nos debates que se travam para garantir vitalidade às ações das instâncias participativas.

A adesão crítica dos sujeitos, nesses espaços, adensa a luta pela democratização das práticas sociais, universalizando informações e efetivando as premissas instituídas pelas legislações sociais, principalmente as dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A participação da sociedade civil, no enfrentamento à violência sexual, constitui-se como um mecanismo para apreender as múltiplas faces que envolvem os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Para tanto, é inexorável o fortalecimento desta participação por meio da mobilização e da adesão dos sujeitos no processo de defesa das crianças e adolescentes. A participação social, desse modo, situa-se como a principal estratégia para consolidar as bases necessárias para a construção de políticas públicas.

Faz-se necessário, portanto, reforçar uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais, e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços, com suas organizações, para a efetivação dos mesmos (IAMAMOTO, 2009, p.273).

O incentivo à educação política, por meio dos conselhos, é um meio de promover a participação direta da sociedade nas discussões, sem ser “preciso de um intermediário” (ALENCAR, 2005, p.31). As falas dos sujeitos entrevistados expressam que o Poder Público vem, ainda que *timidamente*, incentivando a participação da sociedade. Quando questionados sobre como vem ocorrendo o estímulo do Poder Público à participação da sociedade civil, alguns sujeitos entrevistados evidenciaram dificuldade em perceber quais são as ações que o Executivo Municipal vem desenvolvendo para a inserção da sociedade nos espaços participativos.

[...] é um espaço de construção, mas que está bem consolidado, é uma participação do poder público bastante atuante. **É uma exigência do próprio prefeito isso, mas, eu não consigo pontuar isso**, não identifico que isso esta muito mais do lado do poder público, não. Eu acho, assim, que tem dois lados, tem dois pesos e duas medidas. Mas eu percebo o peso maior para o lado da sociedade civil, de estar participando dos espaços e tá fomentando essas discussões (SUJEITO A).

Acho que é mais assim, disponibilizando estrutura física como recursos humanos até porque a gente sabe que a sociedade civil não tem como custear o espaço físico para as ações [...] divulgando também as ações. Isso é uma parceria, a legislação nos diz que tem que fazer (SUJEITO F).

As nossas dificuldades com a sociedade civil são sempre concluídas com reajustes de convênio e o resto eu pulo (SUJEITO B).

As respostas destes sujeitos revelam o estímulo do Poder Público por meio do repasse de recursos físicos e humanos, havendo também uma personificação desse incentivo, quando o sujeito A afirma “*é uma exigência do próprio prefeito*”. Personificar a obrigação do Poder Executivo, no investimento aos Conselhos de Direitos retira a possibilidade de continuidade e de pressão, uma vez que dependerá somente da *vontade daquele gestor em particular*. Além disso, a personificação das ações anula a obrigatoriedade do município em criar mecanismos e meios para a ampliação da democracia participativa. Nesse sentido, desagrega da luta social e

política que a sociedade civil no Brasil vem travando para o comprometimento do Poder Público na área da infância e juventude, materializada principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) ⁵⁰.

Na prática trata-se de um processo de negociação política que depende de fatores como comprometimento do Poder Executivo com os direitos da criança e adolescente, o poder de pressão do conselho e a cobrança da imprensa e da sociedade. Na maioria dos casos, os repasses do Poder Executivo representam a maior fatia da arrecadação dos Conselhos de Direitos. A preocupação dos conselheiros deve ser, além de aumentar a destinação orçamentária onde ela for insuficiente, garantir que haja regularidade nessa relação, para evitar que os valores oscilem de um ano para o outro de acordo com a vontade dos gestores públicos (VIVARTA; CANELA, 2005, p.120).

Os Conselhos, sejam eles Gestores ou Direitos, de acordo com Gohn (2001) têm como principal papel a discussão sobre as estratégias de gestão pública e fundamentalmente, sobre a operacionalização das políticas públicas. O tensionamento para uma maior participação ou efetivação do incentivo público para investimentos nas ações dos Conselhos de Direitos exige uma capacitação dos sujeitos que compõem os conselhos “é preciso uma capacitação que possibilite a todos os membros do conselho uma visão geral da política e da administração” (GOHN, 2001, p.92).

Além disso, a cultura da participação é uma construção cotidiana entre os sujeitos que ocupam os espaços democráticos, o incentivo do Estado deve permear a clarificação das suas ações por meio de discussões que atinjam os diversos segmentos sociais. A realização de seminários temáticos para o debate sobre o tema é uma estratégia para a problematização sobre a violência sexual, impulsionando a um movimento de sensibilização e mobilização entre os sujeitos. A análise das falas dos sujeitos entrevistados possibilita apreender que o Poder Público de Porto Alegre vem incentivando a participação social por meio da descentralização/regionalização e divulgação de informações.

⁵⁰ O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) institui no artigo 88 que dispõe sobre a política de atendimento, o inciso IV que refere sobre a manutenção dos fundos nacional, estaduais e municipais pelos Conselhos de Direitos, tendo o Poder Executivo a obrigação de repassar recursos para os Conselhos de Direitos.

Reunião descentralizada [...] uma das formas que a gente tem participado muito é os Fóruns, **porque o Fórum a gente procura descentralizar** [...] **O Fórum de discussão da rede da criança e do adolescente, há uma regionalização** que envolve os próprios serviços e conveniados da política de assistência social através da FASC, então é isso é um resultado muito legal, porque ele vai lá para vila, lá para região, traz a realidade daquela região [...] **a Lomba é diferente da região Centro Sul. Então quando a sociedade civil age lá naquele cantinho onde ela ta na sua rua, na sua vila, a gente tem um melhor resultado dentro do município (SUJEITO C).**

A sociedade civil ela participa de alguns desses Fóruns através de representatividades, nos conselhos e tal, e esses espaços estão legitimamente constituídos pela sociedade civil, muitas vezes pela questão paritária (SUJEITO A).

A sociedade civil precisa estar junto, **participar para defender um projeto trazer, explicar a necessidade de cobertura de um determinado serviços** de assistência ou similar (SUJEITO D).

Há um incentivo do poder público para ampliar serviço, quando ele divulga, informa a gente tem a missão de veicular e divulgar a informação para a sociedade civil, isso é um direito e a política de assistência aponta essa necessidade (SUJEITO B).

A descentralização e a participação proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), busca envolver a sociedade para a reivindicação de seus direitos e para deliberação de políticas sociais. Nessa perspectiva, o fortalecimento do controle social, por meio da criação dos Conselhos de Direitos e de outros espaços de interlocução entre sociedade civil e poder público, atua como estratégia de suma importância para garantir a participação e a descentralização das ações. Contudo a descentralização não se constrói apenas com as normativas legais, requer a participação ativa dos sujeitos e do Estado, no sentido de romper com as práticas que historicamente legitimam a centralização⁵¹. Por isso é preciso apreender que:

⁵¹ Bravo (2009, p.400) considera importante para a democratização do espaço público “a mudança da cultura política presente ao longo da história, pautada no favor, no patrimonialismo, no clientelismo e no populismo”. Para autora essas práticas não permitiram a criação de mecanismos de participação no processo de gestão das políticas sociais.

Na dimensão social, a descentralização traduz-se como participação social na gestão pública. Trata-se de uma passagem de parcelas de poder, competências e funções da administração pública para a sociedade civil. Pode ocorrer sob diversas formas e com diversas combinações. Desse modo, a descentralização é tratada como estratégia de capacitação de grupos sociais para decidirem sobre problemas da gestão local, seja estruturando formas institucionais capazes de expressar a vontade coletiva nas instâncias de tomada de decisão, seja como forma de possibilitar à população exercer funções de fiscalização e controle sobre a gestão dos serviços públicos (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Nesse sentido, a descentralização das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil acontece por meio da municipalização proposta pelo Plano Nacional. O município atua assim, como base operacional para a implementação do Plano Nacional. Por isso, a municipalização, na perspectiva deste dispositivo, pretende tornar mais próximas as entidades de atendimentos e as demandas locais, em busca da efetiva afirmação da cidadania da população infanto-juvenil e de suas famílias. O desafio para a implementação do Plano Nacional, no âmbito municipal, é acompanhar e mobilizar as forças sociais locais para a efetivação de uma atenção integral as crianças vítimas e suas famílias. A descentralização, portanto, é uma estratégia para possibilitar o direito dos sujeitos a participarem da condução dos assuntos políticos, não limitando à participação política indireta, por meio somente do voto. Mello (1991, p.20) refere que:

A descentralização se distingue de desconcentração, à medida que esta última é um processo eminentemente administrativo, pelo qual um determinado governo desconcentra suas atividades administrativas, criando órgãos dotados de autonomia administrativa de acordo com critérios espaciais, funcionais, ou ainda pela combinação desses critérios.

A descentralização implica aproximar a sociedade local dos processos de discussão e tomada de decisão acerca das questões que permeiam o município. A socialização de informações, por meio dos canais democráticos, permite que os sujeitos tenham maior poder de pressão para o tensionamento do Estado no atendimento dos interesses da maioria da população e, conseqüentemente, na efetivação dos direitos.

Na busca pela consolidação das diretrizes dispostas pelo Plano Nacional e comprometendo-se com a ampliação do espaço democrático para o enfrentamento à violência sexual, no dia 06 de janeiro de 2011 por meio da Lei Municipal 16.912/11, foi instituído, na cidade de Porto Alegre, o Comitê Municipal de Enfrentamento à

Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (EVESCA). A criação desse Comitê Municipal tem a finalidade de monitorar, avaliar e implementar o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, na cidade de Porto Alegre.

Acreditamos que há uma forte vontade de toda a sociedade na defesa dos direitos humanos e no combate a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes. O Plano Municipal de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes tem como referência fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente e reafirma os princípios da proteção integral, da condição de cidadãos de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização [...] Em Porto Alegre, o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é um compromisso expresso nesse Plano Municipal e desenvolvê-lo é o principal foco de trabalho do Comitê EVESCA (PORTO ALEGRE, 2012a, p.07).

O Comitê Municipal possui composição paritária entre representantes do Poder Público⁵² e da sociedade civil, assegurando, deste modo, a participação da sociedade nos processos participativos e de tomada de decisão, no que se refere à área da violência sexual infanto-juvenil. O Comitê Municipal representa um avanço nessa luta, ao possibilitar a ampliação do debate, buscando articular a sociedade e as entidades sociais responsáveis pela atenção às vítimas e suas famílias, por isso Vivarta (2003, p.63) considera que:

O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes necessariamente integra um processo amplo de resgate da cidadania, de construção de políticas públicas abrangentes de proteção social e de segurança pública, fundamentais para conter o processo de exclusão social e de abandono das populações socialmente vulneráveis, além de coibir e punir o tráfico.

O EVESCA busca, por meio das suas ações, constituir-se como um espaço de fortalecimento da participação social e de construção de uma nova cultura,

⁵² O Comitê Municipal é composto pelas seguintes Secretarias Municipais: Secretaria de Coordenação Política e Governança Local (SMCPGL); Educação (SMED); Juventude (SMJ); Turismo (SMTUR); Produção, Indústria e Comércio (SMIC); Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU); Saúde (SMS); Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC); representantes do Centro de Estudos Psicológicos - CEPRUA/UFGRS, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Conselho Municipal de Saúde (CMS); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar; Coordenação Municipal da Mulher, Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), da sociedade civil, de instituições e organizações que atuam na prevenção a violência (PORTO ALEGRE, 2012a).

pautada na ruptura de valores que legitimam a violência contra crianças e adolescentes. As ações desenvolvidas pelo EVESCA situam-se, principalmente, no processo de monitoramento, avaliação e implementação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Contudo, não se restringe somente a este processo, busca mobilizar o governo para inserir as ações do Plano Municipal no orçamento Plurianual do município, evidenciando, nesse sentido, a preocupação com a continuidade das ações de enfrentamento à violência a sexual.

Esse espaço aparece fortemente nas falas dos entrevistados como uma possibilidade de inserção da população nas discussões “*o comitê hoje é o principal espaço para a participação, ele é aberto, qualquer pessoa pode participar, não precisa ter representação ou passar por votação como no conselho é só chegar e participar*” (SUJEITO B). A análise das falas dos sujeitos entrevistados possibilita apreender o Comitê Municipal como um importante instrumento para a ampliação das discussões acerca do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no âmbito da participação da sociedade civil. Nos trechos abaixo, identifica-se nas falas dos sujeitos a atuação do EVESCA, emergindo duas categorias: *espaço aberto e flexibilidade*.

O comitê [...] é aberto, ele não é fechado. Claro, a gente tem toda uma pauta, porque senão vira bagunça. **Mas o comitê é espaço aberto onde às pessoas podem participar**, se existe alguma sugestão de pauta a gente pode agendar e discutir numa próxima reunião. **O comitê não é fechado** (SUJEITO A).

É o papel do comitê, é o espaço que a sociedade civil pode estar, digamos assim, participando, se mostrando. Outro espaço é conselho municipal, mas daí tem o fórum de entidades que determinam quais são as entidades, pelo fórum que vai representar, nós não temos dentro do comitê, por exemplo, este tipo de fórum atuante, **nós temos indicações, que vêm, as representações, dentro da lei que cria o comitê tem suas representações específicas** [...] acho que praticamente todas as secretarias participam, nós temos pessoas da esfera estadual e tem o espaço da sociedade civil. Mas basicamente essa é a composição do comitê, é uma exigência que as secretarias tinham que compor o comitê, mas a gente conseguiu **manter essa flexibilidade de ser aberto** (SUJEITO B).

As categorias expressam a ampliação de um *espaço democrático*, que transcende às concepções assinaladas como *aberto e flexível*. Essas percepções apontam ainda que fragilmente, com a ruptura do caldo político-cultural, que visualiza a participação social como um importante processo para *cooptação* dos

sujeitos e legitimação dos interesses dominantes. O Comitê Municipal, a partir das considerações de Bravo (2009, p.400), pode ser apreendido como um espaço “importante para a democratização do espaço público e para a mudança da cultura política presente ao longo da história brasileira, pautada no favor, no patriarcalismo no clientelismo e no populismo”.

A constituição de um Comitê Municipal é uma exigência do Plano Nacional, como principal instrumento de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas em âmbito local. O Plano Municipal é considerado a peça fundamental no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, “sua elaboração deve ser fruto da mobilização e articulação de diversos atores/instituições para garantir a sua implantação de forma efetiva” (BRASIL, 2008, p.17). O Comitê Municipal assume função essencial, para garantir a integração das políticas públicas sociais, bem como chamar à responsabilidade as instituições governamentais e mobilizar a sociedade para o combate da violência sexual. Nas falas dos entrevistados, percebe-se que o Comitê Municipal, em Porto Alegre, vem assumindo uma significativa importância na construção de uma cultura de participação, potencializando a articulação entre os sujeitos sociais:

O Comitê hoje é o principal espaço para enfrentar a violência sexual em Porto Alegre. É ele que está na frente das ações. Mobilizando a sociedade, chamando mesmo a sociedade e as secretarias para se articularem (SUJEITO F).

Falar em enfrentamento a essa violência em Porto Alegre, é falar do Comitê, esse é principal mecanismo que o município tem para isso. O CMDCA tem participação das secretarias e da sociedade, mas no Comitê as pessoas podem chegar, não precisa ter representatividade, podem participar das reuniões, e opinar conforme as pautas das reuniões, que são mensais (SUJEITO D).

As ações de enfrentamento propostas pelo EVESCA situam-se impreterivelmente na mobilização, sensibilização e conscientização da população a respeito da violência sexual e, sobretudo, acerca do reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. O ano de 2012 sinaliza a intensificação das ações do Comitê Municipal, no sentido de garantir uma maior visibilidade na cena pública. Foram diversas as ações para o enfrentamento à violência sexual, em que se destaca: a campanha para o combate às múltiplas expressões da violência

sexual que demarcaram o dia 18 de maio (dia nacional de enfrentamento a essa questão).

Além disso, o movimento promovido pelo Comitê Municipal também agregou caminhadas, elaboração e distribuição de materiais educativos sobre o que é a violência e quais as formas para a identificação e denúncias. Outro ponto de destaque, nas ações do EVESCA, são as mobilizações por meio de seminários abertos a população que propiciam uma apreensão sobre as questões que envolvem esse tipo de violência. Dentre os grandes desafios a serem enfrentados pelo Comitê Municipal, está o fortalecimento da rede de proteção local, para desmitificar a perspectiva individualista e focalizada dos atendimentos. Busca-se, assim, estabelecer uma aliança entre os diversos atores, articulando sujeitos e horizontalizando as relações.

As organizações sociais que atuam no campo infanto-juvenil, mais uma vez acompanham as tendências que veem se estruturando no Brasil e na nova ordem democrática, agregando a estratégia de organização das Redes de Proteção como formas de articular, mobilizar e prestar atendimento qualificado, ampliado e legitimado aos processos de intervenções sociais, que representam situações de vulnerabilidade e/ou risco social, ambiental e pessoal para a criança e o adolescente (BRASIL, 2008, p.14).

A partir das observações realizadas durante a participação nas reuniões mensais do Comitê Municipal durante o ano de 2012, percebe-se que dentre os desafios que se apresentam à realidade do EVESCA, no atual contexto de suas ações, estão: a fragilidade de mobilização da rede local, em que as instituições possuem excessiva demanda, não estando presentes em todas as decisões. Além disso, outra dificuldade corresponde à ausência de uma cultura participativa na sociedade civil, para que esta perceba-se como sujeito no enfrentamento à violência sexual. A construção da participação é um processo que requer um movimento contínuo de sensibilização e conscientização da população sobre os crimes sexuais. Na fala do sujeito E, percebe-se a importância da sensibilização para fortalecer a participação:

Antes de querer que a população participe tem que sensibilizar [...] durante muito tempo a violência sexual contra a criança **foi invisibilizada** aqui em Porto Alegre, agora é um momento pra começar as ações de mobilização [...] **é um processo que não é do dia para a noite, tem a questão cultural, difícil de romper**, mas tem que haver um começo, e isso é o papel do Comitê hoje (SUJEITO E).

A fala do sujeito E, traz a questão cultural como um obstáculo para o rompimento das expressões da violência sexual. Historicamente a cultura machista, que legitima as relações de opressão entre homem e mulher, adulto e criança, reforçam percepções discriminatórias e de passividade diante a violência sexual contra crianças e adolescentes.

São inúmeros os desafios que se fazem presentes para que as ações de enfrentamento à violência materializem-se, e a sociedade civil possa atuar como protagonista nos processos decisórios. Contudo, são diversos os avanços conquistados pelo Comitê Municipal, dentre eles destacam-se a visibilidade da violência sexual como grave violação de direitos fundamentais, representando, um marco na sociedade civil da cidade, ao inserir na pauta da discussão das entidades governamentais, os crimes sexuais.

Além disso, a instituição do Comitê Municipal sinalizou a elaboração de estratégias a partir da perspectiva do coletivo, agregando assim Poder Público e sociedade civil. A tabela 6 sistematiza os resultados encontrados pela observação, buscando elencar os principais desafios, limites e avanços que se fazem presentes no cotidiano das ações do EVESCA.

DESAFIOS	LIMITES	AVANÇOS
Fortalecimento da Participação Social	Fragilidade da Rede de Proteção Local	Organização de Espaços Participativos e de Discussão
Romper com a Cultura Machista	Inexistência de Rubrica Própria	Municipalização das Ações
Fortalecer o Protagonismo Infanto-Juvenil	Ausência de uma Cultura Participativa	Construção Coletiva de Propostas de Enfrentamento
Construir uma Cultura Participativa	Disputa de Interesses e de Poder	Sensibilização da Sociedade Civil
Criação de Mecanismos Democráticos para a ampliação da Participação	Pouca Participação da Sociedade Civil	Visibilidade da Violência Sexual como Violação de Direitos

Tabela 6: Desafios, Limites e Avanços do EVESCA Porto Alegre
Fonte: VIEIRA; MACHADO, 2012, p.07.

A análise crítico-reflexiva das ações desenvolvidas pelo EVESCA sinaliza alguns desafios a serem enfrentados, mas, sobretudo evidencia avanços no que diz respeito à organização de um espaço público para a participação social. O fortalecimento da municipalização, e conseqüentemente a participação popular para o combate desta expressão da violência, sinaliza a construção de propostas participativas da sociedade civil, buscando *in loco* fortalecer a participação como fator imprescindível para a ampliação da cidadania ativa dos sujeitos e democratização dos processos decisórios.

No que se refere à desarticulação da rede de proteção, Taveira (2009, p.59) considera como principal razão “a personalização das políticas de governo, que imprimem a descontinuidade das políticas sociais, mesmo quando positivamente avaliadas”. Para Pereira (2009), as *políticas públicas* diferentemente das *políticas de governo*, requerem, além da participação ativa do Estado, o *controle da sociedade*, no processo de planejamento e execução dos procedimentos e metas que são voltados para a satisfação das necessidades sociais básicas evidenciadas no cotidiano dos sujeitos. Por isso, a política, ao envolver o termo *público*, não se situa estritamente ao âmbito estatal, sua dimensão ultrapassa os limites do Estado ainda que seja na esfera pública estatal “que se asseguram direitos, da promulgação à garantia do acesso, e as sanções cabíveis pelo descumprimento dos direitos já normatizados e institucionalizados” (GOHN, 2008, p. 30).

Nesse sentido, as políticas públicas, ao sinalizarem a articulação entre Estado e sociedade civil, concedem aos sujeitos um espaço de luta pela defesa e ampliação de seus direitos sociais e a efetivação da cidadania plena. Existem diversas formas de organização da participação da sociedade nos campos de disputas, dentre elas estão os sindicatos, os movimentos sociais, associações, os conselhos gestores e de direitos e outras organizações sociais. A participação, portanto, é um movimento que conduz a sociedade à democracia, uma vez que a integração social dos sujeitos, nos processos decisórios, desmonta posturas autoritárias, desse modo:

A tarefa de enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de meninos e meninas tem sido um grande desafio para formuladores e gestores de políticas públicas no Brasil e no mundo. Por serem fenômenos multifacetados, essas modalidades de violência devem ser prevenidas e combatidas com um conjunto de ações interligadas em várias áreas de atuação. Também é imprescindível a participação ativa dos agentes governamentais nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal, além de ser fundamental o envolvimento da sociedade civil organizada. Outro fator relevante é a conscientização de toda a população sobre a gravidade dessas questões, pois não é possível combatê-las sem que haja um trabalho de mudança cultural (MOURA et.al, 2008, p.36).

Além disso, outro desafio às ações de enfrentamento refere-se a dificuldade de sistematização dos dados e produção de registros válidos, como fonte de alimentação para as ações municipais, tornando-se um desafio premente para o fortalecimento da rede de proteção. A ausência de dados obstaculiza a formulação de políticas capazes de enfrentar o fenômeno na sua totalidade. Reforça, assim, a lógica da fragmentação e da pulverização das ações, que não conseguem atingir as raízes da violência e, sobretudo, desenvolver ações no âmbito da prevenção. Na análise das falas dos sujeitos entrevistados quando questionados sobre como vem acontecendo à articulação entre a sociedade civil e o Poder Público, emergem duas categorias: *disputa de poder e a centralização*.

[...] **acontece muito através do próprio comitê que eu vejo**. O comitê puxando muito isso assim, em termos de município, porque começou muito pequeno e eu vejo que tomou uma proporção muito grande. Eu vejo o comitê puxando muito a sociedade civil e o poder público. Eu vejo hoje muito junto ali, **agora se isto está chegando nas pontas, acho que não**, mas pensando em forma evolutiva, de como era antes e como é agora, já está muito melhor. Porque antes era só **sociedade civil, sozinha na batalha**. E aos pouquinhos foi se puxando **o poder público para assumir isso e foi acontecendo, mas acho que ainda falta bastante coisa pela frente** (SUJEITO D).

É uma relação tão intensa que parece que a gente tá disputando os mesmos espaços, de tão presente que é a sociedade civil nesta questão ligada ao direito da criança e do adolescente principalmente, e isso, vem desde a participação que diz no Estatuto da Criança e do Adolescente [...] Porto Alegre tem uma sociedade civil muito presente e governo também. Isso é muito forte, é legal há um envolvimento constante pelo que a gente em acompanhado nessa formulação de políticas (SUJEITO C).

As falas dos sujeitos C e D expressam que a relação entre o Poder Público e os espaços democráticos é complexa e envolve questões de natureza social, econômica política e cultural, incidindo no processo histórico de relações calcadas

sob pilares do clientelismo, da centralização e das desigualdades socioeconômicas. Lüchmann (2002, p.62), ao analisar a participação da sociedade civil na tomada de decisão considera que o poder, dentro destes espaços, “deve organizar-se democraticamente através de instituições que, construídas coletivamente através da discussão pública, mediam as relações entre os interesses individuais e coletivos, na construção do interesse público”. As relações de poder entre o Poder Público e a sociedade civil são reveladas na fala do sujeito A que aponta os obstáculos encontrados para a constituição de um espaço realmente democrático e potencializador do protagonismo da sociedade.

Eles não entendem como uma política de Estado, é uma política de governo, então, quando tu mete a política de governo na história, tu atrasa, um atraso total, um retrocesso total. Nós tínhamos uma ideia de constituir um comitê e um colegiado com várias instâncias, não era uma instituição ou comitê que fosse comandado, por exemplo, pelo governo municipal. A gente tinha uma autonomia, era um comitê tinha a sociedade civil, tinha instituições, tinha várias coisas, tudo veio junto, então a gente tinha essa ideia [...] e aí quando foi para ser aprovada essa ideia do comitê como um colegiado não passou no jurídico da prefeitura. Porque a prefeitura entendia que devia estar ali no comando da política da criança e do adolescente, entendia que esse comitê tinha que estar sob os olhos de uma secretaria do município no comando, e aí deu todo o rebuliço. [...] e aí foi isso que deu, nós demoramos praticamente um ano e pouco, a mais, para que isso fosse aprovado, tivemos que infelizmente, acatar com a modificação, porque senão, não saía, hoje é a política de governança coordena o comitê (SUJEITO A).

A fala do sujeito A, revela a dificuldade encontrada para a construção de ações realmente comprometidas com a proteção à infância e juventude. A categoria *jogos de interesse* aparece como um fator que obstaculariza a participação social. Nesse sentido, a consolidação dos espaços democráticos, para a discussão dos interesses comuns da sociedade, permite o rompimento com as práticas centralizadoras em que prevalece a disputa sob o prisma do interesse particular. A radicalização das práticas sociopolíticas requer a ampliação da participação como processo de fortalecimento da cidadania ativa⁵³. Carvalho (2008, p.223) considera que “a ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os

⁵³ A concepção contemporânea de cidadania não pode restringir os indivíduos a meros *portadores de direitos*, é imprescindível que estes transformem-se em *protagonistas*, reivindicando novos direitos e principalmente buscando na luta cotidiana materializar os direitos já conquistados. Outro ponto que requer uma atenção cuidadosa no que se refere à cidadania é o seu esvaziamento “calcada no consumo e em certo imobilismo, acenada pelo capitalismo dos oligopólios e seduzindo a tantos” (COVRE, 2007, p.37).

interesses corporativos consigam prevalecer”, acarretando, na precária articulação entre as bases (Poder Público e Sociedade Civil) e, burocratização incidindo para o insucesso das ações democráticas. As falas dos sujeitos entrevistados revelam dois fatores importantes para apreender a articulação entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil de Porto Alegre que são: *des-responsabilização estatal e responsabilização da sociedade civil*.

Sim [...] pelo menos o comitê faz a articulação. Aliás, sempre foi muito forte, muito forte. **Uma das coisas que segurou o comitê para que não diluísse foi a sociedade civil.** Na época nós tínhamos o programa ação rua, que eram várias instituições que era conveniadas a FASC e que estavam na ponta recebendo toda a demanda e eram bem atuantes no comitê. Foi o que consolidou o comitê (SUJEITO A).

Está bem estimulada, bem constituída e bem resolutiva. Nosso atendimento social 80% está na mão da sociedade civil. **Nós pagamos estes atendimentos para a sociedade civil, ate porque o poder público não teria condições de fazer a gestão própria** é muito caro (SUJEITO B).

[...] eu participava do comitê em 2010, e agora 2 anos depois, antes **era só a sociedade civil que estava articulando o comitê, não tinha ninguém do poder público**, agora é diferente, acho que é paritário (SUJEITO D).

A partilha do poder entre sociedade civil e governo para Dagnino (2006, p. 282), manifesta-se “na natureza dos conflitos, na medida em que estão em jogo diferentes concepções e projetos políticos”. Nas falas apresentadas, verifica-se a responsabilização da sociedade civil na prestação de serviços que competem ao poder público. A desresponsabilização estatal quanto ao atendimento dos sujeitos usuários das políticas sociais sinaliza a autorresponsabilização da sociedade nas respostas às necessidades sociais inerentes a intervenção do Estado.

Neste cenário de redefinição do papel do Estado, observa-se a transferência de uma considerável parcela de serviços sociais para a sociedade civil. Na verdade, está-se diante da desresponsabilização do Estado e do Capital com as respostas da questão social. Este deslocamento engendra o retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais (ALENCAR, 2009, p.454-455).

Diante desse cenário de privatização dos serviços sociais em que o Poder Público compra as ações no âmbito das políticas sociais, observa-se a redução, o

desmonte do caráter público das políticas, uma vez que há a *terceirização* das ações destinadas aos atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nesse sentido, percebe-se que há um equívoco entre a participação da sociedade civil e responsabilização da sociedade civil no que se refere à execução de políticas e programas destinados a essa população. Para lamamoto (2008), os projetos sociais das organizações privadas são promovidos pelo interesse privado em detrimento do interesse público, em que prevalecem princípios como a seletividade, despolitização da questão social e da elegibilidade do atendimento social.

Mas eu acho assim, que a sociedade civil de Porto Alegre ela é muito bem organizada e muito bem posicionada e muito bem focada, tem os seus espaços já conquistados, **o poder público até pode ter influência nisso, mas eu acho que vem muito mais lá da sociedade civil do que o poder público em fazer [...]** (SUJEITO A).

Para o sujeito A, a sociedade civil de Porto Alegre encontra-se organizada e bem posicionada, contudo é preciso atentar sobre as armadilhas das novas configurações que a reforma do Estado vem implementando, no que se refere a participação da sociedade nas questões públicas. Alencar (2009) sinaliza que o deslocamento da ação estatal para o chamado terceiro setor constitui uma tendência a legitimar os direitos sociais em direitos morais sob os princípios da ajuda mútua e da solidariedade. Contudo, na análise das falas dos entrevistados, identifica-se também a busca constante destes sujeitos por possibilidades de transformações. Tais mudanças referem-se às relações que se estabelecem entre poder público e sociedade civil, mas, sobretudo, sobre os rumos do enfrentamento à violência sexual em Porto Alegre. As principais categorias que emergem para análise, quando questionados sobre quais as estratégias possíveis para o fortalecimento da participação social são: *ampliação dos espaços participativos e qualificação dos sujeitos*.

A principal estratégia que acredito ser importante para potencializar e fortalecer a participação da sociedade civil nos processos decisórios, como formulação, implantação, controle e avaliação das ações do Poder Público, **é a concretização do Comitê Municipal, como um fórum para todas estas discussões.** [...] é fundamental que as entidades estejam presentes no Comitê como uma **representação qualificada e comprometida com as questões do enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes**, que compreendam este como um lugar de entrada das demandas da cidade (SUJEITO E).

Outra estratégia importante nesta potencialização, eu acho que é sim **qualificar, para fazer um trabalho com eficácia**. Não adianta a gente só entender e ficar no discurso, às vezes a gente, tem fama que de participa muito de reunião e que tem um discurso bonito (SUJEITO B).

Além das estratégias apontadas, pelos sujeitos E e B – concretização do Comitê Municipal e qualificação das ações -, aponta-se também a ampliação dos espaços democráticos para as discussões das questões referentes à infância e juventude. Nesse sentido, a construção de estratégias capazes de enfrentar a violência sexual na sua raiz exige uma articulação entre o Poder Público e a sociedade civil, no sentido de apreender o fenômeno na sua complexidade, e a partir desse movimento construir ações comprometidas com a transformação das situações que oprimem as crianças e adolescentes.

Nessa direção, é imprescindível salientar a obrigatoriedade do poder público em estimular a presença da população no acompanhamento das ações públicas, atuando na redução de práticas clientelistas, que enfraquecem a efetivação da cidadania e da politização da sociedade. Além disso, a articulação entre poder público e sociedade civil não deve restringir-se em ações pontuais, mas sim dimensionar tal integração para a complexidade do fenômeno.

Na verdade, os governos, reproduzindo a arraigada cultura política brasileira, querem uma sociedade civil bem-comportada, cordata, sob controle, que, ao invés de apresentar demandas sociais legítimas, contribua para a governabilidade – essa terminologia desmobilizadora e conservadora, que hoje é uma armadilha para a própria esquerda. E fazem de tudo para isso: desde a cooptação por métodos clientelistas com maior ou menor sutileza, até regulamentações que não respeitam a legislação. Dependendo da concepção de democracia que orienta o poder governamental, este hostiliza diretamente os segmentos mais críticos da sociedade civil (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.183).

A interlocução entre o poder governamental e a sociedade civil deve pautar-se na autorresponsabilização de ambos na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, vítimas da violência sexual, bem como no estreitamento de canais que permitam a democracia participativa consolidada e na ampliação dos processos de politização da sociedade. Outro aspecto fundamental, diz respeito ao asseguramento de direitos na esfera pública, em que Raichelis (1998, p.50) refere como sendo um “movimento que pretende conferir níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, no sentido da criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos de cidadania”.

Na definição de Behring e Boschetti (2008, p.178) os espaços democráticos como conselhos, comitês, etc. “tem grandes potencialidades como arenas de negociação de propostas e ações que podem beneficiar milhares de pessoas e aprofundar a democracia”. Contudo, ressalta-se que:

A construção da cidadania plena precisa de convergência dos objetivos que presidem a ação dos sujeitos coletivos. Não é um processo simples. Existirão resistências no interior do aparelho do Estado, historicamente constituído sob a forma de feudos onde se exercem micropoderes. É preciso que haja, entre as organizações da sociedade civil, um esforço de articulação e de diálogo para constituição de redes comprometidas com a integralidade do conceito de cidadania (BARROS, 2005, p.145).

A partir de um olhar crítico, percebe-se que é por meio deste constante movimento de criar e recriar que o processo de organização da população, é apropriado, ou simplesmente desarticulado. Outra categoria, que emerge na análise das falas dos entrevistados, diz respeito, à capacitação dos sujeitos envolvidos no enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. Veras (2010, p.413), considera que “torna-se imprescindível capacitar os operadores do sistema, para que dominem e saibam aplicar corretamente a legislação pertinente”. Além disso, é fundamental apreender a capacitação como um processo de conscientização da população acerca dos fenômenos, dos processos sociais e da reivindicação que implica a consolidação dos direitos:

É nesse sentido que a participação supõe um processo contínuo de capacitação da população para que, em conjunto, se descubram também novas formas de reavaliação sociais em seus enfrentamentos. Essa reatualização supõe, por sua vez, capacitação para análise e avaliação contínua da conjuntura social, a fim de poder situar-se na própria dinâmica das forças sociais que se vão fazendo presentes à realidade mais próxima (SOUZA, 1993, p.95).

A capacitação propicia aos sujeitos envolvidos a instrumentalização para a construção de novas ações, a organização dos grupos sociais e o conhecimento mais profundo da realidade (políticas sociais, direitos, expressões da questão social, etc.). A capacitação atrela-se fundamentalmente ao direito à informação, categoria esta identificada na fala de dois sujeitos entrevistados:

Eu acho que a **questão da transparência [...] divulgar e informar e dar visibilidade a essas ações [...]** então eu acredito que é preciso este **tipo de veiculação de informação**, se foi constituído um espaço de garantia de direitos seja o recorte que for, violação ou não, é preciso que a gente possa dar mais visibilidade (SUJEITO C).

É preciso informar a população, a sociedade, eles têm que **ter acesso as ações para poder participar**, tem que conhecer para saber quais os serviços procurar [...] sensibilizar, mas primeiro tem que ter a informação (SUJEITO F).

O acesso às informações identificado nas falas dos entrevistados, no que concernem as ações públicas, além de permear a realização de escolhas mais qualificadas, a efetivação desse direito é central para a consecução de um conjunto de outros direitos. Em outras palavras, o acesso à informação é um direito que antecede outros. Oliveira (1999, p.47) refere que os sujeitos "precisam ter a capacidade de influir, o que significa ter informações, ter opiniões, condições e instrumentos para se constituírem em sujeitos da ação e não meros complementos dela".

Conhecer as informações viabiliza o monitoramento da tomada de decisões pelo Poder Público que afetam a vida em sociedade. O controle social, nesse sentido, obstaculariza o abuso de poder e a implementação de políticas baseadas em motivações privadas, que não correspondem a real necessidade da população. Contudo, ressalta-se que alguns sujeitos são beneficiados com a *assimetria do acesso às informações*, contribuindo impreterivelmente para a manutenção de um *status quo* cindido por relações desiguais.

Um outro aspecto fundamental é o de que a sociedade civil não é homogênea, sendo atravessada pelos interesses e tensões que fazem parte de uma sociedade cindida, de classes, além de outras contradições articuladas e/ou decorrentes desta. Portanto, não se pode ter uma visão romântica de que todos os representantes da sociedade civil estão defendendo os mesmos princípios e interesse público (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.183).

Considerando que o acesso à informação é um direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵⁴ (1948), Moroni (2009) refere que o direito à informação não restringe-se apenas ao acesso, mas também a participação

⁵⁴ Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras".

dos sujeitos no controle social. Por isso, esse direito humano insere-se em uma concepção política, que ultrapassa a democracia representativa, “mas que envolve o fato de que a sociedade deve participar da vida pública para além do já consolidado direito à representação” (MORONI, 2009, p.40).

A mobilização e a organização societária sobre as questões relacionadas à violência sexual infanto-juvenil representam uma conquista histórica para proteção a infância e juventude, mas ainda são insuficientes diante da amplitude do fenômeno. As ações devem possibilitar a superação das situações de violação de direitos, e assim, interromper com o ciclo da violência. As discussões e os mecanismos para o enfrentamento dessa violência requerem um movimento que garanta visibilidade sobre essa questão na sociedade e na agenda pública. As categorias *sensibilização e descentralização* são apontadas, pelos sujeitos entrevistados, como importantes estratégias para o fortalecimento da participação social em Porto Alegre.

Eu acho que poderia ser feito um movimento até em nível de CRAS, que a gente pudesse estar **sensibilizando mais, ou criando seminários específicos para que a comunidade pudesse estar ali, não tanto numa linguagem técnica, mas numa perspectiva de sensibilização sobre o que é violência**, o que é a violência sexual, formas de manifestação, porque as pessoas não tem ideia. Então poder **sensibilizar sobre o que é afinal o que é a violência e os tipos de violência** (SUJEITO D).

[...] eu tive a oportunidade de participar em algumas **discussões** de casos, relacionados a exploração sexual, que elas levaram como um contexto que elas estavam com dificuldade de trabalhar isso na região, **então eu já fui e já participei de algumas situações in loco**. Então esta estratégia, de participação ela é muito eficiente e muito eficaz, **e ali tá a comunidade e as instituições que prestam o serviço a comunidade e ali está o poder público**. Ninguém é mais do que ninguém, deve estar todo mundo junto (SUJEITO A).

A sensibilização apontada pelo sujeito D, de acordo com o Ministério da Saúde (2012) traz a importância deste aspecto entre todos os sujeitos envolvidos na atenção à violência sexual (sociedade civil, profissionais, gestores). Nesse sentido, a sensibilização deve propor a realização de atividades que contribuam para a reflexão coletiva sobre a violência de gênero, em especial a sexual. Além disso, ressalta ainda a importância da discussão sobre as dificuldades que as crianças, os adolescentes e as mulheres enfrentam para denunciar esse tipo de crime, os direitos assegurados pelas leis brasileiras e as unidades de atendimento, em sua condição de responsável pela garantia desses direitos. Considerando que:

É importante lembrar que no contexto histórico-social de violência endêmica, no qual a violência sexual está inserida, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça. No entanto, o paradigma de uma sociedade de direitos rompe com esses padrões antigos e propõe a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, o que implica tecer relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir os abusos, enfrentar as ameaças, proteger os vulneráveis, as testemunhas e, finalmente, responsabilizar, oferecendo serviços psicossociais a autores de violência sexual (SANTOS, 2009, p.20).

A mobilização e, sobretudo, a articulação entre a sociedade civil e o Poder Público é uma estratégia basilar para a sensibilização dos demais sujeitos para o enfrentamento à violência sexual, rompendo o pacto de silêncio que encobre os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Leal e Cesar (2009), no que se refere à mobilização, apontam que há refluxos nesse processo, em que não raro as ações passam a constituir um caráter disperso e não mais coletivo. A individualização da mobilização, em certa medida, contribui para o corporativismo, o que reforça a privatização das respostas.

Outra categoria identificada, nas falas dos entrevistados, é a descentralização, apreendida pelos sujeitos como uma importante estratégia para o enfrentamento à violência sexual e fortalecimento da participação. O sujeito C refere que *“descentralizar, é tornar mais perto usuário e instituição, e conseguir aproximar mais as discussões de todos os indivíduos”*. Stein (1997) afirma que a descentralização, desde que expresse uma reação contrária ao autoritarismo, pode ser relacionada como a ampliação da democracia e da participação social. Por isso, a descentralização constitui-se como um elemento fundamental para o processo democrático, uma vez que implica distribuição do poder, sendo capaz de fortalecer a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, quando estrategicamente constituída, para a ampliação do controle social e rompimento com o caráter desta participação, sob o prisma do mero voluntariado. Por isso, a participação diferentemente do voluntarismo que direciona as ações públicas para o clientelismo, paternalismo, é concedida:

[...] como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, gerando novos valores e uma cultura política nova (GOHN, 2008, p.31).

O município de Porto Alegre, de acordo com as falas dos sujeitos entrevistados, tem caminhado para o fortalecimento da participação social por meio da consolidação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobretudo, com o fortalecimento do Comitê Municipal, como locus privilegiado, para as discussões e tomadas de decisão, no que tange o enfrentamento à violência sexual. Contudo, percebe-se ainda a ausência de uma intensificação em ações que contribuam para o fortalecimento de uma cultura política, maior disseminação de informações de caráter educativo nos veículos de comunicação em nível local.

[...] as estratégias de mobilização social e organização referem-se à participação na construção dos referidos conselhos, não como mecanismos de colaboracionismo de classes, mas como espaços de luta, espaços de enfrentamento entre interesses antagônicos, na explicitação de demandas das classes subalternas e implementação de respostas às suas necessidades (ABREU; CARDOSO, 2009, p.603).

O cenário exposto pelos sujeitos entrevistados revela o longo caminho para a consolidação da participação da sociedade civil no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A ampliação dos espaços para a discussão é uma das múltiplas possibilidades prementes para o fortalecimento e alargamento da sociedade na rede de proteção à infância e juventude do município. A inserção da população nos fóruns participativos requer, imprescindivelmente, o compromisso com a utilização de uma linguagem acessível que possibilite a comunidade compreender as múltiplas expressões e manifestações da violência sexual. Além disso, é de suma importância a instrumentalização de todos os envolvidos na busca constante em “propiciar resultados significativos, à medida que estes passam não somente a estimular denúncias por meio da sensibilização, como também a trabalhar no sentido da prevenção” (VERAS, 2010, p.413).

A sensibilização para a denúncia é um importante passo no caminho para as ações de prevenção à violência sexual. Os espaços participativos devem impulsionar a politização dos sujeitos por meio do desencadeamento de ações coletivas, calcadas dentro de uma perspectiva crítica, que possibilite a transformação com as relações opressoras à sociabilidade. Nesse sentido, o avanço da organização sociopolítica da sociedade deve permear a superação da cooptação, da alienação e despolitização dos sujeitos, potencializando, assim, a legitimação da participação social pelo fortalecimento dos processos emancipatórios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido, neste estudo, acerca das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Porto Alegre, buscou incitar a reflexão sobre a importância da articulação entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil para a proteção dos direitos da infância e juventude. A análise crítico-reflexiva da violência sexual contra crianças e adolescentes sob a luz das categorias – historicidade, totalidade, contradição e mediação - do método dialético-crítico, possibilitou o desvendamento deste fenômeno a partir de uma apreensão com maior profundidade dos fatores engendrados para o seu aparecimento e perpetuação na sociedade contemporânea. Para a discussão da violência sexual infanto-juvenil, em suas múltiplas determinações, abordou-se a violência estrutural como pilar que solidifica as relações de exploração e opressão na sociedade contemporânea, estando intrinsecamente articulada com as demais faces da violência, expressando as marcas historicamente naturalizadas que conduzem às relações desiguais de gênero, faixa etária, etnia, classe social, etc.

As ações de enfrentamento, diante à complexidade da violência sexual constituem um constante desafio aos pesquisadores, profissionais, gestores e a sociedade em geral, uma vez que implica na articulação das dimensões conceituais com as operacionais, das qualitativas com as quantitativas, das relacionadas à pesquisa com as de intervenção. O desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas é de suma importância para o aprofundamento conceitual da violência sexual contra crianças e adolescentes e principalmente das estratégias para o seu enfrentamento.

O conhecimento provocado pelas pesquisas científicas para o desvendamento da realidade atua como dispositivo que fundamenta as bases operacionais das ações. A análise da realidade incide, essencialmente, nos sujeitos sociais, atuantes nas políticas sociais e no Sistema de Garantia de Direitos, para a ampliação do olhar sobre as expressões de violência, combinando, nesse processo, o caráter científico, político e profissional de cada ação a ser implantada bem como incita à luta para a melhoria dos serviços públicos. Nessa direção, o grande desafio às ações de enfrentamento é materializar as premissas, contidas nas legislações já existentes, para a defesa e promoção à infância e juventude em ações que invistam,

além do atendimento às vítimas e suas famílias, em ações de prevenção de cunho educativo e de ressocialização para os agressores sexuais.

O esforço em apreender como estão materializadas as ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil concentra-se no sentido de contribuir para o aprofundamento científico sobre as estratégias de formulação e articulação entre o Estado e a Sociedade na atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A contextualização de tais estratégias, proposta nesse estudo, visou contribuir para desvendamento e revisão das formas atualmente desenvolvidas para o enfrentamento deste fenômeno. A análise crítico-reflexiva, acerca da atenção do Poder Público e Sociedade Civil, refere que as ações sejam de caráter intersetorial e integral. A formulação dos programas não deve ser voltada somente para o atendimento, mas sim pensada de forma conjunta com as políticas públicas e demais serviços.

A atenção integral diz respeito à prevenção, ao atendimento, ao controle social e aos serviços de acolhimento às crianças e adolescentes afastados da família, quando esta representa um risco constante a sua integridade física e psíquica. A ampliação de espaços para a comunidade que propiciem a discussão e a reflexão sobre os múltiplos fatores que envolvem a violência sexual, converge para a multiplicação das informações que possibilitam o rompimento do silêncio que envolve as situações de violência sexual infanto-juvenil, garantido assim um processo ampliado para a identificação e a denúncia dos crimes sexuais.

Os sujeitos pesquisados revelam, em suas falas, relativo dissenso sobre o entendimento acerca da violência sexual. A dificuldade em conceituar e apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes evidenciadas pelos sujeitos sociais que atuam diretamente no seu enfrentamento, advém da predominância histórica de uma cultura moralizadora da sociedade, que calcifica o movimento da realidade em valores conservadores, não considerando a dinâmica social dos fenômenos.

A violência sexual é a face oculta e banalizada da violência, uma vez que atinge sujeitos, que na sua grande maioria, não conseguem verbalizar suas apreensões, seus sofrimentos, revelando assim as situações que violam seus direitos e degradam a condição humana. Por ser um fenômeno complexo com raízes macro-estruturais, existe dificuldade na abordagem e apreensão do ponto de vista conceitual, uma vez que tal expressão de violência incide nas relações sociais, culturais e políticas. No entanto, é imprescindível que a apreensão da violência

sexual busque a complexidade das suas multideterminações, uma vez que a construção das estratégias, para o seu enfrentamento encontram-se fundamentalmente atreladas à concepção que norteia os sujeitos responsáveis pela formulação e execução das ações.

No decorrer deste trabalho, constatou-se a necessidade da criação de um banco de informações, já previsto pelo Plano Municipal, mas ressalta-se a importância da sistematização e unificação, bem com da gestão destas informações no que tange à dimensão da violência sexual, denúncias (suspeita e confirmação), encaminhamentos realizados (Conselho Tutelar, Delegacias Especializadas, Política de Assistência Social – Serviços de Média e Alta Complexidade, Política de Saúde, Educação, etc.). A constituição deste arquivo de informações deve estar intrinsecamente interligada a uma perspectiva multidisciplinar, abarcando também informações que auxiliem posteriormente às intervenções das equipes profissionais junto às crianças, adolescentes e suas famílias.

Muitas são as potencialidades descobertas no processo de enfrentamento à violência sexual em Porto Alegre. A constituição dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), em territórios vulnerabilizados pelas diversas expressões de violência, constitui uma estratégia bastante importante para o atendimento aos sujeitos em seu território, aproximando o serviço ao público alvo, evitando que as vítimas e suas famílias percorram longos caminhos para a garantia do atendimento de suas necessidades.

Ainda que incipiente, o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes vem sinalizando, na trajetória de suas ações, um significativo impacto para a ampliação da visibilidade sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Suas ações, materializadas predominantemente na mobilização social, abrem espaço para que haja uma maior inclusão da comunidade nas discussões sobre o tema. Nesse sentido, o Comitê Municipal possibilita um novo direcionamento para a participação, ao estruturar um espaço coletivo, primando por práticas que incitem a conscientização acerca da violência sexual, por meio de passeatas, seminários, guias com linguagem acessível e divulgação de informações relacionadas à violência.

Diversos são os desafios e limitações que necessitam ser superados, para que as ações tenham o impacto esperado de não somente enfrentar a violência sexual, no sentido do atendimento, mas imprescindivelmente de materializar ações

de prevenção e de construção de uma nova cultura – a cultura da não-violência, da participação e da valorização da condição humana -. Dentre tais desafios estão às dificuldades em garantir recursos financeiros para a sustentabilidade das ações coletivas e principalmente de investimento em recursos humanos para a ampliação do quadro funcional das unidades públicas e capacitação dos profissionais diante a complexidade do fenômeno. Concerne a gama de limitações, o despreparo dos sujeitos que encontram-se na ponta das ações de enfrentamento, tendo como principal efeito o reforço de valores conservadores.

A consequência basilar destas posturas implica no estigma às vítimas e o julgamento moral dos abusadores sexuais, devido à ausência de uma formação crítica e contínua que rompa com valores legitimadores da violência. Muitos desses desafios transcendem à realidade local e, dizem respeito a uma cultura erigida em razões históricas e políticas que alimentam a violência, na mesma medida em que, a contrapõe propondo estratégias para o seu enfrentamento. A mudança dessa cultura tem no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Comitê Municipal, os principais espaços para a articulação entre Sociedade e Estado, para a construção de uma nova concepção de proteção à infância e juventude. Além disso, tais mecanismos devem atuar para a edificação de uma cultura participativa, crítica e atenta aos conceitos e valores que cristalizam e impendem as práticas sociais de enfrentamento à violência em suas raízes históricas.

Por meio da análise das falas dos entrevistados, ficou evidenciada a necessidade de uma cultura de participação, em que haja uma ampliação do foco para a garantia dos direitos da infância e juventude vítima de violência sexual. Como já fora apontado o CMDCA e o EVESCA são os principais espaços para a tentativa de modificar a arcaica cultura política, possibilitando a ação conjunta entre a sociedade civil organizada e o poder executivo. A constituição atual de ampla legislação que rege a proteção das crianças e adolescentes brasileiras permite os primeiros passos para a mudança do paradigma, ao articular família, sociedade e Estado para a garantia dos direitos fundamentais desse segmento social.

O reconhecimento social de tais direitos implica, impreterivelmente um amplo processo de sensibilização, mobilização e conscientização da sociedade para a participação nos espaços de tomada de decisão e clareza sobre as competências das instituições responsáveis, não somente pelo atendimento, também pela formulação e gestão das ações. As categorias participação e descentralização das

ações desenvolvidas pelo Poder Público e pela sociedade constituem-se em estratégias para a democratização do espaço societário e enfrentamento das situações violadoras dos direitos da infância e juventude.

No entanto, faz-se necessário uma análise aprofundada destas estratégias, haja vista que a exploração sexual comercial, está sendo enfrentada no âmbito da política focal. Nesse sentido, não se considera as determinações macro-estruturais que resultam em processos de desigualdade, exclusão, opressão e exploração, característicos do modo de produção predominante no contexto econômico atual brasileiro e mundial.

Eis aí um grande desafio das instituições destinadas à atenção às vítimas de violência sexual, uma vez que, nas relações sociais existentes no sistema capitalista o surgimento da violência em suas múltiplas faces encontra-se interligado aos fatores inerentes a estrutura que naturalizam a violência, principalmente no que se refere ao uso da força, da coação, da exploração da classe trabalhadora. A cidadania, portanto, é uma concepção imprescindível na construção da garantia de direitos. Tal concepção deve ultrapassar a apreensão dos indivíduos como meros portadores de direitos, mas abranger e reiterar a perspectiva do protagonismo, da reivindicação de novos direitos e garantia dos direitos historicamente conquistados nas lutas sociais. A cidadania atua, portanto, como um importante instrumento para o alargamento da participação social, legitimando a voz da comunidade por meio do fortalecimento de sua participação nos espaços societários de discussão e tomada de decisão.

Atualmente é impossível tratar de ações de enfrentamento à violência sexual sem mencionar a importância do enfoque da participação ativa da sociedade civil. Desse modo, o tema da violência sexual, tanto no cenário político de discussão sobre as formas de enfrentamento por meio das políticas públicas quanto no processo de desenvolvimento de tais, necessita, impreterivelmente, da mobilização social em torno da questão, para a conscientização da sociedade sobre a importância da proteção dos direitos da criança e do adolescente e o rompimento com concepções que reforçam o caráter desigual e opressor das relações adulto-criança. As discussões geradas pela presente dissertação quanto à materialização das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, buscam servir de subsídio para a elaboração de novas estratégias na proteção, promoção e garantia dos direitos da infância e juventude vítima de violência sexual.

Com isso, as contribuições oriundas deste trabalho direcionam-se, no sentido de fomentar a ampliação do olhar acerca da importância da articulação entre o Poder Público e a Sociedade Civil para atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A transformação das relações entre sociedade e Estado, visa, nesse sentido, promover a publicização das informações sobre a dimensão do fenômeno (suas características, formas de denúncias, serviços, conceituação, etc.) almejando sua erradicação nas relações interpessoais.

A presente dissertação de mestrado por meio da análise do processo de materialização do enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, teve o intuito de contribuir com subsídios teóricos para a construção de uma política pública para o enfrentamento à essa expressão da questão social. As contribuições desse trabalho, dizem respeito à apreensão da violência sexual, por parte dos sujeitos atuantes nas ações de enfrentamento de forma crítica e, sobretudo, multidimensional. Na análise das entrevistas, percebe-se que ainda existe entre os sujeitos, uma cultura da fragmentação, do estigma e do conservadorismo sobre a questão, incidindo, essencialmente, na qualidade da atenção prestada às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias. Aponta-se, também a importância da ampliação dos espaços democráticos, aproximando-se mais da comunidade, por meio da descentralização das reuniões em locais estratégicos, como os CRAS, CREAS, escolas, postos de saúde, associações, etc. Contudo, para que haja a participação é de suma importância intensificar a sensibilização da sociedade, trazendo a discussão, principalmente, para os canais midiáticos de alcance da população.

Em suma, pode-se inferir que a construção da política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre, além de abranger uma rede de serviços públicos para receber as necessidades dessa população, necessita, sobretudo, estruturar um conjunto de ações preventivas, de atendimento, conscientização e responsabilização. Ressalta-se ainda que se trata de uma política pública e não de uma política de governo, rompendo a dualidade entre o público e o privado e com a descontinuidade das ações. O trabalho articulado assume o esforço de garantir a perspectiva intersetorial dessas ações, buscando contemplar a complexidade do fenômeno por meio da integralidade da atenção, assegurando às crianças e adolescentes seus direitos básicos, com a criação de mecanismos mais amplos e abrangentes de proteção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPSS, 2009.

ABRINQ. **Fundação pelos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível e; <http://abrinq.org.com.br> Acesso em : 22 de agosto de 2008.

ADORNO, S. **Violência e Educação**. São Paulo: Mimeo, 1988.

ALENCAR, Monica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPSS, 2009.

ALENCAR, Railssa. A inserção dos conselhos no contexto democrático. VIVARTA, Veet; Guilherme. **Ouvindo Conselhos: Democracia Participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANIDO, Mabel. **Violencia en la familia: De eso no se habla**. Buenos Aires: Lúmen, 2005.

ARANTES, Esther de Magalhães. Redes de proteção e de responsabilização em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. IN: OLIVEIRA, Antônio Carlos et.al. **Violência contra crianças e adolescentes: rede de proteção e responsabilização**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2007.

ARGEMIRO, Pedro. **ARACELI: Símbolo da Luta contra a Violência**. Disponível em: <<http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/2007/10/23/araceli-simbolo-da-violencia/>>. Acesso em: 20. out. 2008.

ARIÉS, Philipe. **História Social da Criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana. É possível prevenir a violência? Refletindo sobre risco, proteção, prevenção e promoção da saúde. IN: NJAINE, Kathie. **Impactos da Violência na saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência Sexual Intrafamiliar: É possível proteger a criança**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

_____. **Inquirição da Criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia. (org). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças Vitimizadas: A síndrome do Pequeno Poder**. 2.ed. São Paulo: 2007.

_____. **Infância e Violência Fatal em Família**. São Paulo: Iglu, 2001.

_____. **Pele de Asno não é só história...** Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1988.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, Elizabeth. Controle Social e Intersetorialidade. VIVARTA, Veet; Guilherme. **Ouvindo Conselhos: Democracia Participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanate. **Política Social: fundamentos e história**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEUTER, Simone. **A (des) consideração pela infância. Uma análise dos direitos sexuais diante das redes de exploração sexual**. Caxias do Sul: Educus, 2007.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social**. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre v. 7 n. 2 p. 305-315. jul /dez. 2008.

_____. **Concepção de Rede Intersetorial**. 2001. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Coletânea de Leis, RS, 2007.

BRASIL. **Matriz Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente**. 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: Uma Política em Movimento**. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. 2007

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. atual. e ampl. 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Relatório do Projeto de Expansão do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR no Amazonas**. Secretaria Especial dos Direitos

Humanos da Presidência da República e Universidade Federal do Amazonas. SEDH/UFAM. 2009

BRASIL. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2010.

BRASIL. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2011.

BRASIL. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução 113 de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. Brasília, 2006.

BRAVO, Maria Inês. O trabalho do assistente social nas instancias públicas de controle democrático. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPESS, 2009.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Infância e Sexualidade: A sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna: Campinas, 1999, p.144.

CAMPOS, G. W de. **Um Método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTANHA et al. **Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Caderno Temático. Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2008.

CAVALCANTI, Fátima Gonçalves Assis; SCHENKER, Miriam. Violência, Família e Sociedade. IN: NJAINE, Kathie (org). **Os Impactos da Violência na Saúde**, Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2009.

CECRIA. **Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes**. Disponível em: [http://<www.cecria.org.br>](http://www.cecria.org.br). Acesso em: 22 jun. 2009.

CECRIA. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes** - Relatório Final da Oficina. CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - Ministério da Justiça/SNDH/DCA- Fundo Cristão Para Crianças, Brasília, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso em duas falas**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, Márcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

CONSELHO TUTELAR. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pgn/id211.htm>>. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CRAI. **Centro de Referência no Atendimento Infante-Juvenil**. Disponível em: <<http://www.sissaude.com.br/sis/inicial.php?case=2&idnot=11979>>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

CRVV. Centro de Referência às Vítimas de Violência. **Guia de Orientação**. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdhsu/default.php?p_secao=127> Acesso em 20 de setembro de 2012.

CURY, Carlos Roberto. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica fenômeno educativo**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DE MAUSE, Lyod. **A História da Infância**. Nova York: Harper Torcbooks, 1975.

DESLANDES, Suely et al. Desenvolvimento de Paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. IN: ASSIS, Simone Gonçalves de. **Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

_____. **Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil**. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.1, p.114-126, 2010.

DOBKE, Velela. **Abuso Sexual: A inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** São Paulo: Centauro, 2001.

FAIMAN, Carla Júlia. **Abuso Sexual em Família: A violência do incesto a luz da psicanálise.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FASC. Fundação de Assistência Social. **Relatórios do Monitoramento e Avaliação. Atendimentos nos CREAS, 2011-2012.**

_____. Fundação de Assistência Social. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/> Acesso em: 20 de setembro de 2012a.

_____. Fundação de Assistência Social. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=73>. Acesso em: 15 de novembro de 2012b.

FERREIRA, Windyz B. **Reflexão sobre à Invisibilidade da Pessoa com Deficiência.** REICE: Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación. Vol. 6, Nº. 2, 2008, pags. 120-136.

FERREIRA, Karina; BOCCHI, Shirley. **Violência Sexual: Um fenômeno complexo.** Brasília: CECRIA, 2010.

FLORES, Talita Meireles; SANTANA, Ronilce Cavichioli. Protagonismo Juvenil: perspectiva no Brasil. IN: MOTTI, Antônio Jose; FARIA, Thais (org). **PAIR: Capacitação das redes locais - Caderno de textos.** Programa de Conselhos. USAID e OIT, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Vozes, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Vozes, 2005.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem Interdisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

GADELHA, Graça. Estatuto da Criança e do Adolescente: a instrumentalização do direito de ser criança no Brasil. IN: MOTTI, Antônio Jose; FARIA, Thais (org). **PAIR: Capacitação das redes locais - Caderno de textos.** Programa de Conselhos. USAID e OIT, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um Estudo Introdutório.** São Paulo: Cortez, 1983.

GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia una Metodología de Sistematización de la Práctica.** Buenos Aires: HVMANITAS, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREEN, Arthur. Abuso Sexual Infantil e Incesto. IN: LEWIS, Melvin (org). **Tratado de Psiquiatria da infância e adolescência.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: A tragédia revisitada.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa. **O Debate sobre a Descentralização das Políticas Públicas: Um Balanço Bibliográfico.** Organizações & Sociedade. Vol. 9, Nº 23, 2002.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã.** São Paulo: Martins, 2008.

HOBBSAWM, Eric (org). **História do Marxismo: O Marxismo na Época da Segunda Internacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOFFMANN, C. de F. M.; BOURGUIGNON, J.; TOLEDO, S. e HOFFMANN, T. **Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente.** Núcleo de Estudos sobre a questão da criança e do adolescente. Ponta Grossa/ Pr: UEPG, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JUNQUEIRA, M. F. **Abuso sexual da criança: Contextualização.** *Pediatria Moderna*, 24: 432-436, 1998.

KAMEYANA, N. **A nova configuração das políticas sociais.** *Revista Praia Vermelha: estudo de política e teoria social*, n.5, 2001.

KAWATA, Sílvia. **Limites e Possibilidades da Ação Política da Sociedade Civil Organizada: Combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.** Dissertação de Mestrado da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2004.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEAL, M.L.P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe**: relatório final, Brasil. Brasília: CECRIA, 1999.

LEAL, M.L.P; CESAR, M.A (org). **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial das crianças e adolescentes**. Brasília: CESE - MJ/SNDH/DCA -FCC-CECRIA, 1998.

_____. **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial**- PESTRAF: Relatório Nacional-Brasil. Brasília: CECRIA, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 5.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, Vladimir. **O que é Marxismo**. Porto Alegre: Movimento, 1980.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999.

GOMES, M. L. M., Neto, G. H. F., Viana, C. H., & Silva, M. A. (2006). **Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um serviço de Apoio à mulher, Recife, Pernambuco**. Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, 6 (Supl 1), S27-S34.

GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa. **O debate sobre a descentralização de políticas públicas**: um balanço bibliográfico. Organizações & Sociedade > Vol. 9, Nº 23.2002

LUCHMANN, Ligia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. Revista Lua Nova. Nº 70, CEDEC, 2007.

LUKACS, George. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Ana Paula. **Abuso Sexual Incestuoso**: Um tema centrado na criança e na família. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações:** Alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. In Revista Serviço Social e Sociedade nº 43. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pesquisa Qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, Aline de Carvalho. Conselhos de Direitos: democracia e participação. IN: Sales, Mione Apolinario (org). **Política Social, familiar Juventude: uma questão de direitos.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 2006.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

_____. **A Questão Judaica.** São Paulo: Editora Moraes, 1970.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **A Miséria da Filosofia.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MASSULA, Letícia. **Paz, Justiça e Dignidade.** Caderno de Debates sobre Violência e Discriminação. Módulo III - A Violência Na (Da) Casa. Cenafoco e Instituto São Paulo contra a Violência, 2006.

MELLO, Diogo Lordello de. **Descentralização, Papel dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento Nacional e Recursos Necessários para que os Governos Locais possam cumprir o seu Papel.** Revista de Adm. Públ. Da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, out./dez,1991.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007

_____. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde. IN: NJAINE, Kathie (org). **Impactos da Violência na Saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

_____. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. IN: MINAYO, Maria Cecilia et.al. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília, 2005.

MORAES, Maria Lygia Q. **A nova família e a ordem jurídica.** Cad. Pagu nº.37 Campinas. Jul/Dez. 2011.

MORONI, Antônio et.al. **Acesso à Informação:** Controle Social das Políticas Públicas. Brasília: ANDI, 2009.

MOTTI, Antônio Jose; SANTOS, Joseleno. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. IN: MOTTI, Antônio Jose; FARIA, Thais (org). **PAIR: Capacitação das redes locais - Caderno de textos**. Programa de Conselhos. USAID e OIT, 2009.

MOURA, A.C.A. et.al. **Reconstrução de Vidas: Como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: SMADS. Sedes Sapientae, 2008.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. IN: KALOUSTIAN, Silvio. **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da questão social**. Temporalis nº 3. Ano II. Jan/Jun de 2001.

_____. **Marxismo Impenitente: Contribuição à História das Ideias Marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Introdução ao método da teoria social. IN: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: nº30 p.89-102, mai/ago, 1989.

OIT/IPEC. **Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual de crianças e adolescentes na Triplice Fronteira Argentina/Brasil/Paraguai**. 2003. Disponível em: <http://www.oit.org.pe/ipec/pagina.php?seccion=63&pagina=284>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Controle Social e Assistência Social: o desafio impossível**. Katálysis Revista do Departamento de Serviço Social da UFSC. Florianópolis, n. 4, p.37-50, abr. 1999.

OLIVEIRA, Maria Luiza; SOUSA, Sonia. **(Re)descobrimos faces da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cênone, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2012.

PENSO, Maria Aparecida, et. al. **O atendimento a vítimas de violência e seus impactos na vida de profissionais da saúde**. Temas psicol. vol.18 no.1 Ribeirão Preto 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. IN: BOSCHETTI, Ivanete (org) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Mudanças Estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. IN: SALES, Mione Apolinário (org). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo, 2009.

PHEBO, Luciana. Redes para a promoção de relações saudáveis e ambientes seguros. IN: OLIVIERA, Antônio Carlos et. al. **Violências contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização vol 1**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2007.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Mapas e Indicadores das Vulnerabilidades Sociais**. PMPA: Porto Alegre, 2007.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Projeto Ação Rua: Sistema Municipal de Proteção à Infância e Adolescência em Situação de Rua. **Relatório de Sistematização de Conceitos do Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**. Porto Alegre, 2006.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente sócia**. Capacitação CFESS. Módulo II Políticas e Processos Sociais, Brasília, 2007.

_____. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. Cadernos Técnicos, Brasília: Sesi, nº 23, p.60-68, 1999.

PORTO ALEGRE. **Comitê Municipal EVESCA Porto Alegre Gestão 2012/2013 – Relatório de Atividades**. Ano: 2012b.

_____. **Decreto nº 14.949 de 10 de outubro de 2005**. Institui o Projeto Infância e Juventude Protegida. Porto Alegre, 2005.

_____. **Lei Municipal nº 16.912/11**. Institui o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Porto Alegre, 2011.

_____. **Lei Municipal 6789/91**. Institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Porto Alegre, 1991.

_____. **Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2012a.

PRATES, Jane Cruz. **O Método e o Potencial Interventivo e Político da Pesquisa Social**. Revista Temporalis. ABEPSS. Ano V, nº 9, Recife, p.131-144.

RAICHELIS, Raquel. **A construção da esfera pública no âmbito da política de assistência social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC/SP, 1998.

_____. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. Política Social. Módulo 03. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, 2009.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSENO, Renato. O direito da criança vítima de violência sexual ao atendimento especializado: Apontamentos sobre o papel das entidades de defesa jurídico-social. IN: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Fortalecimento da Rede de Proteção e Assistência a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual**. Brasília, 2008.

ROUYER, Michele. As crianças vítimas, consequência a curto e médio prazo. IN: GABEL, Marceline (org). **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**. São Paulo: SUMUS, 1997.

SAFFIOTI H.I.B. & ALMEIDA S.S. Brasil: Violência, poder, impunidade. In: H.I.B. SAFFIOTI, H. I. B; ALMEIDA, S.S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. A síndrome do pequeno poder. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (org). **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

SÁNCHEZ, F.L., 1997. Abuso sexual: um problema desconhecido. IN: FLORES, J.C; HUERTAS, J.A; GONZALES, C.M. **Niños maltratados**. Madrid: Ediciones Díaz de Santos p.161-167, 1997.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, H.O. IN: **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** – comentários jurídicos e sociais. CURY, Munir (org). p. 734-739, São Paulo: Malheiros Editores. 1992.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Os desafios dos conselhos municipais na perspectiva da governança local. VIVARTA, Veet; Guilherme. **Ouvindo Conselhos: Democracia Participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileira**. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, Cynthia. Famílias Enredadas. IN: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália (org). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez: 2010.

SETUBAL, Mariana (org). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Vivian da Veiga. Sociedade, Cultura e Violência. IN: BRASIL. **Expansão em Mato Grosso do Sul Capacitação das Redes Locais Caderno de Textos**. Brasília, 2012.

SILVA, Tadeu Antônio Dix, **Crimes Sexuais: Reflexões sobre a nova lei 11.106/2005**, São Paulo, J.H. Mizuno, 2006.

SILVERMANN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos: Métodos para Análise de Entrevistas, Textos e Interações**. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS E INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

SOUZA, Maria Luiza. Desenvolvimento de comunidade e participação. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e Controle Social. IN: SALES, Mione Apolinário (org). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2009.

STANISCI, Silvia Andrade et. al. **Perfil dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2001.

STEIN, Rosa Helena. **A Descentralização como Instrumento de Ação Política: O Caso da assistência social**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Brasília. Brasília: UnB, 1997.

TAVEIRA, Lucio. O enfrentamento à violência contra criança e adolescente no estado do Rio de Janeiro. IN: **Violências contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização vol 1**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínicoqualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação as áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNICEF. **Abuso Sexual Doméstico**: Atendimento as vítimas e responsabilização do agressor. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

UNICEF. **Violência contra as Crianças**. Disponível em: <http://www.unicef.pt/pagina_estudo_violencia.php. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VASCONCELOS, M. G. O. M.; MALLAK, L. S. (Orgs.). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

VERAS, Thaísa. **O Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Plano Nacional**: um exemplo de política pública aplicada. Cadernos EBAP. BR, v.8, nº3, artigo 2. P.404-421. Rio de Janeiro, Set. 2010.

VERONESE, Josiane Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

VIEIRA, Monique Soares; MACHADO, Claudia. **A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Reflexões sobre as Ações para o seu Enfrentamento em Porto Alegre**. In: IX Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e V Mostra de Trabalhos Científicos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

VIVARTA, Veet. **O Grito dos Inocentes**: Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

VIVARTA, Veet; Guilherme. **Ouvindo Conselhos**: Democracia Participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileira. São Paulo: Cortez, 2005.

YAZBEK, Carmelita. O significado sociohistórico da profissão. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPESS, 2009.

_____. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas para o seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. n.110.p.288- 322. abr/jun.2012.

WASELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: Crianças e Adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA e FLACSO Brasil, 2012.

ANEXO 1 - Carta de Aprovação da Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social da PUCRS



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 16 de novembro de 2011

Encaminho o projeto de pesquisa **“OS DESAFIOS AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E LIMITES DE UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO”** da mestranda **Monique Soares Vieira** que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

- Sim
 Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- Aprovado
 Com pendências – anexar parecer
 Não aprovado – anexar parecer


Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães
Coordenadora da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social - FSS/PUCRS

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 - P. 15 - sala 330 - CEP 90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/fss

Anexo 2 – Termo Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa da PUCRS

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

PROJETO DE PESQUISA

Título: Os Desafios ao Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Perspectivas, Estratégias e Limites de uma Política em Construção.

Área Temática:

Pesquisador: IDILIA FERNANDES

Versão: 1

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

CAAE: 02724112.8.0000.5336

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 45445

Data da: 18/05/2012

Apresentação do Projeto:

O tema da violência tomou-se, nas últimas décadas, um amplo campo de estudos para diversas disciplinas, sendo enfocada sob diferentes vertentes analíticas, dentre elas o Serviço Social. A violência no âmbito sexual, acometendo crianças e adolescentes configura-se como um fenômeno multidimensional de extrema violação de direitos contra a pessoa humana. Neste contexto, de violação e desproteção dos direitos de crianças e adolescentes, o estudo encontra-se na perspectiva de fortalecimento das ações materializadas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, criado em 2000.

Objetivo da Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a materialização do enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, nas perspectivas de oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil, e fortalecer a municipalização das ações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O presente projeto de pesquisa objetiva analisar a materialização do enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, na perspectiva de oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil, buscando fortalecer a municipalização das ações. Nessa direção, pretende analisar as ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos pelo Poder Público de Porto Alegre bem como a sua articulação com a sociedade civil nos processos de formulação, execução e avaliação das ações destinadas ao segmento infanto-juvenil vitimizado pelas situações de violência sexual.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa demonstra-se justificada e, uma vez concluída, será de grande utilidade, cumprindo as finalidades a que se destina.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos apresentados satisfatoriamente.

Recomendações:

Aprovação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Os desafios ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes:
perspectivas, estratégias e limites de uma política em construção

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Coordenadores e Profissionais

Estou convidando você a participar da pesquisa, “Os desafios ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: perspectivas, estratégias e limites de uma política em construção”, realizada pela mestrandia Monique Soares Vieira, e orientada pela Prof. Dra. Idilia Fernandes. Esta pesquisa tem como objetivo “analisar a materialização do enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre, na perspectiva de oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil, buscando fortalecer a municipalização das ações. Ao gerar novos elementos para o debate acadêmico, político e social, as proposições contidas neste estudo, por meio da análise dos dados obtidos durante o processo de pesquisa, poderão imprimir novas propostas para se pensar, gestar e operacionalizar políticas públicas no âmbito do enfrentamento a violência sexual contra a população infanto-juvenil.

As entrevistas serão realizadas a partir da aplicação de formulário contendo questões abertas sobre as ações, os desafios e as estratégias encontradas pela instituição ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Análise documental será orientada por um roteiro para análise documento, em que se analisará as atas públicas, legislação municipal, plano municipal de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e documentos referentes à criação da instituição.

Entrevistado (a)

Pesquisadora Mestranda

A entrevista acontecerá com os coordenadores dos serviços e programas e para os profissionais atuantes no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, através de visita à instituição, retirando quaisquer informações identificatórias do sujeito pesquisado. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e meia e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente.

Dentro dessas condições, estou ciente de que, mesmo não recebendo nenhum benefício direto ou imediato deste estudo, minha participação será de extrema importância para qualificar os serviços de atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Eu, _____, RG _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, autorizando, assim, o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem que isso acarrete em prejuízos.

Os dados coletados poderão ser utilizados para elaboração de Dissertação de Mestrado, publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que formas esclarecidas minhas dúvidas. Caso venham a surgir novos questionamentos sobre o estudo, posso contatar a mestranda Monique Soares Vieira no telefone (55) 9618-9441. Para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante deste estudo ou, se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso contatar a Doutora Prof^a Idília Fernandes (orientadora) pelo telefone (51) 3320-3606 e o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo telefone (51) 3320-3545 e e-mail cep@pucrs.br.

Entrevistado (a)

Pesquisadora Mestranda

Pesquisadora responsável Prof^a Dr^a _____

Porto Alegre, ____ de _____ de 20__.

Apêndice 2 – Roteiro de Análise Documental



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Instrumento de Coleta de Dados Roteiro de Análise Documental

1. Como se deu o processo de criação da instituição?
2. Quais foram os principais fatores que influenciaram na constituição da instituição?
3. Quais foram os atores envolvidos no processo de construção?
4. Os serviços prestados atendem a legislação da infância e Juventude atualmente em vigor?
5. De onde advêm os recursos humanos e financeiros?
6. Como estão organizados nos processos de planejamento e avaliação dos serviços e ações prestados as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?
7. Número de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que passaram pela instituição nos anos de 2011 a 2012.
8. Número de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual que passaram pela instituição nos anos de 2011 a 2012.

Apêndice 3 - Formulário Coordenadores



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formulário – Coordenadores de programas e serviços (atuantes no enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil)

- 1) Na sua opinião, qual a dimensão que a violência sexual infanto-juvenil (Exploração Sexual Comercial e Abuso Sexual) assume no município de Porto Alegre?
- 2) Quais são principais fatores que culminam na Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes no município de Porto Alegre?
- 3) Quais são as ações de enfrentamento a violência sexual que o município de Porto Alegre vem desenvolvendo? (Planos, serviços, políticas públicas, programas, projetos).
- 4) Na sua opinião, existem dificuldades (econômicas, políticas, estruturais) para o desenvolvimento destas ações?
- 5) Você possui alguma sugestão para que estes obstáculos seja superados? Quais?
- 6) Qual a sua opinião a respeito da qualidade das ações desenvolvidas pelo município no combate a violência sexual infanto-juvenil? Por Quê?
- 7) Você recorda ao longo de sua coordenação se existiram ou existem obstáculos e dificuldades que tiveram de ser enfrentados no que diz respeito a implementação das diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto- Juvenil? Quais e como foram transpostos?
- 8) Como você avalia a ação que o Poder Público vem desenvolvendo para o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes? Por quê?
- 9) Na sua opinião, como se dá a articulação entre sociedade civil e Poder Público para o enfrentamento da violência sexual no município de Porto Alegre? Como avalia esta articulação? Por quê?
- 10) Quais estratégias você acredita serem importantes para potencializar e fortalecer a participação da sociedade civil nos processos decisórios (formulação, implantação, controle e avaliação) das ações desenvolvidas pelo Poder Público? Por quê?

Apêndice 4 – Formulário Profissionais



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formulário - Profissionais (Técnicos, Conselheiros atuantes no enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil)

- 1) Quais são as estratégias e propostas encontradas para a realização dos atendimentos das crianças, adolescentes e suas famílias? E de que forma estes atendimentos são realizados?
- 2) Na sua opinião, existe pontos de estrangulamento (obstáculos e dificuldades) que comprometem o atendimento as crianças, adolescentes e suas famílias na instituição? Quais?
- 3) Quais são as sugestões e estratégias que você aponta para superá-los?
- 4) Como você avalia as ações desenvolvidas pelo município de Porto Alegre para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil? Por quê?
- 5) Você considera que as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Poder Público do município de Porto Alegre estão em consonância com as diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil? Por quê?
- 6) Na sua opinião, existe articulação entre a rede pública de proteção a infância e juventude sexualmente vitimizada no município de Porto Alegre? Como percebe este processo?
- 7) Como você percebe a participação da sociedade civil no enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre? Por quê?
- 8) Existe uma articulação entre o Poder Público e a sociedade civil para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre? Como acontece esta articulação? Quais seus limites?
- 9) Quais estratégias você acredita serem relevantes para que haja uma maior inserção da sociedade civil nas discussões a respeito da violência sexual?
- 10) Na sua opinião, existe pontos de estrangulamento (obstáculos e dificuldades) para a participação da sociedade civil no processo de formulação, execução e avaliação das ações de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre?
- 11) Na sua opinião, como você avalia a participação da sociedade civil do município de Porto Alegre no que diz respeito a violência sexual de crianças e adolescentes? Por quê? Qual mudança acredita ser importante acontecer?